

LUÍS PEDRO MELO DE CARVALHO

**O MOVIMENTO DOS CAPITÃES, O MFA E O 25 DE
ABRIL: DO MARCELISMO À QUEDA
DO ESTADO NOVO**

Dissertação apresentada para obtenção do Grau de Mestre em
Ciência Política: Cidadania e Governação no Curso de Mestrado em
Ciência Política: Cidadania e Governação, conferido pela
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Orientador: Professor Doutor José Filipe Pinto

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas**

**Lisboa
2009**

Epígrafe

É saber antigo que um regime forte, apoiado nas Forças Armadas, não pode ser derrubado senão na sequência de uma guerra perdida que destrua o exército, ou por revolta do exército.

Adriano Moreira (1985, p. 37)

Dedicatória

Ao meu querido Pai, com saudade.

À minha Mulher, emoção tranquila da minha vida.

Agradecimentos

Ao Professor Doutor José Filipe Pinto, que tive o prazer de conhecer durante este Mestrado, pelo seu profissionalismo e forma empenhada como dirige as aulas e as orientações e que muito contribuiu para o sucesso daqueles que por si são orientados.

À Universidade Lusófona, instituição à qual, com grande orgulho, me sinto afectivamente vinculado e que tudo farei para prestigiar no futuro.

Aos meus colegas Maria do Rosário Rosinha e Ilonka Costa, pela amizade que cresceu ao longo das infindáveis discussões sobre a matéria de estudo.

Às Bibliotecas Vítor de Sá, Municipal das Galveias e Biblioteca-Museu República e Resistência da Câmara Municipal de Lisboa, pelo apoio que prestaram ao longo do trabalho de investigação.

Resumo

O 25 de Abril de 1974 foi um dos mais importantes acontecimentos que ocorreram em Portugal durante o século XX. Como tal, entende-se útil efectuar uma observação às circunstâncias em que o país vivia na parte final do regime durante o qual o Governo foi chefiado por Marcello Caetano.

Entre 1968 e 1974, verificaram-se significativas mudanças na conjuntura internacional, tanto no que concerne à economia, como a nível social e militar. Também a nível interno, a instituição militar começou a ser agitada pelos efeitos da saturação que a guerra estava a causar e que levou o Governo a tomar medidas políticas que tinham por objectivo a eternização do conflito.

Nesse contexto, um grupo de oficiais, essencialmente capitães, começou a reunir-se clandestinamente para encontrar formas de ultrapassar o impasse político em que o país se encontrava. A partir do momento em que esse grupo considerou que a solução do problema era o derrube do regime, iniciou uma dinâmica de planeamento que culminou com um golpe de estado militar.

Este projecto faz uma observação desse período, desde que Caetano chegou ao poder até que foi derrubado, com especial enfoque na evolução da contestação dos capitães que desencadearam o golpe.

Palavras-chave: Guerra colonial, capitães, golpe militar.

Abstract

The 25th April of 1974 was one of the most important events that occur in Portugal during the twentieth century. So, it is important to analyse the circumstances in which the country lived at the end of the regime during which the Government was led by Marcello Caetano.

Between 1968 and 1974, there have been major changes in the international economic, social and military environment.

While the colonial war continued, in the motherland the consequences of the Government decisions were causing unease and unrest among the military.

In this context, a group of middle-rank officers, mainly captains, began to meet secretly to find ways to overcome the political impasse in which the country was. From the moment that the group felt that the solution of the problem was the overthrow of the regime, began to plan the actions that would culminate in a military coup.

This essay is a study of this period, since Marcello Caetano comes to power until it was depose, with special focus on the evolution of the opposition led by the captains that set off the coup.

Key-words: Colonial war, captains, military coup.

Índice

Epígrafe	2
Dedicatória	3
Agradecimentos	4
Resumo	5
Abstract	5
Índice	6
Siglas	8
Introdução	10
Problemática teórica	10
Metodologia	11
I Capítulo - Contextualização teórica	15
1.1 Estado Novo: a génese e a construção	15
1.1.1 Elementos distintivos do Estado Novo	17
1.2 Guerra colonial ou guerras do Ultramar?	19
1.3 O 25 de Abril: golpe de estado militar, revolução ou revolta?	20
1.4 Movimento das Forças Armadas ou Movimento dos Capitães?	23
II Capítulo - A situação portuguesa: a substituição de Salazar e o marcelismo	25
2.1 A sucessão de Salazar e a situação política	25
2.1.1 A sucessão de Salazar	26
2.1.2 O marcelismo: evolução ou continuidade?	28
2.1.3 A conjuntura internacional	35
2.1.4 A oposição e as eleições de 1969	39
2.2 A situação económica e social	42
2.2.1 A economia	42
2.2.2 A situação social	45
2.3 A situação militar	47
2.3.1 Em Angola	48
2.3.2 Na Guiné	49
2.3.3 Em Moçambique	51
2.3.4 A falta de oficiais do Quadro Permanente	53
III Capítulo - O Movimento dos Capitães: da contestação à conspiração	54
3.1 O início da contestação	54
3.1.1 O Congresso dos Combatentes	56
3.1.2 O Decreto-Lei 373/73	58
3.1.3 A reacção do regime	60

3.2	O Movimento dos Capitães	61
3.2.1	A origem sociológica dos capitães	63
3.2.2	As reuniões conspirativas e a estrutura do Movimento	65
3.2.3	A estrutura organizativa do Movimento e os seus protagonistas	69
3.2.4	Os dois documentos essenciais do Movimento	71
3.3	Spínola, <i>Portugal e o Futuro</i> e o levantamento das Caldas	74
3.3.1	O livro <i>Portugal e o Futuro</i>	75
3.3.2	A reacção do regime	77
3.3.3	O levantamento das Caldas	78
IV	Capítulo – Cronologia do 25 de Abril: do Movimento dos Capitães ao MFA	81
4.1	O plano de Operações, os objectivos estratégicos e o posto de comando	82
4.1.1	O plano de operações e os principais objectivos estratégicos	83
4.1.2	O posto de comando da Pontinha	85
4.2	As operações militares	86
4.2.1	A resistência do regime	88
4.2.2	No Largo do Carmo	89
4.3	A queda do Estado Novo	90
4.3.1	A rendição do Presidente do Conselho	91
4.3.2	A reunião da Pontinha	92
4.3.3	A Junta de Salvação Nacional	93
	Conclusões	95
	Bibliografia	99
	Glossário	104
	Índice Remissivo	105
	Anexo I	ii
	Anexo II	iii
	Anexo III	vi
	Anexo IV	x

Siglas

ADSE	Assistência na Doença aos Servidores do Estado
ANP	Acção Nacional Popular
APA	<i>American Psychological Association</i> «Associação Americana de Psicologia»
ARA	Acção Revolucionária Armada
BC5	Batalhão de Caçadores 5
BR	Brigadas Revolucionárias
CDE	Comissão Democrática Eleitoral
CDS	Centro Democrático e Social
CEE	Comunidade Económica Europeia
CEM	Comissão Eleitoral Monárquica
CEMGFA	Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas
CEUD	Comissão Eleitoral de Unidade Democrática
CIAAC	Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea e de Costa
CIOE	Centro de Instrução de Operações Especiais
CMLP	Comité Marxista-Leninista Português
COE	Centro de Operações Especiais
COI	Comité Olímpico Internacional
CTSC	Carreira de Tiro da Serra da Carregueira
DGS	Direcção-Geral de Segurança
EFTA	<i>European Free Trade Association</i> «Associação Europeia de Comércio Livre»
EPA	Escola Prática de Artilharia
EPAM	Escola Prática de Administração Militar
EPC	Escola Prática de Cavalaria
EPI	Escola Prática de Infantaria
FIFA	<i>Fédération Internationale de Football Association</i> «Federação Internacional de Futebol Associação»
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FPLN	Frente Patriótica de Libertação Nacional
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
GNR	Guarda Nacional Republicana
JSN	Junta de Salvação Nacional
LP	Legião Portuguesa
LUAR	Liga de Unidade e Acção Revolucionária
MFA	Movimento das Forças Armadas
MOFA	Movimento de Oficiais das Forças Armadas

MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MRPP	Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i> «Organização do Tratado do Atlântico Norte»
ONU	Organização das Nações Unidas
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PCP	Partido Comunista Português
PIB	Produto Interno Bruto
PIDE	Polícia Internacional de Defesa do Estado
PRP/BR	Partido Revolucionário do Proletariado/Brigadas Revolucionárias
PS	Partido Socialista
PSP	Polícia de Segurança Pública
QC	Quadro de Complemento
QP	Quadro Permanente
RAAF	Regimento de Artilharia Antiaérea Fixa
RAL1	Regimento de Artilharia Ligeira 1
RC3	Regimento de Cavalaria 3
RC7	Regimento de Cavalaria 7
RCP	Rádio Clube Português
RE1	Regimento de Engenharia 1
RFA	República Federal da Alemanha
RI1	Regimento de Infantaria 1
RI5	Regimento de Infantaria 5
RR	Rádio Renascença
RTP	Rádio Televisão Portuguesa
SEDES	Associação para o Desenvolvimento Económico e Social
SIC	Sociedade Independente de Comunicação
SPD	Sozialdemokratische Partei Deutschland «Partido Social Democrata alemão»
UEFA	Union of European Football Associations «União das Associações Europeias de Futebol»
UN	União Nacional
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
UPA	União dos Povos de Angola
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Introdução

Problemática teórica

O fim da II Guerra Mundial provocou alterações profundas no sistema internacional e a bipolarização construída em torno das duas únicas superpotências emergentes daquele conflito, Estados Unidos e União Soviética, produziu importantes transformações na Europa, em especial nos países que detinham colónias, que, com o fim do Euromundo se viram confrontados “com a descolonização e com o consequente encerramento do ciclo imperial” (Pinto, 2005, p. 24).

Essa conjuntura não foi alheia a Portugal, que foi a primeira potência colonial a instalar-se em África e seria, por força de várias circunstâncias, bem como pelo receio de que “o país não poderia sobreviver sem o império” (Alexandre, 2004, p. 67), a última a partir.

Foi a conjugação de factores exógenos e endógenos que influenciou a conjuntura interna onde o descontentamento da população e especialmente das Forças Armadas criaram as condições propícias que levaram ao 25 de Abril.

À meia-noite e vinte minutos do dia 25 de Abril de 1974, ao microfone da Rádio Renascença «RR», o locutor Leite de Vasconcelos recitou a primeira estrofe da canção *Grândola, Vila Morena*, da autoria de José Afonso.

A partir daquela senha radiofónica, “logo seguida do bater cadenciado dos passos na estrada e da voz inconfundível de José Afonso entoando a canção” (Carvalho, 1998, p. 311), desencadeou-se um importante acontecimento militar dirigido pelo Movimento das Forças Armadas «MFA», destinado a derrubar o regime corporativo que vigorava em Portugal desde 1933.

Os objectivos militares mais destacados do plano de operações do MFA, quase todos situados em Lisboa: ministérios, televisão, estações de rádios e aeroporto, foram tomados praticamente sem qualquer resistência.

O regime caiu no final do dia, quando o Presidente do Conselho, refugiado no Quartel do Carmo em Lisboa, entregou o poder, sob pressão do cerco militar a que estava sujeito, ao mandatário do MFA, o general António de Spínola.

Trinta e cinco anos passados, o país mudou muito e a essa mudança está associado o 25 de Abril. Contudo, este acontecimento é cada vez menos referenciado. O tempo do partido único, da polícia política, da censura e da guerra desvaneceu-se do léxico diário dos portugueses. Praticamente só na data de comemoração anual a memória colectiva é avivada.

Porém, vários investigadores encontraram neste acontecimento, no período que o antecedeu, ou no que lhe sucedeu, fonte de inspiração para reflexões e análises que enriquecem a nossa ciência e podem contribuir para que as gerações posteriores tenham uma melhor compreensão da evolução histórico-política do século XX português.

Foi também essa inspiração que motivou a escolha deste tema. A observação dos tempos de mudança, quando “vivemos num momento em que toda a estrutura do poder que mantinha o mundo coeso se está a desintegrar” (Toffler, 1991, p. 15), afigura-se merecedora de toda a atenção. Acontecimentos de ruptura, como este, permitem avaliar os processos evolutivos e os efeitos sistémicos por eles gerados e que se tornam tantas vezes incontrolláveis.

Este projecto tem por objectivo analisar o processo que levou ao 25 de Abril de 1974, iniciando-se a investigação em Setembro de 1968, quando Marcello Caetano ascendeu ao poder, terminando na madrugada de 26 de Abril de 1974 quando, perante a Rádio Televisão Portuguesa «RTP», o general António de Spínola leu a proclamação da Junta de Salvação Nacional «JSN». Em termos cronológicos, o período observado abrange cinco anos e sete meses.

Tendo em conta a problemática apresentada, levantam-se várias perguntas-base que serão objecto de tentativa de resposta neste projecto.

Um grupo de questões, não necessariamente o primeiro, prende-se com o regime deposto:

- A exoneração de Salazar e a nomeação de Marcello Caetano para o cargo de Presidente do Conselho foi um acto pacífico?
- A política de Marcello Caetano – renovar na continuidade – pode caracterizar-se como um novo rumo do regime corporativo?

Um outro grupo de perguntas está relacionado com os agentes responsáveis pelo derrube do regime:

- Qual a génese do Movimento dos Capitães?
- Qual a causa profunda do descontentamento dos capitães?
- Qual a composição sociológica desse movimento?
- Como classificar terminologicamente o 25 de Abril?
- O Movimento dos Capitães e o MFA são unívocos?

Metodologia

No que respeita à metodologia, essa depende “da natureza do problema colocado, da dimensão e da acessibilidade do objecto” (Faure, 1982, p. 380). Tendo em conta a

especificidade do objecto de estudo, optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental, a qual foi efectuada junto da Biblioteca Vítor de Sá, da Universidade Lusófona de Lisboa, da Biblioteca Municipal das Galveias e da Biblioteca-Museu República e Resistência.

Foi também efectuada uma análise de depoimentos integrados em acervo de programas televisivos, quer da RTP quer da Sociedade Independente de Comunicação «SIC», reunidos ao longo do tempo ou procurados com esse propósito. Procedeu-se ainda à recolha de peças legislativas, como a Constituição de 1933, o Estatuto do Trabalho Nacional e os Decretos-Lei 373/73 e 409/73, entre outros.

No que concerne às siglas, inseriu-se uma lista e, no corpo do texto, optou-se pela leitura de cada sigla na primeira vez que surge, sendo que essa leitura aparece dentro de aspas baixas.

Para este projecto optou-se por não recorrer à técnica da entrevista, a qual foi considerada desnecessária, tendo em conta o vasto acervo publicado sobre a matéria e a possibilidade de, através da pesquisa bibliográfica, obter os elementos de suporte necessários para elaborar a dissertação.

Para citações e referências bibliográficas foram utilizadas as normas da *American Psychological Association* «APA», conforme definido pelo Despacho Reitoral nº52/2008, Versão 3 de 2008.

No que concerne à estrutura escolhida, a mesma compõe-se de quatro capítulos: o primeiro para contextualização e definição de conceitos, o segundo para o estudo do período marcelista, o terceiro para a análise do Movimento dos Capitães e o quarto para os acontecimentos ocorridos em 25 de Abril.

O primeiro capítulo visa classificar terminologicamente quatro definições, três das quais não colhem coincidência na comunidade científica, e uma, a primeira, que embora seja consensual, parece merecer uma reflexão.

Essa primeira definição prende-se com o conceito de Estado Novo, ou seja, que particularismo detinha esse modelo de governação e por que motivo recebeu essa designação.

A segunda refere-se ao 25 de Abril, acontecimento que para uns analistas foi uma revolução, para outros foi um golpe militar. Por isso, importa clarificar qual a definição mais apropriada.

O terceiro termo tem a ver com a guerra que Portugal enfrentou, entre 1961 e 1974, em Angola, Moçambique e Guiné. Será correcto classificar esse acontecimento como guerra

colonial, como alguns analistas sugerem? Ou a designação mais adequada será Guerras do Ultramar, linha defendida por outros investigadores?

A quarta definição tem a ver com a dicotomia Movimento dos Capitães e MFA, considerando-se importante determinar se estas definições são sinónimas ou se têm diferenças que importa identificar.

As principais fontes a que se recorreu para estudar estas definições foram obras bibliográficas de José Pinto, Fernando Rosas, Sousa Lara, Jorge Miranda, Abel Cabral Couto, Freitas do Amaral e Adriano Moreira.

No segundo capítulo produziu-se uma análise holística do período de governação de Marcello Caetano, começando pelo processo de sucessão de Salazar. Além disso, foi analisada a conjuntura internacional que se vivia e as vantagens e desvantagens que trouxe a Portugal, a oposição que havia e como se movimentou durante esse período, ou seja, quais os seus protagonistas, como se organizaram e o que esperavam das eleições legislativas de 1969.

Neste capítulo foi também abordada a situação do país, em termos económicos e sociais, que evolução registaram os seus principais indicadores macroeconómicos e os índices de conforto, a forma como Caetano enfrentou a questão ultramarina e como se encontrava a guerra que se desenrolava nos territórios de Angola, Moçambique e Guiné.

Outra análise aqui efectuada diz respeito ao grau de saturação dos militares face ao prolongar da guerra e ao impacto que produziu a falta de oficiais do Quadro Permanente «QP», fundamentais para assegurar a continuidade dessa guerra.

Para construção deste capítulo recorreu-se a um conjunto de fontes de que se destacam Joseph Cervelló, Marcello Caetano, Freitas do Amaral, António Barreto, Nuno Rodrigues, David Corkill, Silva Cunha, Pedro Oliveira, Adriano Moreira, Brandão de Brito, Fernando Rosas, MacQueen, João Almeida e Susana Martins. Também se recorreu ao audiovisual, ao episódio *1968-1974 Evolução na continuidade*, do programa Século XX Português, da estação de televisão SIC, de onde se extraíram depoimentos de Marcello Caetano e dos seus ex-Ministros Silva Cunha e Rui Patrício. Na internet consultou-se o sítio da Associação para o Desenvolvimento Económico e Social «SEDES» e o do Partido Comunista Português «PCP».

O terceiro capítulo analisa o nascimento do Movimento dos Capitães, assim como os factos que o inspiraram, especialmente o I Congresso dos Combatentes do Ultramar e a publicação do Decreto-Lei 373/73. Analisa, igualmente, como reagiu o Governo e que

medidas propôs para sanar a contestação levada a cabo por parte de algumas centenas de oficiais do QP.

Estudou-se também a forma como evoluiu o Movimento dos Capitães, a sua origem sociológica, como se organizou, que reuniões e plenários efectuou para estruturar a sua acção, quais os seus principais impulsionadores, que documentos mais relevantes produziu e com que objectivo, como interagiu com o general António de Spínola e qual o impacto gerado pelo livro *Portugal e o Futuro*.

As principais fontes bibliográficas a que se recorreu foram Medeiros Ferreira, Joseph Cervelló, Maria Carrilho, Maria Rezola, Otelo Saraiva de Carvalho, Dinis de Almeida, Maria Cruzeiro, António de Spínola e Maria João Avillez. Consultaram-se também fontes na internet, especialmente os sítios da Associação 25 de Abril e do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra.

O IV Capítulo centra-se nos acontecimentos do próprio dia 25 de Abril de 1974, focando o plano de operações do MFA, quem o pôs em prática, quais os seus principais objectivos estratégicos, que papel desempenhou o posto de comando da Pontinha, que resistência enfrentou, como decorreu o processo de rendição de Marcello Caetano e que dinâmicas se geraram entre a entrega do poder ao general Spínola e o momento em que este, perante as câmaras da RTP, leu ao país a proclamação da JSN.

Para este último capítulo as principais fontes bibliográficas a que se recorreu foram Otelo Saraiva de Carvalho, Avelino Rodrigues, Cesário Borga e Mário Cardoso, Joseph Cervelló e António José Telo. Recorreu-se também ao audiovisual, ao episódio *1974 – Agora o Povo Unido*, do programa *Século XX Português*, da SIC.

I Capítulo - Contextualização teórica

A contextualização teórica, em matéria de trabalhos científicos, permite identificar, com rigor, termos cujo significado não são comumente aceites, levando a que seja clarificado qual o sentido que se pretendeu alcançar quando do emprego dos mesmos.

Neste sentido, considera-se pertinente a contextualização de quatro noções, que a seguir se apresentam, de modo a definir qual o entendimento sobre cada um dos conceitos e que termo é mais correcto usar:

- Estado Novo: Será correcto empregar este termo que não sendo constitucional foi largamente usado para classificar a República Corporativa emergente da Constituição de 1933?
- Guerra colonial ou guerras do Ultramar? O termo guerra colonial não foi usado pelo Estado Novo, uma vez que, constitucionalmente, Portugal, à data dos conflitos em Angola, Guiné e Moçambique, não detinha colónias mas províncias ultramarinas. Assim, importa clarificar se é certo designar-se a guerra como colonial ou ultramarina.
- O 25 de Abril: golpe de estado militar, revolta ou revolução? Qual dos termos deve aplicar-se para classificar aquele acontecimento?
- Movimento das Forças Armadas ou Movimento dos Capitães?

1.1 O Estado Novo: a génese e a construção

Em 28 de Maio de 1926, a partir de Braga mas com ramificações em várias cidades do país, ergueu-se um pronunciamento militar, liderado pelo Marechal Gomes da Costa, cujo objectivo era o derrube do regime parlamentar emergente da implantação da República em 5 de Outubro de 1910. Era resultado da grave crise política, económica e social em que o país se encontrava mergulhado, a par de um descrédito popular cada vez mais evidente face às fórmulas protagonizadas pelos sucessivos governos daquela que se designaria por Primeira República.

A agitação social e os actos de terrorismo levados a cabo por movimentos que escapavam ao controlo das instituições políticas bloquearam o país, lançando-o num longo período marcado por sucessivas convulsões, das quais se destaca o assassinio, em 1918, do Presidente da República, Sidónio Pais e, em 1921, de algumas das principais figuras políticas de então, António Granjo, Machado de Castro e Manuel da Maia, por um grupo de marinheiros amotinados e que passou à história como a «noite sangrenta».

Esse clima acabaria por abrir espaço ao pretorianismo do Exército, não obstante “o problema português em 28 de Maio de 1926, já não ser essencialmente financeiro,

porquanto o equilíbrio financeiro estava à vista” (Rego, 1987, p. 116), mas sim de credibilidade do sistema e da vulnerabilidade das instituições. Nascia assim a «Ditadura Nacional», que vigorou entre 1926 e 1933.

Porém, a governação, e em especial as Finanças Públicas, revelavam uma erosão constante para a qual as figuras militares de então, como Sinel de Cordes, manifestamente não estavam à altura. Assim, em 1928, foi chamado para Ministro das Finanças um professor de Coimbra, António de Oliveira Salazar, que já exercera o cargo – durante apenas treze dias – no Governo de Mendes Cabeçadas, o segundo depois do 28 de Maio.

Salazar impôs condições para voltar a aceitar o cargo, nomeadamente que nenhuma despesa fosse realizada sem o aval do seu Ministério. No seu discurso de posse afirmou: “Sei muito bem o que quero e para onde vou, mas não se me exija que chegue ao fim em poucos meses. No mais, que o país estude, represente, reclame, discuta, mas que obedeça quando se chegar à altura de mandar” (Salazar, 1961, p. 5).

A sua eficácia à frente do Ministério das Finanças começa a transformá-lo numa espécie de homem providencial. Finalmente, em 1932, o Presidente da República, Óscar Carmona, chamou Salazar para formar Governo.

No ano seguinte à sua tomada de posse, propôs ao país uma nova Constituição que seria elaborada por si apesar de “apoiado ou coadjuvado por um pequeno grupo de pessoas” (Miranda, 2003, p. 300) de que faziam parte Marcello Caetano, Pedro Theotónio Pereira, Quirino de Jesus e Fezas Vital.

O Diploma foi plebiscitado pela população e aceite “por grande maioria, onde se contavam as próprias abstenções” (Marques, 2006, p. 628). O documento principal da República “entrou em vigor em 9 de Abril de 1933” (Rego, 1987, p. 116).

Nascia assim o Estado Novo, uma nova forma de governação cujos alicerces se encontravam “na doutrina de Salazar e no seu ideário de fontes heterogéneas, que incluíam os maurrasianos e nacionalistas francesas, a doutrina social do papado, o Código de Direito Canónico” (Pinto, 2005, p. 45).

Para Salazar, os valores fundamentais eram “Deus, Pátria, Família, ou dito de outro modo, Religião, Nação, Autoridade, Ordem” (Pinto, 2007, p. 96). Ora, a inspiração desses autores tendia para o autoritarismo, ou, pelo menos, para o controlo da sociedade e para a restrição das liberdades cívicas.

Importa também referir que a designação Estado Novo não era uma figura constitucional mas sim aquela “com que o regime [...] se auto-intitulava” (Rosas & Brito,

1996, p. 315), o qual era de “matriz corporativa, antidemocrática e antiliberal” (p. 315), representando, deste modo, um novo paradigma político, económico, social e cultural.

No Artigo 5º da Constituição podia ler-se que Portugal se classificava como “República unitária e corporativa, baseada na igualdade dos cidadãos perante a lei, no livre acesso de todas as classes aos benefícios da civilização e na interferência de todos os elementos estruturais da Nação na vida administrativa e na feitura das leis”¹.

Os traços mais significativos detectados neste Diploma eram “o corporativismo [...] ao qual se juntam elementos finalísticos por influência do integralismo lusitano, da doutrina social da igreja, do socialismo catedrático e ainda da Constituição de Weimar” (Miranda, 2003, p. 305).

Contudo, como refere o mesmo autor, “o traço que se pretende mais original da Constituição é o corporativismo” (Miranda, 2003, p. 304), muito por inspiração do fascismo italiano e, mormente, da «Carta del Lavoro» a qual serviria de inspiração para o Estatuto do Trabalho Nacional.

Com a promulgação da Constituição, o Estado Novo e a sua figura incontornável, Salazar, governariam o país, sem qualquer interregno, até 1968, ano em que, por doença, seria substituído pelo Professor Marcello Caetano, a quem coube a condução do regime até 25 de Abril de 1974.

1.1.1 Elementos distintivos do Estado Novo

O Estado Novo, ou regime salazarista, como também foi conhecido, dada a síntese entre o Estado e a concepção que aquele governante dele fazia para o fundamental, caracterizava-se por alguns elementos distintivos que importa identificar:

- Regime semi-presidencial em que a principal figura do Estado era o Presidente da República, representado por um militar da confiança política do regime e escolhido segundo uma lógica de rotatividade: Óscar Fragozo Carmona, do Exército, Craveiro Lopes, pela Aviação e Américo Tomás, pela Armada.

- Assembleia Nacional composta por “90 Deputados eleitos por sufrágio directo dos cidadãos eleitores, durante o seu mandato de quatro anos”² em 1951, o número de Deputados passou para 120, em 1959 para 130, terminando em 1974 com 180” (Rosas & Brito, 1996, p. 69). Os Deputados exerciam funções a tempo parcial, visto que apenas havia uma “sessão legislativa de três meses anuais, sem comissões parlamentares permanentes e especializadas” (Rosas & Brito, 1996, p. 69) e sem grande protagonismo político.

¹ *Constituição da República Portuguesa*, 1933, Artigo 5º.

² *Ibidem*, Título III, Capítulo I, Da constituição da Assembleia Nacional.

- A União Nacional «UN», partido único, era mais um partido informal que uma organização política efectiva. Tinha como objectivo essencial a captação de “apoio da opinião pública ao regime, enfeitando a vocação partidária para o exercício do poder e o recrutamento de funcionalismo ou pessoal político” (Rosas & Brito, 1996, p. 989). A sua acção foi sempre pouco relevante e inteiramente subordinada à vontade de Salazar.

- O Governo era o centro de gravidade da vida política do país e no qual residia efectivamente o poder, que estava concentrado na sua principal figura, o Presidente do Conselho de Ministros, legitimado pelo Presidente da República que “nomeava e exonerava livremente o chefe do Governo sem qualquer dependência da Assembleia Nacional [...] o Governo era da sua exclusiva confiança e só perante ele respondia” (Rosas & Brito, 1996, p. 392) ou seja, o Governo actuava sem qualquer controlo parlamentar.

- Sistema Corporativo, constituído por uma Câmara Corporativa³ e por órgãos inferiores que tutelavam toda a actividade económica, impondo-se de cima para baixo a toda a estrutura sócio-económica do país obrigando a que fosse criado um consenso forçado entre realidades distintas: capital e do trabalho.

- Institucionalização da censura através da Direcção-Geral dos Serviços de Censura, dependente do Ministério do Interior e que exercia o controlo político sobre as publicações, quer de obras quer da imprensa.

- Polícia Política que em 1933 se designava por Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, após a II Guerra Mundial, por Polícia Internacional de Defesa do Estado «PIDE» e, no período marcelista, por Direcção-Geral de Segurança «DGS».

- Sistema eleitoral sem democraticidade, viciado e dispondo de um universo de votantes restrito. Em 1934, as eleições para a Assembleia Nacional contaram com 371.792 votantes que representavam somente 5,3% da população⁴. A eleição presidencial, após o processo eleitoral de 1958, passou a ser assegurada por um colégio eleitoral da confiança do Governo.

O regime de Salazar continha, pois, um conjunto de factores distintivos que o diferenciavam dos da I República e que Costa Leite (1936) identificou na sua obra⁵. Esses

³ “A Câmara Corporativa não tinha iniciativa legislativa mas apenas funções consultivas - através de pareceres - obrigatórias, mas sem carácter vinculativo, em toda a actividade legislativa exercida pela Assembleia Nacional e pelo Governo. Era composta por procuradores, representantes de autarquias locais e dos interesses sociais de ordem administrativa, moral, cultural e económica, que se repartiam em 3 sectores: interesses económicos, culturais e morais, administração local e administração pública, que, em 1953, se alargaram e transformaram em 24 secções especializadas. As revisões constitucionais introduziram algumas alterações ao seu funcionamento, nomeadamente a de 1959, pela qual passou a fazer parte do colégio eleitoral que elegia o Presidente da República”. (AR, 2009)

⁴ Rosas F. & Brito, J. B. (1996). *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa: Círculo de Leitores. p. 290.

⁵ Leite, J.P.C. (1936). *A doutrina corporativa em Portugal*. Lisboa: Livraria Académica Editora. pp. 32-35.

elementos são: o nacionalismo, a ordem, a autoridade, a justiça e equilíbrio social e a organização dos elementos da economia nacional.

Ora, tais elementos estavam nos antípodas dos que caracterizam os regimes democráticos em que os processos eleitorais são participados, existe pluralidade de opinião, partidos políticos, separação efectiva de poderes, liberdade de expressão e de iniciativa e ausência de repressão sobre a acção política.

No regime liderado por Salazar “os partidos políticos, as sociedades secretas e as associações sindicais foram proibidos” (Marques, 2006, p. 629), deixando de haver forças de oposição organizadas legalmente, levando a que os direitos dos cidadãos fossem restringidos.

Assim, é possível concluir que a designação Estado Novo pode empregar-se enquanto factor de diferenciação da República Corporativa, isto é, o regime emergente da Constituição de 1933, pelo facto de consubstanciar uma organização política, social e económica distinta da que vigorou em Portugal durante a chamada «Primeira República» e diferente também da que foi instaurada com a Constituição de 1976.

Em suma, Estado Novo foi o regime que vigorou em Portugal entre 1933 e 1974, que era dotado de idiosincrasias próprias e que teve em Oliveira Salazar e Marcello Caetano os seus dois mais importantes protagonistas.

1.2 Guerra colonial ou guerras do Ultramar?

No que concerne aos conflitos que Portugal enfrentou nos territórios de Angola, Moçambique e Guiné, alguns autores designam-nos por guerra colonial como forma de associar a razão daquela ao facto do país deter colónias e assim praticar uma política colonialista.

Já outros autores designam-nos por guerras do Ultramar, expressão que era a usada pelo regime corporativo uma vez que, constitucionalmente, Portugal não possuía colónias mas províncias ultramarinas, ou seja, o país era composto por 11 províncias no Continente Europeu⁶ mais as restantes províncias situados noutros continentes: Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné, Angola e Moçambique, em África, Timor, na Oceânia, Estado da Índia e Macau, na Ásia.

Assim, importa definir se é correcto classificar os territórios ultramarinos como colónias, tendo em conta que a alteração legislativa plasmada na Lei 2.066, de 27 de Junho de 1953, passou a designá-las por “províncias ultramarinas”.

⁶ Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro, Douro Litoral, Beira Alta, Beira Litoral, Beira Baixa, Ribatejo, Estremadura, Alto Alentejo, Baixo Alentejo e Algarve e ainda os territórios insulares da Madeira e dos Açores.

O objectivo político que se pretendeu alcançar, como Pinto (2005, p. 109) postula, foi o de “contornar o Artigo 73º da Carta da ONU”, tendo em conta a política de autodeterminação que estava a ser discutida no seio daquela organização e que levaria ao desmembrar dos impérios coloniais.

Deste modo, afigura-se necessário esclarecer o que significa efectivamente «colónia». Para aclarar a definição deste conceito analisaram-se as reflexões produzidas sobre a matéria por Lara, Venâncio e Pinto.

Segundo Lara (2005, p. 14), uma colónia apresenta um conjunto de características específicas como sejam “uma dominação imposta por um poder político exterior, exercida exclusivamente por um grupo étnico ou cultural sob o signo da superioridade, tendente à transferência das pessoas, instituições, capitais e tecnologias”, assim como “valores culturais e civilizacionais metropolitanos e à subordinação dos recursos e das instituições da região dependente dos interesses do poder político e do grupo étnico cultural dominante” (Lara, 2005, p. 14).

Por seu lado, Venâncio (2002, p. 23) classificou colónias como “novos espaços político-económicos de dominação” a ser exercida pela potência dominante, ou seja pelo país que domina um determinado território.

Pinto (2005, p. 80), ainda sobre o mesmo tema, acrescentou que “não parece abusivo concluir que Portugal, à data do 25 de Abril de 1974, possuía colónias, embora não lhes atribuindo essa designação”.

Assim, da análise daqueles contributos resulta que, no caso de Portugal, o termo colónia é o mais apropriado para definir os territórios sob jurisdição e domínio político administrativo e militar portugueses onde teve lugar a designada guerra colonial, isto é, uma guerra mantida com o intuito, do lado português, de manutenção das colónias e, do ponto de vista dos Movimentos de Libertação, de alcançar a independência face ao poder colonial que nesses territórios era exercido.

Conclui-se, portanto, que o termo mais apropriado para definir os conflitos militares em que Portugal esteve envolvido nos territórios africanos de Angola, Moçambique e Guiné, entre 1961 e 1974, é guerra colonial.

1.3 O 25 de Abril: golpe de estado militar, revolução ou revolta?

No que respeita ao 25 de Abril afigura-se importante identificar a sua designação analisando o que alguns autores definem como revolução e outros como golpe militar.

Para o efeito, seleccionaram-se os contributos de Cabral Couto, de Freitas do Amaral e Sousa Lara, no sentido de aprofundar a análise que sobre cada fenómeno foi efectuada, tendo por objectivo classificar terminologicamente o acontecimento.

Cabral Couto (1988) define quatro formas principais de acção violenta no campo interno, visando a conquista do poder pela força: “as revoluções, os golpes de estado, as revoltas militares e as guerras subversivas” (p. 156).

O citado autor tipifica cada uma delas, considerando como revolução “um levantamento popular, explosivo, súbito, breve, incontrolado e não planeado, dificilmente previsível” (p. 156).

Quanto a golpe de estado, define-o como “uma acção clandestina de um grupo restrito contra a autoridade de facto [...] que consegue ocupar posições chave e apoderar-se do poder” (p. 157).

Por revolta militar, postula que se trata de “um levantamento militar que procura derrubar pela força a autoridade de facto” (p. 158).

Dado não ser aplicável ao caso em estudo, prescinde-se da descrição de guerras subversivas.

Por sua vez, Amaral (1995, p. 157) defende que o 25 de Abril “foi desde o início uma Revolução – quer na intenção dos que o fizeram, quer no programa político que anunciaram ao país”. Inequivocamente, para este autor, o 25 de Abril foi uma revolução que, segundo referiu, se caracterizou “por não ser apenas uma substituição do pessoal dirigente [...] mas por uma profunda transformação de carácter político, económico e social” (Amaral, 1995, p. 157).

Lara (2005, p. 379) construiu um quadro teórico onde explicou as diferenças detectáveis entre golpe de estado e revolução e que se considerou pertinente integrar nesta dissertação.

	Golpe de Estado	Revolução
Agente	Uma parte da elite contra a outra, no Poder	Uma vanguarda com o apoio do povo contra o poder político
Objectivo	Substituir a elite governante, mantendo o sistema	Substituir a elite governante e as estruturas políticas, económicas e sociais
Duração	Curta (um ou poucos dias, em geral)	Longa
Fases	Monofásico	Plurifásico
Legalidade	Illegal	Inicialmente ilegal e posteriormente gerador de auto-legislação
Meios empregues	Mais do que proporcionais relativamente à violência criada	Menos do que proporcionais relativamente à violência criada
Preparação	Muito planeado e clandestino	Pouco planeado, mais sujeito a espontaneísmos e imprevistos
Frequência	Mais frequentes	Menos frequentes
Conotações Genéricas	Mais desfavorável	Mais favorável

Fonte: (Lara, 2005, p. 379)

Verificados os pressupostos referidos no quadro atrás representado, mormente nos pontos que a seguir se analisarão, efectuou-se uma comparação entre golpe de estado e revolução no contexto dos acontecimentos do 25 de Abril:

a) **Agente:** Efectivamente verificou-se um confronto entre membros da elite militar e política sem intervenção do povo.

b) **Objectivo:** Apesar de o objectivo não ser consensual, isto é, os objectivos eram distintos conforme as divisões que existiam no seio do MFA, de que a tendência spínolista era a mais visível mas não a única, o comunicado feito ao país não expressa qualquer intenção de alterar as estruturas sócio-económicas, nem sequer aflora a questão da independência das colónias.

c) **Duração:** A duração do golpe foi muito curta, em menos de 24 horas o Governo de Marcello Caetano tinha sido derrubado.

d) **Legalidade:** O planeamento e a acção foram sempre ilegais.

e) **Meios empregues:** Foram os proporcionais para a tomada do poder, não obstante, caso tivesse havido confronto com as forças do Regimento de Cavalaria 7 «RC7», esse poderia ter sido desvantajoso para o MFA.

f) **Preparação:** O golpe foi bem preparado e sempre na clandestinidade.

Assim, através de exercício comparativo, consegue encontrar-se semelhanças entre golpe de estado e o 25 de Abril em, pelo menos, seis dos nove pressupostos

apontados por Sousa Lara, ou seja, dois terços, pelo que se considera que os mesmos apontam para a classificação do 25 de Abril como um golpe de estado e não como uma revolução.

No que se refere à definição de Freitas do Amaral, não obstante, *a posteriori*, se terem, em parte, produzido as alterações antes identificadas, estas decorreram de um processo que não se encontrava abrangido pelo período de observação que deu suporte a este projecto.

Com efeito, até ao dia 26 de Abril, data em que após a queda do regime foi anunciado ao país o compromisso assumido pela JSN enquanto órgão receptor do poder, a mudança operada não teve características revolucionárias.

O Programa do MFA não aborda a questão da independência das colónias, pelo contrário, defende a sobrevivência da nação no seu todo pluricontinental, não prevê a criação de um sistema democrático multipartidário, nem a extinção da DGS.

Como tal, entende-se que as características revolucionárias identificadas no processo político português são consequência do próprio processo, não se podendo inferir, «avant la lettre», a partir da observação dos factos ocorridos até ao dia do derrube do regime, que tal situação se iria desencadear, nem era inevitável que assim fosse, pelo que se opta por considerar o 25 de Abril como um golpe militar.

Convirá, no entanto, dizer que a análise incidiu apenas sobre o acto perpetrado no dia 25 de Abril e não sobre os desenvolvimentos que se seguiram, pois, nesse caso, segundo Pinto (2005), ter-se-ia de falar, também, de revolta militar e de revolução.

1.4 Movimento das Forças Armadas ou Movimento dos Capitães?

Outra questão que importa clarificar é se é correcto considerar que o Movimento dos Capitães e o MFA são sinónimos, isto é, se correspondem à mesma organização.

Tendo em conta a génese do primeiro, inicialmente criado com o objectivo de defender os interesses da classe de capitães face às disposições constantes do Decreto-Lei 373/73, a designação Movimento dos Capitães foi inspirada pela “inquietação corporativa” (Moreira, 2008, p. 353) e por um espírito classista.

Esse grupo sofreu um processo evolutivo, a sua base de apoio ampliou-se à medida que as reuniões plenárias iam tendo lugar, a questão corporativa perdeu terreno perante outros objectivos, dos quais o fim da guerra se apresentava como o mais significativo, isto apesar “do Governo, alarmado com as repercussões das medidas tomadas [...] atenuar alguns aspectos” (Carrilho, 1985, 406) do Decreto-Lei 373/73.

A consciencialização política foi tomando conta do Movimento, assim como a convicção de que a guerra só terminaria se o Governo fosse derrubado. Além disso, a chegada de elementos de outros ramos das Forças Armadas: Marinha de Guerra e Força Aérea, que aderiram à causa, tornou o movimento muito mais abrangente, quer em objectivos quer em participantes.

Assim, por sugestão do general Spínola, foi adoptada a designação MFA após o documento *O Movimento, as Forças Armadas e a Nação* em que o Movimento passa a designar-se por Movimento de Oficiais das Forças Armadas «MOFA». A proposta teve por finalidade tornar a causa mais abrangente, de forma a não envolver apenas os oficiais mas também sargentos e praças.

Deste modo, verifica-se uma diferença nítida entre o Movimento dos Capitães e o MFA, pois, enquanto o primeiro tem uma raiz corporativa, o segundo tem uma raiz golpista, isto é, o Movimento dos Capitães está associado à génese da reivindicação e das acções de conspiração enquanto o MFA pode ser caracterizado por uma evolução daqueles objectivos para o derrube do Governo.

Então, parece legítimo concluir que são identificáveis dois momentos distintos no processo evolutivo do Movimento: o primeiro corresponde à fase da conspiração e o segundo, à da acção. Logo, o Movimento dos Capitães está na génese do MFA, mas não significa exactamente o mesmo que MFA, até porque houve oficiais que pertenceram ao primeiro e que deixaram de pertencer ao segundo, assim como uma parte dos oficiais que integrou o MFA não pertenceu ao Movimento dos Capitães.

II Capítulo - A situação portuguesa: a substituição de Salazar e o marcelismo

Este capítulo irá abordar a questão da exoneração de Salazar e o processo da sua sucessão, fará uma abordagem ao período da governação de Marcello Caetano e ao nível de concretização da sua política. Também a conjuntura internacional em 1968 e anos seguintes será analisada, bem como o crescimento económico, a evolução de alguns indicadores sociais e a situação militar nas colónias onde decorria a guerra: Angola, Guiné e Moçambique.

Na verdade, a questão da falta de oficiais do QP tinha levado o Governo a publicar um Diploma que se revelaria da maior importância futura, já que viria a estar no cerne da polémica e, mais tarde, do conflito latente que se viveu na instituição militar e na conspiração que, por via dela, foi crescendo.

Ora, uma primeira questão se coloca quanto ao período de governação de Marcello Caetano: que marcas podem ser considerados distintas e em que medida aquele período pode ser considerado diferente no contexto do regime corporativo vulgarmente designado por Estado Novo?

Por isso, o objectivo deste capítulo é o de reconstituir o tempo em que aquele estadista governou o país, identificar os seus apoios, fazer o inventário de algumas medidas que foram tomadas e que impacto produziram num dos momentos mais sensíveis da História Contemporânea de Portugal.

2.1 A sucessão de Salazar e a situação política

Em 27 de Setembro de 1968, Marcello Caetano tomou posse como Presidente do Conselho⁷, acto com o qual se consumou a substituição de Salazar que, semanas antes, sofrera uma queda no forte de Santo António do Estoril, não tendo recuperado das lesões sofridas. O Presidente da República, Américo Tomás, estava assim colocado no centro de decisão política sobre a continuidade, ou não, de Salazar à frente do Governo.

Por força do modelo governativo do Estado Novo, pela primeira vez, em dez anos de presidência, era chamado a decidir sobre uma questão da maior importância para o regime e que teria consequências profundas nos anos subsequentes: a substituição do Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, que desempenhava o cargo desde 1932.

⁷ Designação de chefe do Governo, de acordo com a Constituição de 1933, Artigo 106º (Miranda, 1981, p. 239).

2.1.1 A sucessão de Salazar

O Presidente da República tinha duas hipóteses em jogo: ou nomeava um Presidente do Conselho interino, na expectativa de uma eventual recuperação de Salazar, ou, acreditando na irreversibilidade da situação clínica daquele estadista, exonerava-o e nomeava novo Chefe do Governo.

A solução que lhe foi apresentada por alguns dos seus mais próximos conselheiros, como Soares da Fonseca⁸, apontava no sentido da primeira hipótese, conforme carta que este lhe dirigiu, referindo que “está muito generalizado o estado de espírito [mesmo na tropa] de que seria considerado acto feio exonerar o Dr. Salazar neste momento” (Martins, 2006, p. 102).

Apesar da posição de alguns elementos da cúpula do regime, o Presidente da República, perante as duas hipóteses possíveis e na posse de dados clínicos fiáveis, optou pela exoneração do Chefe do Governo.

Tendo em conta a pesquisa efectuada, verifica-se que o Presidente agiu no interesse do Estado mas não sem que essa decisão lhe tivesse causado um sentimento de amargura pelo afastamento do «pai» do regime.

As palavras proferidas no discurso da exoneração, em 26 de Setembro de 1968, revelam o seu sentimento perante o acto que se viu forçado a tomar⁹. No dia seguinte seria nomeado outro Presidente do Conselho.

Não obstante, o Presidente manter-se-ia fiel à pessoa de Salazar, mesmo quando este já não governava. Soube da sua morte, em 28 de Julho de 1970, quando, em funções de Estado, se encontrava em São Tomé.

No discurso que proferiu no dia da morte de Salazar fez a evocação do Homem e do Político através destas palavras: “a morte nos levou um Homem que foi o maior português do seu Século e um dos maiores de sempre” (Martins, 2006, p. 111).

Para a sucessão perfilavam-se destacadas figuras do regime. Na opinião de Amaral (1995, p. 84), os candidatos à sucessão eram “Marcello Caetano, Antunes Varela, Franco Nogueira e Adriano Moreira”, opinião que é partilhada por Cervelló (1993, p. 18).

Antunes (1992, p. 41), a esse propósito, refere uma conversa que Salazar teve com Franco Nogueira onde mencionava como possível sucessor “um de cinco nomes, entre os

⁸ Ex-Ministro das Corporações e Previdência “opõe-se à indigitação de Marcello Caetano para a Presidência do Conselho” (Rosas & Brito, 1996, p. 365).

⁹ “Tendo ouvido o Conselho de Estado e não devendo adiar por mais tempo esta decisão é, no entanto, com profunda amargura que [...] uso da faculdade conferida pelo n.º 1 do Artigo 81º da Constituição e exonero o Dr. António de Oliveira Salazar do cargo de Presidente do Conselho de Ministros” (Martins, 2006, p. 110).

quais Marcello Caetano, Pedro Theotónio Pereira e ele próprio Franco Nogueira”. No entanto, a inclusão de Theotónio Pereira neste grupo não é referida por outros autores talvez porque, como refere Almeida (2008 a, p. 24), “sofria de Parkinson”.

Caetano, “de longe o que possuía uma carreira política mais completa dentro do regime” (Amaral, 1995, p. 85), foi o nome mais consensual que Américo Tomás obteve depois de ouvido o Conselho de Estado, em que “mais de noventa por cento das pessoas consultadas” (Caetano, 1974, p. 14), o indicaram para a sucessão.

Silva Cunha, então Ministro do Ultramar, disse em entrevista que “o Presidente da República ouviu cerca de quarenta pessoas, entre as quais ele próprio e que a sua posição foi a de indicar o Professor Marcello Caetano para a chefia do Governo”¹⁰.

De há muito que Caetano era visto como uma alternativa ao curso tradicional do regime, dispondo de uma «entourage», formada ao longo dos anos, que se revia nas suas ideias políticas. Apesar de não ser uma escolha consensual, mas conjunturalmente maioritária, não foi objecto de grande contestação na cúpula do regime corporativo.

Aliás, ao ingressar na Faculdade de Direito de Lisboa, em 1939, Adriano Moreira foi confrontado com a opinião generalizada de que “Marcello Caetano era o sucessor de Salazar” (Moreira, 2008, p. 66), pelo que a sua escolha para o cargo não constituiu grande surpresa.

O convite para o cargo surgiu, assim, em 25 de Setembro de 1968. Marcello, apesar de estar afastado da política há dez anos, decidiu aceitar, dada a situação em que se encontrava o país. Mais tarde referirá que, ao sair do Palácio de Belém estava “convencido de que nada mais podia fazer senão arrostar com as responsabilidades” (Caetano, 1974, p. 15) da governação que lhe foram confiadas.

Neste contexto, não será difícil admitir que, embora Caetano não correspondesse a uma escolha unânime, era, no momento, quem reunia os apoios mais significativos para liderar o Governo.

Parece importante referir que, apesar da exoneração de Salazar em 26 de Setembro de 1968, este se manteve, ainda que ilusoriamente, em funções até falecer, em Julho de 1970.

A esse propósito registe-se a entrevista que deu em 1970, poucos meses antes de falecer, ao jornal francês «L’Aurore», que a Censura não deixou publicar em Portugal. Sobre o efectivo Presidente do Conselho, Salazar disse que “foi várias vezes meu Ministro e

¹⁰ Cunha, S. (2001). *Século XX Português. 1968-1974 Evolução na continuidade*. SIC.

aprecio-o. Gosta do poder mas não para obter benefícios pessoais pois é muito honesto, mas gosta do poder pelo poder. É inteligente, tem autoridade mas erra em não querer trabalhar connosco no Governo”¹¹.

O Estado Novo terminava um ciclo que foi marcado pela personalidade de Salazar, que era “o suporte do regime, e pode dizer-se que o regime consistia fundamentalmente na institucionalização da sua força pessoal, da dedicação que desencadeava, na autoridade que a própria permanência no poder lhe conferia” (Saraiva, 2004, p. 544) e abriu-se outro ciclo, agora protagonizado por Marcello Caetano. A resistência do sistema, para conter as pressões de que era alvo, acabaria por ditar o fim do próprio modelo, ou seja, a criação não resistiu à ausência do criador.

2.1.2 O marcelismo: evolução ou continuidade?

Designa-se por marcelismo, *grosso modo*, o período do designado Estado Novo no qual Marcello Caetano desempenhou o cargo de Presidente do Conselho, entre 27 de Setembro de 1968 e 24 de Abril de 1974.

Caetano foi um “ideólogo do corporativismo, professor universitário, administrativista eminente, historiador do Direito e das instituições” (Brito, 1999, p. 16). Doutorou-se em Direito pela Universidade de Lisboa aos vinte e quatro anos de idade, “o quinto a prestar essa prova no historial daquela faculdade” (Vieira, 2002, p. 33), foi colaborador de Salazar desde 1929, quando este ainda era Ministro das Finanças.

Assistiu ao nascimento do regime corporativo revelando grande proximidade de ideias com o Presidente do Conselho, do qual dirá, a propósito da sua chegada ao Ministério das Finanças, que “ensinava finanças na universidade e vendo que na prática da administração portuguesa se fazia tudo ao contrário do que diziam os livros, propunha-se a aplicar o que sabia e em cuja eficácia acreditava” (Caetano, 2000, p. 33).

De formação católica, “foi activo no Integralismo Lusitano, e redactor com Theotónio Pereira, da efémera Revista Ordem Nova, que se declarou antidemocrática, antiparlamentar, antisocialista, católica, apostólica, romana, reaccionária e intransigente” (Moreira, 2008, p. 351), tendo-se afastado deste projecto na sequência da sua aproximação a Salazar.

Aos 23 anos, foi nomeado auditor do Ministério das Finanças e, mais tarde, entre 1940 e 1944, foi Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa. Depois, entre 1944 e 1947, foi Ministro das Colónias, de 1947 a 1950, Presidente da Comissão Executiva da UN e, entre 1950 a 1955, Presidente da Câmara Corporativa. Além destes cargos foi ainda

¹¹ Anexo I.

membro vitalício do Conselho de Estado de 1952 a 1974 e Ministro da Presidência de 1955 a 1958.

A partir do fim da II Guerra, Caetano começou a tecer, cuidadosamente, uma teia de relacionamentos e cumplicidades, uma espécie de “partido informal” (Brito, 1999, p. 24), constituído “por uma nova geração de quadros saídos das universidades” (p. 25) que ficaria conhecido como o «grupo da Choupana», onde se destacavam Baltazar Rebelo de Sousa, Dias Rosas, Camilo Mendonça, César Moreira Baptista e José Guilherme de Melo e Castro, entre outros.

A liderança da UN permitiu-lhe adquirir visibilidade e aumentar a sua notoriedade pessoal e técnica, afirmando-se, cada vez mais, como o “segundo homem do regime” (Brito, 1999, p. 21). Porém, duas décadas e muitas vicissitudes haveriam de passar antes de chegar ao topo do poder.

No plano colonial, defendia a mudança constitucional de Estado Unitário para Estado Federal com a consequente transformação de Angola e Moçambique em Estados federados, o que o tornara próximo, nessa ideia, dos líderes da «abrilada» de 1961.

Afastado da governação após a eleição de Américo Tomás, em 1958, Caetano recolheu-se a um dos seus campos favoritos de acção – a Universidade¹². Desempenhou o cargo de Reitor da Universidade de Lisboa até à crise académica de 1962, dela se retirando aquando da intervenção policial contra os estudantes em protesto.

Para formar o seu primeiro Governo, mudou pouco, apenas “os Ministros de Estado, adjuntos à Presidência do Conselho, da Defesa Nacional, das Obras Públicas e da Saúde e Assistência e alguns Subsecretários de Estado” (Caetano, 1974, p. 16).

Sabia que “o centro de gravidade da nação portuguesa estava no Ultramar” (Nogueira, 2000, p. 21), tendo recebido do próprio Presidente da República um sinal claro de que “as forças armadas intervirão” (Martins, 2006, p. 101), caso houvesse alterações a esse princípio. A manutenção do império foi, pois, um compromisso de honra que assumiu com o Presidente. Aliás, foi com base nesse compromisso que foi indigitado para o cargo.

Consciente das suas limitações, aquando da consulta aos diversos Ministros no sentido destes manterem as pastas sob sua liderança, ao interpelar o Brigadeiro Bettencourt Rodrigues, recém-nomeado, por Salazar, para a pasta do Exército, ouviu deste o seguinte:

¹² Numa carta redigida em 1940, Caetano profere estas palavras premonitórias: “Fui ultimamente convidado para Secretário de Estado das Colónias, ao que me recusei por motivos longos para expor numa carta, mas que não têm nenhum carácter político. Apenas o desejo de não deixar a Universidade por enquanto, - enquanto, digo, não tiver aí começado, ao menos, uma obra que, no caso de falhar como estadista, me console do que fui como professor” (Amaral, 1995, p. 146).

“Considero essencial essa defesa, as Forças Armadas têm-na como ponto de honra e estão dispostas a sustentá-la. Não poderia colaborar num Governo que não seguisse intransigentemente tal política”.

Ao que lhe respondeu: “Senhor Ministro, neste momento a minha disposição é nesse sentido. Mas não posso tomar compromissos imutáveis. Até quando aguentará a nação esse esforço? Pois defenderemos o Ultramar enquanto puder ser...” (Caetano, 1974, p. 16).

No seu discurso de posse, empregou a expressão “evolução na continuidade” (Caetano, 1974, p. 47), uma fórmula que sintetizou dizendo que “essa continuidade será procurada não apenas na ordem administrativa, como no plano político. Mas continuar implica uma ideia de movimento, de sequência e de adaptação” (Caetano, 2001).

No mesmo discurso, advertiu que a sua política traria algo de diferente daquele que fora o modelo anterior. Para Caetano “a fidelidade à doutrina brilhantemente ensinada pelo Doutor Salazar não deve confundir-se com o apego obstinado a fórmulas ou soluções que ele algum dia haja adoptado” e que “a vida é sempre adaptação” (Caetano, 2001).

Contudo, na questão central que se lhe apresentava – a ultramarina – a sua acção não foi reveladora de significativos progressos, apesar da “autonomia progressiva” que refere no seu discurso pré-eleitoral de 11 de Setembro de 1969¹³ e que seria consagrada “na revisão Constitucional de 1971, seguida em 1972 de uma nova Lei Orgânica do Ultramar e dos estatutos territoriais” (Brito, 1999, p. 49). O tema, tabu, da independência das colónias manter-se-ia afastado do seu discurso. Angola e Moçambique alcançaram “o título honorífico de Estados, recebiam governos, assembleias legislativas, e tribunais próprios” (p. 49), mas, na essência, continuavam comandados pela Metrópole.

No âmbito da campanha eleitoral para as eleições legislativas de 1969, efectuou um périplo por Angola, Moçambique e Guiné. Esta viagem, nas palavras do ex-Ministro Silva Cunha, terá “radicado a sua intenção de defesa do Ultramar”¹⁴ do qual não pretendia ser o liquidatário.

Assim, apenas promoveu algumas mudanças políticas, sob o lema atrás referido, evolução na continuidade, como a renovação dos quadros da UN. Era sua intenção “fazer dela uma espécie de espaço pluripartidário das várias correntes do regime” (Brito, 1999, p. 29).

¹³ Caetano, M. (2001, Abril). *Século XX Português. 1968-1974 Evolução na continuidade*. SIC.

¹⁴ Mesmo episódio, depoimento do Prof. Doutor Silva Cunha.

Além disso, integrou no Governo e na Assembleia Nacional jovens quadros recrutados fora da esfera do regime, alguns dos quais constituíram a célebre ala liberal da UN, em consonância com o seu máximo representante. Sobre esse assunto disse que acordou “com o Dr. Melo e Castro em tentar recrutar para as listas da UN um núcleo forte de jovens da ala progressista e moderada, garantindo-lhes liberdade de movimento desde que aceitassem os princípios fundamentais” (Caetano, 1974, p. 58) que o regime defendia.

Assim, o Parlamento sofreu uma rotação significativa de Deputados, pois, segundo Cervelló (1993), “dois terços dos cento e cinquenta candidatos que a UN apresentou à Assembleia Nacional, eram-no pela primeira vez” (p. 24). Embora tivessem “origens heterogêneas e ideias diferentes em muitas questões” (p. 32) representavam uma linha reformista “modernizadora, contrária ao condicionamento industrial e ao proteccionismo” (Araújo, 2008, p. 7). A actuação destes elementos permitiu aduzir ao debate parlamentar um maior grau de democraticidade.

Do conjunto de Deputados que se consideram dentro dessa linha reformadora encontravam-se “José Pedro Pinto Leite, Francisco Sá Carneiro, João Pedro Miller Guerra, Joaquim Magalhães Mota, Francisco Pinto Balsemão, João Bosco Mota Amaral, José Correia da Cunha, Joaquim Macedo, Joaquim Pinto Machado, Alberto Alarcão e Silva” (Araújo, 2008, p. 8). Outros eram oriundos da cooperativa Conforto, tendo ligações “aos sectores católicos renovadores nascidos do Concílio Vaticano II, nomeadamente ao grupo da *Moraes* e da primeira fase de *O Tempo e o Modo*” (Araújo, 2008, p. 8).

No que concerne à tentativa de abertura do regime, Caetano permitiu o regresso ao país de Mário Soares, destacado oposicionista que se encontrava exilado na ilha de São Tomé, e de D. António Ferreira Gomes, Bispo do Porto e autor do “texto conhecido como «a carta do bispo do Porto a Salazar», datada de 13 de Julho de 1958” (Almeida, 2008b, p. 60), em consequência da qual se viria a exilar durante 10 anos.

Sobre o fim do seu exílio, que terminou em 12 de Novembro de 1968, menos de dois meses depois de ter chegado ao poder, Mário Soares registou que “fixou o prazo da minha deportação em um ano contando a prisão sofrida” (Avillez, 1996, p. 209), e afirma também que o seu regresso “foi dirigido pelo Governador, na quase ignorância da PIDE local” (p. 209).

Contudo, esta descompressão da vida política do país não foi acompanhada por mudanças profundas e que, constituíam, no fundo, a esperança de vastos sectores da sociedade.

Na realidade, prevaleceu a lógica de partido único, o universo eleitoral continuava restrito, a polícia política e a censura continuavam a tutelar a sociedade, apesar de as eleições legislativas de 1969 terem gerado uma onda de entusiasmo em todo o país.

Após essas eleições, Caetano integrou no Governo os Ministros Baltazar Rebelo de Sousa, Rui Patrício e Veiga Simão e os Secretários de Estado Xavier Pintado, Rogério Martins, Vasco Leónidas, Silva Pinto, Gonçalves Ferreira, Martins dos Santos e, pela primeira vez, uma mulher, Maria Teresa Lobo.

A alteração, segundo Almeida (2008b, p. 179), era mais acentuada ao nível de “quadros sem experiência governativa e parlamentar e deu-se principalmente ao nível de Subsecretários/Secretários de Estado da X Legislatura, 1969-1973”. Esses novos elementos foram apelidados de tecnocratas.

No plano colonial, que afinal constituía o seu grande desafio, “promoveu uma política descentralizadora aberta a soluções federativas que admitiam num horizonte longínquo a criação de «novos Brasis»” (Almeida, 2008b, p. 179). Porém, como admitiu Patrício (2001), “podia ter sido mais ousado”, os territórios de Angola e Moçambique passaram a ser constitucionalmente consagrados como Estados, abandonando a anterior designação de Províncias Ultramarinas, mas a discussão da independência não foi sequer afluída.

Também Silva Cunha, seu antigo Ministro, reconheceu que o Presidente do Conselho “não foi suficientemente claro na definição dos objectivos que se queria atingir, nem suficientemente coerente com as realidades nacionais nos processos de acção utilizados” (Cunha, 1977, p. 354), críticas que, apesar de brandas, revelam que algo de diferente seria expectável e desejável fazer-se e que se ficou aquém dessa expectativa.

Contudo, a política ultramarina de Marcello Caetano foi marcada por uma atitude semelhante aos “filhos em relação aos pais, um dia se independentizam” (Moreira, 2008, p. 352), mas essa independência estaria a grande distância e tendo sempre no horizonte a que o Brasil alcançara no Século XIX.

A realidade dos anos setenta do século XX era, porém, outra e parecia desaconselhar o recurso ao modelo preconizado por Caetano.

No campo económico, o país registou elevados índices de crescimento. As relações com os membros da European Free Trade Association «EFTA» e, mais tarde, com a Comunidade Económica Europeia «CEE», foram decisivas para esse crescimento. No sector social e educativo também foram realizadas importantes reformas.

Não se pode ignorar que o período marcelista foi marcado por um surto de desenvolvimento económico “assente na malha de industrialização pró europeia, aberta ao investimento estrangeiro” (Brito, 1999, p. 47), assim como de um conjunto de obras emblemáticas, como o projecto da barragem do Alqueva e o complexo petroquímico e portuário de Sines.

No campo social e educativo, destaca-se “a extensão da previdência aos rurais, a criação da ADSE para os funcionários públicos” (Brito, 1999, p. 47), o 13º mês e a reforma do ensino, protagonizada por Veiga Simão. Também o novo regime da liberdade sindical, plasmado no Decreto-Lei 49 059, de 14 de Junho, na Lei nº 2 144, que descriminalizou a greve, pode ser apontado como outro dos seus importantes legados.

Dois acontecimentos cívicos marcaram o período marcelista: o nascimento da SEDES, em 1970, enquanto associação cívica unida por “uma grande vontade de mudança e uma prática de militância social diversificada” (SEDES, 2008) e que foi constituída por elementos da designada «ala liberal» do Parlamento e, em Janeiro de 1973, o surgimento do jornal *Expresso* – fundado por Francisco Pinto Balsemão e que estava conotado com os sectores mais liberais do regime que propunham uma maior abertura – e no qual Sá Carneiro “assina uma coluna «Visto» que a Censura elege como alvo privilegiado da sua ira” (Rosas & Brito, 1996, p. 898). A primeira manchete deste jornal apresenta uma sondagem onde se refere que 63% dos portugueses nunca votaram.

Sobre o período dos governos de Marcello Caetano considera-se importante aduzir a este trabalho algumas opiniões que sobre ele foram formuladas, de modo a entender o estado de espírito reinante nos diferentes quadrantes políticos de então.

Escolheu-se para esse efeito: Mário Soares, na qualidade de importante figura da oposição, fundador do Partido Socialista «PS» e Presidente da República, 1986-1996; Fernando Rosas, historiador, membro da oposição ao regime, primeiro no PCP e, depois, no Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado «MRPP» e Freitas do Amaral, fundador do Centro Democrático e Social «CDS», ex-Ministro e Presidente da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas «ONU», que foi aluno de Marcello e pelo qual era visto como um dos seus mais dilectos discípulos.

Mário Soares considera que “foi uma frustração, e foi-o para todos: para os democratas, para os «ultra» e mesmo para aqueles que nele acreditaram. A falta de coragem política de Marcello Caetano, a ambiguidade, a sua incapacidade de resistir aos chamados ultras do salazarismo” (Avillez, 1996, p. 214), terá sido, para este autor, uma das razões do isolamento do país.

Por seu lado, para Rosas (2004, p. 13), o Presidente do Conselho “não era nem um liberal nem um democrata, mas um reformista dentro do regime desde o segundo pós-guerra, quando compreendeu que o Estado Novo podia resistir a pressões temporárias ou conjunturais mas não ao espírito da época”.

Finalmente, Amaral (1995, p. 97) revela que os primeiros tempos do seu Governo foram “felizes, em que as medidas tomadas e a orientação seguida caíram bem na opinião pública [...] estávamos a recuperar a passos largos o nosso atraso em relação à Europa” (Amaral, 1995, p. 99). Esse foi o período da primavera marcelista. Porém, mais tarde, o mesmo autor considera que o ano de 1973 foi “de lenta agonia” (Amaral, 1995, p. 125).

Renovar o regime e continuá-lo era o seu propósito, contudo, a ambiguidade da sua política levaram-no a perder a oportunidade de o fazer, talvez porque, como Moreira (2008, p. 353) sintetiza “o mundo em que sempre procurou intervir, guiado por uma sólida ética, já não estava lá quando assumiu o poder” e, por isso, o seu encontro com a História terá sido demasiado tardio.

Cervelló (1993, p. 22) divide o seu período de governação em dois momentos diferentes e identificáveis: “renovação na continuidade e de continuidade sem renovação”. Este segundo período refere-se ao momento em que já não encontra soluções de políticas de mudança, coincidindo em termos temporais com a recandidatura do almirante Américo Tomás para novo mandato presidencial em 1972 e terá sido uma oportunidade perdida de reforma efectiva do regime.

Durante a sua governação realizaram-se duas eleições legislativas: uma em Outubro de 1969 e outra em Outubro de 1973. A primeira foi a única, das que ocorreram durante o regime corporativo, a que concorreu a oposição. Porém, em 1973, voltou a não haver candidatos para além daqueles que figuravam na lista da Acção Nacional Popular «ANP», a quem coube, como é lógico, eleger a totalidade dos Deputados.

Também a polícia política continuou a sua acção, mantendo os dirigentes do passado, como Silva Pais, o director. Caetano mudou-lhe o nome de PIDE para DGS, mas os métodos de vigilância sobre a sociedade continuavam presentes.

De facto, apesar de ter reduzido significativamente o número de prisões e de se verificar um “nítido abrandamento da repressão policial” (Pimentel, 2007, p. 419), a DGS prosseguiu com os métodos persecutórios do passado.

A poucos dias do 25 de Abril, Caetano solicitou ao Presidente que “o substituísse na chefia do governo” (Amaral, 1995, p. 143), o que não foi aceite por Américo Tomás. O

Presidente do Conselho vivia um período de solidão e de ausência de soluções apercebendo-se do fim eminente do seu projecto político.

A passividade de Tomás perante a gravidade da situação levou-o a confidenciar a Amaral (1995, p. 145): “ele não vai fazer nada do que pode e eu não posso fazer nada do que devo. [...] É fácil de prever o que nos vai acontecer: vamos ambos pela borda fora!”.

Foi o que aconteceu cerca de uma semana depois. O homem que não quis «novos Brasis»¹⁵ foi deposto.

Chaimite foi o nome dado a um tipo de viatura blindada do Exército em homenagem aos feitos de Mouzinho de Albuquerque em terras do Império. Foi num veículo destes, «Bula», que Marcello Caetano abandonou o poder, no Largo do Carmo, rumando ao exílio.

Os últimos anos da sua vida foram passados como académico na Universidade Gama Filho, no Rio de Janeiro. As suas palavras de 1940¹⁶ tinham-se concretizado. O professor sobreviveu ao político e foi nessa qualidade que encontrou a morte em 1980, no Brasil, e, por sua decisão, longe da família e da pátria.

Em síntese, Marcello Caetano, ao manter a censura, a polícia política, o partido único, a restrição ao voto universal, a guerra colonial e os territórios ultramarinos, manteve, na essência, a estrutura do Estado Novo de Salazar, uma vez que as alterações produzidas tiveram efeitos mais semânticos que políticos.

A Censura mudou o nome para Comissão de Exame Prévio, a PIDE para DGS, a UN para ANP, Angola e Moçambique adquiriram o estatuto constitucional de Estados, mas essas novas figuras mantiveram os objectivos do passado. Logo, não houve evolução, mas sim continuidade.

2.1.3 A conjuntura internacional

Após a II Guerra Mundial, teve lugar uma profunda alteração na conjuntura internacional, mormente no que respeita aos países que detinham colónias àquela data. Para tal situação muito terá contribuído a divisão do mundo em blocos de influência: o ocidental, liderado pelos Estados Unidos da América e o de leste, liderado pela União Soviética.

Um dos produtos dessa conjuntura – a Carta das Nações Unidas – reconhece no seu Artigo 1º o direito dos povos decidirem sobre o seu futuro. Como tal, iniciou-se no seio daquela organização uma discussão sobre os territórios ultramarinos com vista ao

¹⁵ Expressão que pretendeu empregar no seu discurso de posse mas que não foi usada por pressão dos «ultra» do regime.

¹⁶ Ver nota de rodapé na página 29.

desmantelamento dos impérios coloniais ainda existentes: inglês, francês, belga e português. Estavam a chegar os ventos de mudança¹⁷.

Portugal, segundo Teixeira (2004, p. 105), “entre 1945 e 49 vive um período de marginalização internacional e de alguma indefinição da sua política externa”, sendo admitido na ONU em 1956. Entretanto, durante esse período, o país preparou-se para contornar o Artigo 73º (Capítulo XI)¹⁸ através de uma revisão constitucional em que “as colónias passaram a designar-se por províncias” (Antunes, 1991, p. 39), ou seja, parte integrante do território nacional.

Assim, quando “o Secretário-Geral requereu às autoridades de Lisboa uma listagem dos *non-self-governing-territories*” (Antunes, 1991, p. 38), Portugal respondeu que “não administra territórios que possam ser incluídos na categoria indicada pelo artigo 73º” (Antunes, 1991, p. 39).

Outro acontecimento relevante teria lugar em Bandung, na Indonésia, em Abril de 1955, onde se reuniram 29 Estados do “Terceiro Mundo”¹⁹, nascendo assim “uma associação de nações declaradamente neutrais ou não-alinhados” (Roberts, 2007, p. 71). Estes países passaram a concertar apoios e visibilidade à causa da descolonização e contra os imperialismos tradicionais protagonizados pelas potências coloniais europeias.

De forma diferente, as potências coloniais foram entregando as suas possessões, a começar pelo Reino Unido, que “pôs voluntariamente em prática uma descolonização progressiva” (Vaïsse, 2005, p. 50), dando a independência à sua principal colónia, a Índia, em 1948. Na década seguinte outras adquiriram esse estatuto.

A França teve outra posição: “enfraquecida pela guerra, considera que a manutenção do império lhe permitirá reconquistar a imagem de grande potência” (Vaïsse, 2005, p. 51). Porém, outra alternativa não teve senão a de abdicar das suas possessões ultramarinas. A Bélgica entregou o Congo em 1960. Portugal passava a ser, desde então, a última potência colonial.

A chegada de Kennedy à Casa Branca, em 1961, deu início a uma importante inflexão da política americana para o continente africano. Ao contrário dos seus antecessores, Kennedy tinha uma política para África. Já em 1957 tinha proferido, a

¹⁷ Frase proferida pelo Primeiro-Ministro britânico, Harold McMillan, em 1960, na África do Sul. *The wind of change is blowing through this continent and, whether we like or not, this growth of national consciousness is a political fact.*

¹⁸ “Os países membros responsáveis por territórios não autónomos comprometem-se a: 1) Assegurar o desenvolvimento político, económico, social e educacional das populações respectivas; 2) Promover Governos próprios tendo em conta as aspirações das populações; 3) Prestar ao Secretário-Geral informações estatísticas e técnicas sobre esses territórios” (Antunes, 1991, p. 38).

¹⁹ Expressão criada por Alfred Sauvy em 1952 para classificar os países que ascenderam à independência no pós 2ª Guerra Mundial, (Vaïsse, 2005, p. 39)

propósito da liberdade, que “a força mais poderosa que existe [...] é a eterna aspiração do Homem a ser livre e independente” (Antunes, 1991, p. 49).

Deste modo, quando, em 21 de Fevereiro de 1961, a Libéria requereu ao Conselho de Segurança da ONU que agendasse uma discussão sobre Angola, “a União Soviética, a República Árabe e o Ceilão apoiaram prontamente a moção num óbvio entrosamento entre a iniciativa da Libéria e o bloco comunista” (Antunes, 1991, p. 160).

A reacção portuguesa foi a de declinar a pretensão argumentando a falta de competência do Conselho de Segurança para se pronunciar sobre questões internas da nação, esperando que a posição dos Estados Unidos permitisse derrotar a moção. Contudo, não previra que “se Washington mantivesse a opção eurocêntrica da Administração Eisenhower, votando contra ou abstendo-se, Moscovo teria um bom pretexto para virar os não-alinhados contra os americanos” (Antunes, 1991, p. 161).

Verificou-se então uma intensa actividade diplomática na qual se destacou o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, tendo o resultado obtido sido satisfatório para Portugal, uma vez que a moção foi rejeitada com os votos contra dos aliados, nomeadamente do Reino Unido e da França. Os Estados Unidos votaram a favor da resolução ficando isolados na sua posição perante os aliados da Aliança Atlântica.

Entretanto, Portugal estava já a ser alvo de embargo ao fornecimento de armas por parte dos americanos para que não fossem desviadas para os «teatros de guerra» de África, vendo-se obrigado a colmatar essa lacuna através de acordos com a República Federal da Alemanha «RFA» e com a França, países com os quais estabeleceu significativas relações comerciais de âmbito militar.

No que respeita à RFA, o seu posicionamento perante a questão colonial portuguesa era “ao nível oficial, de total silêncio” (Fonseca, 2007, p. 70). Quanto à França, o Presidente De Gaulle diria a Marcelo Mathias que “a França nunca faria nada que pudesse prejudicar Portugal, nem a concepção que este decidisse para a evolução dos seus territórios” (Marcos, 2007, p. 70).

Desta forma, Portugal encontrou na França e na Alemanha os parceiros estratégicos para assegurar o fornecimento de material de guerra de que tanto carecia.

Porém, em finais de 1968, essas alianças estavam esgotadas. De Gaulle estava de saída do Eliseu e o Sozialdemokratische Partei Deutschland «SPD» de Willy Brandt estava prestes a chegar ao poder na RFA. A nova liderança alemã, como reconheceu Oliveira (2004, p. 317), “ao reivindicar um perfil mais ético para a política externa do Governo

Federal, sentiu necessidade de guardar as suas distâncias em relação ao regime colonial português”.

Também a França se encontrava numa situação delicada dado que “as ligações ao colonialismo português tendiam a ser cada vez menos toleradas pela opinião pública” (Oliveira, 2004, p. 316). Nesse contexto, a “utilização dos helicópteros Puma e Alouette por Portugal contra a guerrilha africana, por exemplo, tornou-se o símbolo mais visível de uma cooperação embaraçosa para a retórica humanista” (Oliveira, 2004, p. 316).

Em Dezembro de 1971, teve lugar na Ilha Terceira o encontro entre Caetano, Pompidou e Nixon, onde “apesar de toda a boa vontade manifestada pelos responsáveis franceses, Portugal foi informado de que daí em diante o máximo que a França podia fazer era canalizar o seu apoio militar por via indirecta” (Oliveira, 2004, p. 316), o que encarecia substancialmente as compras de material militar.

Relativamente aos Estados Unidos, Caetano conheceu o Presidente Richard Nixon, com o qual manteve boas relações. A conjuntura internacional, marcada pelo espectro da «guerra fria», estimulou os diplomatas portugueses a aproximar-se de Washington com “a secreta esperança de que o Departamento de Estado, o Pentágono e outras agências governamentais se esforçassem para explorar brechas na legislação relativa ao embargo de armas decretado em 1961” (Oliveira, 2004, p. 311), aumentando a sua ajuda militar a Portugal.

Contudo, essa aproximação não surtiu efeitos práticos assinaláveis porquanto os americanos “a braços com uma contestação crescente em relação à sua política para o Sudoeste asiático, a última coisa que a administração Nixon precisava era de mais um foco de hostilidades em assuntos de política externa” (Oliveira, 2004, p. 312).

O isolamento internacional era nítido mas não inteiramente preocupante porque Portugal era membro da North Atlantic Treaty Organization «NATO», da ONU, da EFTA e tinha, desde 1972, um acordo de comércio com a CEE. Era ainda membro de várias organizações inter-estatais como a Interpol, assim como de organizações desportivas e culturais, como o Comité Olímpico Internacional «COI», a Fédération Internationale de Football Association «FIFA», a Union of European Football Associations «UEFA», a Eurovisão e outras.

De entre os vários acontecimentos internacionais que marcaram o isolamento do regime corporativo destacam-se dois. O primeiro quando, em Junho de 1970, o Papa Paulo VI recebeu em Roma os líderes do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde «PAIGC», Frente de Libertação de Moçambique «FRELIMO» e Movimento Popular

de Libertação de Angola «MPLA» e o segundo, em 1973, aquando da visita de Caetano a Londres, viagem que foi marcada por amplas manifestações de protesto, com a opinião pública a recordar o massacre da aldeia moçambicana de Wiriyamu, denunciada pelo padre Hastings.

Concluindo, em 1968/69, Portugal ainda gozava de algum crédito internacional, fruto da conjuntura e da sua posição de aliado na NATO. Contudo, a falta de solução para a guerra conduziu, paulatinamente, ao afastamento dos seus aliados.

2.1.4 A oposição e as eleições de 1969

Quando Marcello Caetano chegou ao poder, as iniciativas de abertura levadas a cabo pelo seu Governo geraram uma onda de esperança e a convicção de que era possível renovar o regime sem que tal implicasse a via traumática do golpe de estado, como acontecera em 1910 e em 1926.

Por isso, o período que se viveu de Setembro de 1968 a Outubro de 1969 – data das eleições legislativas – criou um nível elevado de expectativas e a oposição preparou-se para se apresentar às urnas, sem desistir no final da campanha como sucedera no passado.

A oposição não estava estruturada em partidos políticos – o sistema político não possibilitava a sua existência e apenas consentia comissões eleitorais – à excepção do PCP que estava organizado e actuava na clandestinidade. A restante oposição agrupava-se segundo tendências que abarcavam um vasto universo político.

Contudo, seria redutor limitar a oposição às comissões eleitorais quando a oposição ao regime albergava um conjunto heterogéneo de grupos, protagonizando diferentes projectos políticos, objectivos e meios de acção distintos. Assim, para efeitos deste trabalho, considerou-se necessário distinguir três tipos de oposição: a eleitoral, a clandestina e a armada.

Assim, na oposição eleitoral importa destacar a Comissão Eleitoral Monárquica «CEM», liderada por Henrique Barrilero Ruas, a Comissão Eleitoral de Unidade Democrática «CEUD», chefiada por Mário Soares e que integrava os socialistas moderados, entre os quais se destacavam alguns católicos pós-concílio, e a Comissão Democrática Eleitoral «CDE», onde se destacavam Urbano Tavares Rodrigues e José Manuel Tengarrinha e que agrupava tendências comunistas, socialistas radicais e católicas progressistas.

Na oposição clandestina destaca-se:

O PCP, liderado por Álvaro Cunhal, que se encontrava exilado após a fuga do Forte de Peniche, no início da década de sessenta, e que conduzia os destinos do partido alinhando-o com as posições da União Soviética da era Brejnev.

- A Frente Patriótica de Libertação Nacional «FPLN», fundada em Roma em 1962 “como organismo unitário de toda a oposição” (Cervelló, 1993, p. 44) e que se instalou na Argélia onde dispunha da Rádio Voz da Liberdade. Na FPLN, que agregava várias tendências, mormente a comunista e onde se destacavam, para além de outros, Piteira Santos e Manuel Alegre.

- O MRPP, enquanto um dos mais importantes movimentos de inspiração maoísta, “nasceu de uma tripla componente: operária, estudantil e militar” (Cervelló, 1993, p. 42) e alcançou importante adesão no sector estudantil.

Por questões de síntese não se faz referência a outros movimentos oposicionistas clandestinos, grande parte dos quais saídos das divisões ocorridas no PCP e que tiveram a sua raiz na cisão do movimento comunista internacional e na dicotomia soviético chinesa. Destaca-se, todavia, a figura de Francisco Martins Rodrigues, ex-membro de topo do Partido Comunista, que viria a ser expulso em 1963 e que impulsionou a fundação do Comité Marxista-Leninista Português «CMLP».

Na oposição armada evidencia-se o papel da Liga de Unidade e Acção Revolucionária «LUAR», da Acção Revolucionária Armada «ARA», «braço armado» do Partido Comunista e das Brigadas Revolucionárias «BR», nascidas da cisão na FPLN, dando lugar à criação do Partido Revolucionário do Proletariado/Brigadas Revolucionárias «PRP/BR». Estas duas organizações formaram-se após as eleições de 1969.

Para preparar o referido acto eleitoral foi publicada a Lei nº 2 137 de 26 de Dezembro de 1968, que alargou o voto às mulheres e o Decreto-Lei 49 229 de 10 de Setembro, que se destinava a regular a apresentação de candidaturas e direitos dos candidatos. Estas medidas permitiram que se atingisse um recorde de “1.115.248 eleitores” (Rosas & Brito, 1996, p. 290) mas o modo de escrutínio, que é um dos factores que melhor classifica a democraticidade de umas eleições, ficou inalterado.

Deste modo e como era de esperar, a UN ganhou todos os mandatos, não tendo a oposição eleito qualquer Deputado apesar de ter obtido alguns resultados expressivos como adiante se constatará. Mário Soares considerou estas eleições fraudulentas “mas talvez menos fraudulentas que as anteriores e [...] as mais participadas” (Avillez, 1996, p. 228).

Importa assinalar que estas eleições foram as únicas que a oposição disputou durante todo o regime corporativo. Desse acto destacam-se os seguintes resultados: “no

distrito de Lisboa: Inscritos – 350.157; votantes – 168.311 (48,1%); União Nacional 127.036 (75%); Comissão Democrática Eleitoral – 31.250 (18,5%); Comissão Eleitoral de Unidade Democrática – 8.673 (5,2%); Comissão Eleitoral Monárquica – 1.352 (0,8%) ” (Rosas & Brito, 1996, p. 291). A CDE foi aquela que obteve a votação mais expressiva da oposição eleitoral.

A CEUD, poucos anos depois, transformar-se-ia no PS porque Soares – que rumaria ao exílio pouco depois e do qual só regressaria depois do 25 de Abril – iniciara um percurso de aproximação às democracias ocidentais através de ligações ao SPD alemão, aos sociais-democratas nórdicos, aos socialistas franceses e aos trabalhistas ingleses.

A CDE desenharia um projecto político próprio, mantendo-se activa e próxima do PCP, que continuou na clandestinidade até ao 25 de Abril. O seu líder, Álvaro Cunhal, defendia que, para derrubar o regime, “necessita-se de força, de armas [...] essas armas são as próprias armas que o fascismo entregou aos soldados e marinheiros” (Melo, 2007, p. 95).

Porém, a oposição não se manifestava só através de campanhas política ou de atentados. Entre os actos de resistência passiva que ocorreram destaca-se a crise académica de 1969 e a vigília da Capela do Rato, de 31 de Dezembro de 1972 para 1 de Janeiro de 1973.

A crise académica iniciou-se em 17 de Abril de 1969, quando Américo Tomás, José Hermano Saraiva, Ministro da Educação e outros Ministros se preparavam para inaugurar o edifício de Matemáticas na Universidade de Coimbra. Alberto Martins, líder da Associação Académica de Coimbra, pelo simples facto de se levantar e “em nome dos estudantes da Universidade de Coimbra” (Lourenço, 2008, p. 90) pedir a palavra, deu azo a uma cadeia de acontecimentos que duraram meses e durante os quais dezenas de estudantes foram presos e as universidades encerradas.

Na Capela do Rato decorreu uma vigília pela paz que foi usada para confrontar o regime contra a guerra colonial. Dessa situação resultariam incidentes dado que, como relata J. Barreto (2004, p. 163), a polícia pretendia interromper o culto mas o Cardeal Patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro, resolveu “contrariar as ordens policiais [...] o que conduziu à detenção dos dois sacerdotes” o que daria ainda mais visibilidade ao caso.

Alguns sectores católicos demonstravam, assim, o seu desalinhamento com um poder temporal que a Santa Sé já não via com bons olhos. Basta lembrar, como referiu J. Barreto (2004, p. 149), que a encíclica *Pacem in Terris*, de 11 de Abril de 1963, “continha

nas suas entrelinhas, para quem quisesse ver, uma condenação da situação dos Direitos do Homem e das liberdades públicas sob o regime português”.

A sociedade também estava em movimento. Entre 4 e 8 de Abril de 1973, teve lugar o 3º Congresso da Oposição Democrática, em Aveiro, que deixou de ser republicano, dado que nele também participaram monárquicos opositores. Isto é, a divisão das eleições de 1969 foi superada, depois de um prévio acordo entre comunistas e socialistas.

Em síntese, a oposição respirou melhor durante os Governos Marcelistas, pôde exprimir-se de forma menos condicionada, mas não conseguiu o essencial: representação política, liberdade de associação e a libertação dos presos políticos. Assim, os resultados não foram substancialmente diferentes daqueles que se tinham verificado no passado.

2.2. A situação económica e social

A economia é um dos campos políticos mais importante para se analisar a realidade de um país, numa determinada conjuntura. Igualmente fundamentais para essa análise são os indicadores sociais e humanos.

Seguidamente, analisar-se-ão alguns contributos que permitem avaliar o crescimento económico, assim como, alguns dos indicadores mais relevantes, tais como o Produto Interno Bruto «PIB», a inflação, o desemprego, o volume do investimento estrangeiro, as receitas dos emigrantes, a balança comercial e o peso que nesta tinham os mercados da Europa após a adesão à EFTA, em 1960, e ao acordo comercial com a CEE, em 1972. Verificar-se-á, ainda, qual a importância das colónias no contexto da balança comercial portuguesa e proceder-se-á a uma análise ao modelo de crescimento económico, às razões do seu sucesso e aos seus pontos mais vulneráveis.

Na área social serão estudados alguns indicadores humanos, tais como a taxa de mortalidade infantil, o analfabetismo, a esperança média de vida à nascença, a emigração e alguns índices de conforto, bem como as medidas mais relevantes tomadas durante o marcelismo.

2.2.1. A economia

Portugal, sendo um país periférico e industrialmente pouco desenvolvido quando comparado com outras nações da Europa, no ciclo do marcelismo, dispunha de uma economia em franca expansão, revelando elevadas taxas de crescimento do PIB.

Aliás, como reconhece Silva Lopes (1996), “as características dominantes da evolução entre 1969 e 1973 foram a aceleração do desenvolvimento económico, a

crescente abertura ao exterior e a ausência de grandes desequilíbrios macroeconómicos” (p. 236).

Segundo Barreto (2004, p. 138), naquela época “o rendimento nacional por habitante cresceu a uma média de 6,5% ao ano, com valores que por vezes ultrapassavam os 10%, este foi o período de maior crescimento da história do país”.

Contudo, importa ter presente que o crescimento da economia portuguesa foi impulsionado por um ciclo de forte crescimento da economia mundial de 5,1% ao ano.²⁰ Convém ter presente que a Comunidade Europeia-12 registou 4,7%, a Grécia, 7,6%, a Espanha, 7,2%, a Irlanda, 4,4% e os países em vias de desenvolvimento, 6,0%.

Portanto, pode inferir-se que o crescimento português não foi maior que o de outras nações que gravitavam no mesmo nível de desenvolvimento e que esse foi induzido por um ciclo económico favorável registado à escala mundial.

A título de exemplo, registe-se a comparação que Corkill (2004, p. 229) estabelece entre o crescimento espanhol e o português, em que o “PIB espanhol era, em 1963, 25% mais elevado que o português, diferença que em 1973 era de 50%”.

Como se percebe facilmente, quando a base é baixa qualquer crescimento assume sempre um maior significado.

A inflação, outro dos indicadores macroeconómicos de análise de uma economia, a partir de 1970, mostrava sinais de descontrolo, chegando a 13,1% em 1973²¹. O choque petrolífero desse ano teve um efeito bastante negativo no desempenho da economia do país o que, de resto, sucedeu com outras economias.

Como refere Silva Lopes (1996), “o processo de aceleração inflacionista, que se desenvolveu a partir de 1965, veio culminar com um salto brutal em 1973 quando subiram em flecha os preços dos produtos primários no mercado internacional e ocorreu o choque petrolífero” (p. 305). Esse choque abalou a economia portuguesa na recta final do marcelismo através de uma subida generalizada dos preços, “o custo de vida subiu cerca de 25% durante os últimos doze meses do regime do Estado Novo, entre Março de 1973 e Março de 1974” (Lopes, 1996, p. 306).

No que respeita ao tecido empresarial, convém referir que Portugal dispunha de sete grupos económicos com alguma relevância, mesmo no contexto internacional e que, como refere Amaral (2008, p. 80), “representavam no seu conjunto 75% do PIB”. O grupo

²⁰ Valores retirados de Barreto (1996, p. 248).

²¹ (Teixeira, 2008)

CUF, por exemplo, no início da década de setenta, era responsável por “cerca de 20% do PIB e era não só o maior grupo económico português como ibérico” (Amaral, 2008, p. 88).

Em contraste com esta excessiva concentração, “26.500 de um universo de 33.000 empresas empregavam menos de 10 trabalhadores” (Corkill, 2004, p. 226). Assim, será de admitir que o tecido empresarial era desequilibrado, desproporcionalmente grande no que se refere aos grandes grupos económicos e significativamente reduzido no segmento das PME.

No que concerne às exportações, no período compreendido entre 1969 e 1973, aumentaram 107%, o que revela uma significativa expansão da economia. O investimento estrangeiro era cada vez mais significativo, tinha subido “de 2% do total de investimentos do sector privado em 1960, para 75%” (p. 221), em 1975. As sociedades estrangeiras contribuíram de forma desproporcionada para as exportações, rondando os 42,5% do total entre 1964 e 1974” (Corkill, 2004, p. 221).

Relativamente ao comércio com as colónias, o seu peso relativo não era muito significativo, até porque a sua “quota-parte [...] nas exportações portuguesas tinha caído de 25% em 1960 para 15% em 1973” (Barreto, 1996, p. 238).

O Ultramar não era, pois, o principal parceiro comercial de Portugal, tendo em conta a dinâmica desenvolvida com os países da EFTA, com quem foi possível “a criação de comércio e o desvio de comércio” (Pinto, 2005, p. 215).

No que se refere às receitas dos emigrantes, como reconheceu Corkill (2004, p. 223), estas receitas “representavam 70% das mercadorias exportadas e 10% do PIB”, constituindo-se numa importante fonte de captação de divisas estrangeiras.

Quanto ao desemprego, o mesmo autor defende que Portugal “no início da década de 70, conhece uma situação inédita na sua história moderna: o pleno emprego” (Corkill, 2004, p. 39). O crescimento da economia era tal “que nem o pleno emprego masculino nem o recurso crescente e generalizado ao trabalho feminino foram suficientes para satisfazer a procura de trabalhadores” (Corkill, 2004, p. 39).

Deste modo, o somatório dos investimentos estrangeiros, a produtividade dos grupos económicos, as receitas dos emigrantes, a estabilidade monetária, as importantes reservas de ouro acumuladas, a que se poderá adicionar uma baixa dívida externa, constituíram factores que, conjugados, deram origem a que a expansão económica portuguesa fosse classificada como um «milagre económico».

Porém, o país também se debatia com importantes constrangimentos, dos quais se destaca o custo da guerra, levando a que a respectiva “fatia do OE passe de 21 por cento

em 1960, para cerca de 32 por cento em 1962, mantendo-se acima dos 30 por cento até final da década, decrescendo depois até 1974” (Afonso & Gomes, 1998, p. 523), dado que implicou uma contracção do investimento público.

Estando a economia cada vez mais integrada na Europa, esta representava “48% das exportações [...] e fornecia [...] 45% das importações” (Corkill, 2004, p. 221), logo, não será exagero concluir que a economia portuguesa já revelava uma grande dependência do comércio com a Europa, onde mais tarde se integraria.

Em síntese, a economia portuguesa cresceu a bom ritmo mas não se afirmou através da tecnologia, da mão-de-obra especializada, da inovação ou da qualidade, ou seja, foram razões mais conjunturais que estruturais que estiveram na origem do crescimento económico que se assinalou.

O país, como reconheceu Corkill (2004, p. 229), “continuava a ser o mais pobre da Europa Ocidental [...] bem atrás de toda a restante Europa do sul”, não obstante o desenvolvimento registado, o «estado da arte» em termos económicos não era muito brilhante.

2.2.2 A situação social

Em termos sociais, nesse período, segundo Barreto (2004, p. 116), Portugal era o país da Europa Ocidental com “as mais elevadas taxas de analfabetismo e de mortalidade infantil. A mais jovem população com a mais elevada natalidade e a mais baixa esperança de vida à nascença. O menor número de médicos e enfermeiros por habitante”.

Ao mesmo tempo, apresentava o mais baixo “rendimento por habitante, a menor produtividade por trabalhador. A maior população agrícola e a menor taxa de industrialização. O menor número de alunos no ensino básico e [...] no ensino superior. O menor número de pessoas abrangidas pela segurança social” (Barreto, 2004, p. 161).

Portugal, em 1970, segundo o censo daquele ano, dispunha de uma população residente de 8.611.125, o que traduzia uma redução face aos valores registados em 1960, sendo a única vez no século XX que registou um saldo negativo²².

A taxa de mortalidade infantil, em 1973, situava-se em 44,9‰ (Barreto, 1996, p. 69) e apenas 37,5% dos nascimentos ocorriam em unidades hospitalares (Barreto, 1996, p. 79). A esperança média de vida à nascença, como evidenciou Carreira (1996), era “de 67,4 anos em 1969-1972” (p. 382).

²² Barreto, A.(Coord.). (1996). *A situação social em Portugal 1960-1995*. Lisboa: Edições ICS. p. 65.

Segundo dados coligidos por Barreto (1996), o analfabetismo abrangia, em 1970, 2.894.345 indivíduos, a que acresciam 383.795 que sabiam ler e escrever mas não tinham qualquer grau de instrução (p. 89). Em 1970, o país gastava em educação o equivalente a 1,9% do PIB (p. 99).

A taxa de abandono escolar e de reprovações, como indica Medina Carreira, era elevadíssima “em 1970-71 constituíam 42%, e dos 990.000 alunos que frequentavam o ensino primário, só 18% o concluíram” (1996, p. 462).

A emigração também foi intensa, constituindo um dos mais importantes movimentos migratórios do pós-guerra: entre “1960 e 1973 mais de milhão e meio de portugueses abandonaram o país para trabalhar no estrangeiro” (Barreto, 2004, p. 144). Importa também salientar que no período marcelista 1969-1973 deixaram o país 702.995 pessoas²³.

Em termos do conforto das populações convém frisar que, em 1970, 47,4% dos alojamentos dispunha de água canalizada, 28,7% dispunha de duche ou banho e 63,8% tinha electricidade. A despesa com a segurança social representava, em 1960, 1,7% do PIB, em 1970, 3,8% e, em 1973, 5,9%²⁴.

Isto não significa que o país não tenha avançado nada em termos de protecção social. De facto, os governos de Marcello Caetano, “tomaram iniciativas no sentido de alargar o número de contribuintes e beneficiários do sistema. Foi nessa altura que uma grande parte dos idosos rurais e de empregadas domésticas foi incluída no rol de beneficiários” (Barreto, 2004, p. 149). Foi também criado o 13º mês e a Assistência na Doença dos Servidores do Estado «ADSE».

Assim, não é demais concluir que foi no período dos governos de Marcello Caetano que se deram os primeiros passos no chamado estado-social. O país encontrava-se economicamente em desenvolvimento, vivendo uma situação que Fátima Patriarca (2004, p. 185) designou como “pleno emprego”, o que permitiu investimentos significativos no campo social.

Porém, essa evolução não era suficiente para debelar as assimetrias sociais e Portugal, em matéria de desenvolvimento social e humano, continuava a ocupar os lugares mais baixo dos «rankings» europeus.

²³ Barreto, A. (Coord). (1996). *A situação social em Portugal 1960-1995*. Lisboa: Edições ICS. p. 72. Quadro n.º 1.22.

²⁴ Ibidem, pág.135, quadro n.º 7.3.

2.3 A situação militar

Desde 1961 que Portugal enfrentava em Angola uma guerra de guerrilha que lhe era movida pelo MPLA, liderado por Agostinho Neto, e pela União dos Povos de Angola «UPA», de Holden Roberto.

A situação viria a agravar-se com a abertura de novas frentes de guerra na Guiné, em 1963, por parte do PAIGC, de Amílcar Cabral, e em Moçambique, em 1964, pela FRELIMO, de Eduardo Mondlane e depois Samora Machel. Em 1966, surgiu um novo actor na guerra de Angola, a União Nacional para a Independência Total de Angola «UNITA», de Jonas Savimbi.

Para responder a esta situação, o Governo português outra forma não encontrou que não fosse enfrentar as acções armadas daqueles movimentos de libertação com a mobilização e deslocação de importantes contingentes militares, os quais viriam a atingir no conjunto dos três teatros de guerra “169.000 homens” (Afonso & Gomes, 1998, p. 15). Durante os três conflitos, 8.290 homens encontraram a morte (Afonso & Gomes, 1998, p. 528), sendo que 4.718 dessas mortes se verificaram durante o período marcelista.

Com esta acção alcançou-se a estabilização dos territórios de Angola e Moçambique, o mesmo não se verificando na Guiné, onde o dispositivo militar português enfrentou sempre sérias dificuldades ao nível da morfologia do terreno, da geografia e dimensão do território, dos países vizinhos e, não menos importante, da capacidade de organização e de combate do PAIGC.

Porém, na sociedade, o efeito da “guerra começava a ser uma preocupação para a classe média, sobretudo para as famílias cujos filhos se aproximavam da idade militar” (Saraiva, 2004, p. 544). Como Pinto (2005, p. 57) disse, “a saturação evidenciada por parte considerável da sociedade portuguesa tornava cada vez mais difícil o apoio militar à manutenção do Estado Novo”.

Deste modo, o cenário encontrado por Caetano em 1968 foi o de controlo militar dos territórios de Angola e Moçambique e “só na Guiné a situação oferecia maiores dificuldades, dado não só a proximidade das bases de apoio externo, mas também um maior grau de adesão da população ao movimento de rebelião” (Saraiva, 2004, p. 541). Essa situação manter-se-ia ao longo do seu Governo, apenas piorando na Guiné.

Seguidamente, efectuar-se-á uma análise, necessariamente sucinta, da situação militar nos territórios onde decorria a guerra.

2.3.1 Em Angola

Em 1968, a guerra estava sob controlo das Forças Armadas Portuguesas apesar de operarem no território três movimentos de libertação: o MPLA, a UPA/Frente Nacional de Libertação de Angola «FNLA» e a UNITA. Esta realidade manter-se-ia até ao 25 de Abril de 1974.

Alguns dos factores que mais contribuíram para o clima de confiança que se vivia foram os seguintes:

- A criação de aldeamentos estratégicos onde se concentrou parte da população indígena do leste do território;
- A utilização sistemática do helicóptero em conjugação com as forças terrestres de que se destacavam os corpos especiais de comandos e pára-quedistas;
- O recurso a unidades paramilitares de significativa eficácia, como os «flechas», enquadrados pela DGS.

Estas medidas firmaram o domínio português praticamente sobre todo o território, assim como sobre “todas as cidades e as vias de comunicação” (Cervelló, 1993, p. 87).

Costa Gomes, quando foi Comandante-Chefe em Angola, revelou grande capacidade estratégica para desequilibrar o conflito, apoiou-se ainda “nas chamadas forças auxiliares estrangeiras. As mais importantes foram os chamados Fiéis, antigos gendarmes do Catanga e apoiantes de Moisés Tchombé, que, no final de 1967, se tinham refugiado em Angola” (Rodrigues, 2008, p. 85). Essas tropas revelaram-se de grande utilidade estratégica.

Os movimentos de libertação de Angola não obtiveram vitórias dignas de registo e a sua acção foi cada vez mais espaçada no tempo, devido à “intensificação do esforço militar português, aliado às divergências e questões entre os três movimentos em luta, permitindo que a guerrilha nunca ganhasse terreno significativo, antes o fossem perdendo cada vez mais” (Marques, 2006, p. 707). Por isso, “em 1972, é possível dizer-se que Angola se achava próximo da pacificação” (Marques, 2006, p. 707).

No início dos anos setenta, no leste do território, a UNITA passou a colaborar com Portugal “na luta contra o MPLA” (Cunha, 1977, p. 333). Aliás, não era o único movimento a fazê-lo, já que a FNLA “fazia uma autêntica caça [...] aos seus rivais daquela organização” (Cunha, 1977, p. 333). Assim, o MPLA, em 1974, encontrava-se à beira do colapso.

A pacificação generalizada do território permitiu um surto de desenvolvimento baseado nos seus importantes recursos naturais: petróleo, diamantes, ferro, café e algodão. Como Cunha (1977, p. 341) sintetiza, “as acções militares dos guerrilheiros eram cada vez

menos frequentes” e, em consequência dessa pacificação, conclui, deu-se um “aumento das receitas públicas e da vitalidade demonstrada pelo sector privado” (Cunha, 1977, p. 341). Assim, na sua óptica, o futuro de Angola presumia-se próspero.

A situação era, pois, satisfatória do ponto de vista português, não se perspectivando que viesse a ser alterada nos tempos mais próximos. O 25 de Abril encarregou-se de provocar essa mudança.

2.3.2 Na Guiné

A Guiné foi o único dos três teatros de guerra em que as forças armadas portuguesas perderam o domínio de parte significativa do território e onde a guerra se encontrava praticamente perdida do ponto de vista militar, culminando, em Setembro de 1973, com a declaração de independência do Estado da Guiné-Bissau a qual obteve um amplo reconhecimento internacional.

O território apresenta características geográficas que em parte podem explicar o êxito do PAIGC e o insucesso do dispositivo militar português. Além da sua pequena dimensão, 36.125 Km², as escassas elevações, “o clima é tropical com duas estações diferenciadas”, a população é reduzida, segundo o censo de 1970 “sob controlo das autoridades portuguesas era de 487.448 habitantes [...] há uma grande diversidade étnica com mais de trinta grupos” (Cervelló, 1993, p. 88) e ter-se-ia de contar com os países vizinhos – a Guiné Conacri e o Senegal.

A pequena dimensão do território e a morfologia do terreno eram propícios a operações de infiltração, ataque e fuga para os países vizinhos onde as forças do PAIGC gozavam de hospitalidade para além da que dispunham no seio de algumas etnias, como os Balantas, que “eram a tribo mais numerosa do território” (Cervelló, 1993, p. 90) e os Papéis que “desempenharam importante papel como dirigentes do PAIGC” (Afonso & Gomes, 1998, p. 99).

Deste modo, a situação militar foi-se degradando e “em finais da década de 60 caíra em poder do PAIGC, quer por conquista quer por abandono português, entre um terço a metade de todo o território da Guiné” (Marques, 2006, p. 703), facto que levou Salazar, em 1968, a propor ao então brigadeiro António de Spínola, o cargo de Governador e Comandante-Chefe das forças armadas do território.

O general era um prestigiado oficial oriundo da arma de cavalaria e dispunha de grande reputação militar e carisma de líder. O seu projecto para a Guiné assentava em três vectores essenciais: “a promoção sócio-económica, a manobra psicológica e a acção militar”

(Cervelló, 1993, p. 94). O objectivo era enfraquecer a base social de apoio do PAIGC, ganhando as populações.

Essa estratégia obteve bons resultados e, assim como a acção militar, “permitiu a recuperação de certas áreas para domínio português” (Marques, 2006, p. 703). Contudo, com o prolongar do conflito, percebeu-se que não era possível ir mais além.

Então, sob responsabilidade de Spínola, em 1970 empreendeu-se uma acção de comando em Conacri, com o objectivo de derrubar o regime de Sékou Touré, substituindo a liderança do país por aliados de Portugal, eliminando assim um importante ponto de apoio do PAIGC. A operação não alcançou os objectivos propostos e o PAIGC passou a receber mais apoios, em especial da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas «URSS».

Em Janeiro de 1973, Amílcar Cabral foi assassinado, desconhecendo-se ainda os autores e a razão do acto. Ainda nesse ano, o PAIGC lança duas importantes operações: a *Nô Pintcha* e a *Amílcar Cabral*, a primeira a Norte, cujo principal objectivo era a fortificação de Guilage, e a segunda, a Sul, em Gadamael.

Na ofensiva Sul foram utilizados pela primeira vez mísseis soviéticos terra-ar Strella, os quais em quinze dias “abateram 5 aviões” (Cervelló, 1993, p. 98), condicionando fortemente o apoio aéreo às acções terrestres do dispositivo português, bem como a evacuação de feridos.

A partir da conquista daqueles dois importantes objectivos estratégicos, como admitiu o coronel Matos Gomes (2001) a “guerra, sob o ponto de vista puramente militar estava perdida”.

A capacidade de combate e de reunião de meios que o PAIGC conseguiu, mormente os citados Strella, as viaturas blindadas BRT 40 e 60, de fabrico soviético, e as metralhadoras antiaéreas de alta cadência de tiro, ZPU 4, também soviéticas, dera-lhe uma vantagem tal que a situação militar do lado português ficou à beira do colapso absoluto.

Para dar a volta à situação na Guiné, Portugal tinha de adquirir rapidamente um tipo específico de material militar de que se destacavam “mísseis terra-ar Red Eyes, aparelhos supersónicos Mirage e F5 e foguetes RPG 2” (Cunha, 1977, p. 318-320).

Contudo, mais importante que o material era a motivação das tropas e da sociedade no seu todo. Nem o material foi adquirido, nem o moral seria elevado.

Em Agosto de 1973, Spínola regressou à Metrópole, sendo substituído pelo general Bettencourt Rodrigues. Cerca de um mês depois, Nino Vieira leu a declaração de

independência da Guiné-Bissau. A partir daí as forças portuguesas foram-se recolhendo aos aquartelamentos e controlando pouco mais que a cidade de Bissau.

2.3.3 Em Moçambique

Em Moçambique, MacQueen (2004) considera que “quando Caetano chegou ao poder [...] a luta mantinha-se confinada às províncias de Niassa e Cabo Delgado, no Norte, apesar das tentativas goradas da FRELIMO para alargar o seu teatro de operações até ao Sul” (p. 269). A situação comparativamente com Angola “era diferente, no entanto também ainda não preocupante para Portugal” (p. 268).

Porém, ainda “em 1968 a FRELIMO abriu uma nova frente, no distrito de Tete, mas também aí não pôde alcançar substanciais ganhos devido à forte concentração de tropas portuguesas” (Marques, 2006, p. 707).

O território “gozava de um considerável crescimento económico, em grande parte devido à cada vez maior integração com os regimes de minoria branca com quem fazia fronteira – nomeadamente a África do Sul e a Rodésia” (Rosas & Oliveira, 2004, p. 270), pelo que a guerra não afectava directamente os interesses económicos e a população branca.

Por outro lado, Portugal gozava de algum apoio junto de países fronteiriços: África do Sul, Rodésia e Malawi, onde Jorge Jardim, o versátil “gestor de empresas, correio do czar, [...] agente secreto e guerrilheiro” (Antunes, 1996, p. 246), era amigo de Hastings Banda, Presidente do Malawi, além de cônsul daquele país. Jorge Jardim também desempenhou um papel relevante nas acções de espionagem levadas a cabo contra a FRELIMO e na dinamização de organizações paramilitares de contra-guerrilha que tiveram bastante sucesso.

No entanto, em 1967, quando o brigadeiro Costa Gomes chegou a Moçambique, a situação não estava estabilizada. A sua acção teve um importante papel introduzindo medidas de grande alcance estratégico, como a de aproximar o centro de decisão militar da área do conflito através da “criação de um quartel-general avançado, em Nampula” (Rodrigues, 2008, p. 74), quando, até então, o mesmo se encontrava a 2.000 quilómetros, em Lourenço Marques.

Costa Gomes conseguiu circunscrever a acção da FRELIMO, conforme o próprio referiu: “quando saí de Moçambique tínhamos praticamente pacificado o território, excepto em duas pequenas manchas: uma em Cabo Delgado e outra no Niassa” (Cruzeiro, 1998, p. 80). Em 1969 seria substituído pelo general Kaúlza de Arriaga.

Os dois chefes militares desenvolveram estratégias diferentes pois, enquanto o primeiro não era adepto das grandes movimentações de tropas pela ineficácia que as mesmas acarretavam, o segundo privilegiou essa estratégia, lançando, anos mais tarde, a célebre operação «Nó Górdio», que teve por objectivo “o reduto central dos Macondes destinada a acabar com as bases de Cabo Delgado” (Cervelló, 1993, p. 110) e afastar a actividade militar da FRELIMO da barragem de Cabora Bassa, ainda em construção.

Na verdade, Kaúlza lançou uma operação envolvendo meios significativos, tendo em conta uma guerra de guerrilha “muito próximas das de uma operação de guerra convencional e permitiu a rápida eliminação de uma série de bases inimigas” (Cunha, 1977, p. 344). Contudo, como este autor reconheceu, “o êxito momentâneo obtido com a operação Nó Górdio rapidamente se desvaneceu” (Cunha, 1977, p. 345).

Para além destas forças, verificou-se o envolvimento de forças especiais rodesianas em acções directas no território de Moçambique, assim como de operações aéreas levadas a cabo por aparelhos de ataque ao solo – Camberra – pertencentes à África do Sul.

A partir de 1972 a situação começou a degradar-se. Jardim, outrora indefectível do regime, torna-se um separatista, procurando junto de Kenneth Kaunda o apoio necessário para liderar o processo de independência do território, à margem do Governo de Lisboa, com o qual viria a assinar o chamado Programa de Lusaka.

Em Janeiro de 1974, deram-se os acontecimentos de Vila Pery, onde a FRELIMO atacou colonos, perpetrando actos que “vitimaram alguns agricultores no planalto do Chimoio” (Cunha, 1977, p. 350), em consequência dos quais “a população civil manifestou-se em Vila Pery, em Nampula e na Beira, queixando-se de falta de protecção suficiente” (Cunha, 1977, p. 350). Ainda nesse mês, a FRELIMO recebe mísseis terra-ar soviéticos Strella, com os quais passa a condicionar a operacionalidade da força aérea.

Kaúlza de Arriaga, perto do fim da sua comissão, fez depender a sua manutenção no cargo de Comandante-Chefe, do reforço do contingente de tropas “com mais 10.000 homens, criação de um comando-chefe unificado para Angola e Moçambique, ficando o respectivo titular que, evidentemente, teria de ser ele próprio, com a faculdade de deslocar tropas de uma Província para outra” (Cunha, 1977, 349), o que não foi aceite por Marcello Caetano. O general foi substituído e regressou à Metrópole.

O desgaste das tropas, “que não ignoravam a situação militar” (Cervelló, 1993, p. 114), abateu o seu moral e a vontade de combater numa guerra demasiado longa.

No entanto, apesar de, em Moçambique, a situação militar não estar tão pacífica como em Angola, estava longe de estar descontrolada. Porém, o poder político em Lisboa, interpretando o cansaço da sociedade e da instituição militar, não mostrou ter soluções para lhe pôr fim, deixando que fosse a própria instituição militar a ter de resolver a questão.

2.3.4 A falta de oficiais do Quadro Permanente

O prolongar da guerra e a consciência do risco que a profissão das armas acarretava levou a uma reorientação dos jovens para outras profissões mais atractivas. Para as elites “os seus filhos já não precisavam de frequentar a Academia Militar, são enviados para a Universidade, onde constituem a maior percentagem da massa estudantil” (Rodrigues, *et. al.*, 2001, p. 288). Mesmo o Colégio Militar já não gozava do prestígio de outrora, “perdendo, embora numa cadência mais retardada, a atracção que exercia nas grandes famílias de elite” (Rodrigues, *et. al.*, 2001, p. 288).

Por outro lado, e apesar da Academia Militar ter aberto as portas a “candidatos das cidades de província e aos filhos de famílias camponesas” (Rodrigues, *et. al.*, 2001, p. 290), o número de alunos não chegava para suprir as necessidades das forças armadas, empenhadas em três teatros de guerra há mais de uma década.

Como exemplo disso pode referir-se que, em 1973, a Academia Militar dispunha, apenas, de “72 alunos e 423 vagas” (Rodrigues, *et. al.*, 2001, p. 299). A prestigiada instituição estava, assim, praticamente despovoada de alunos. Sintomático foi o que Spínola respondeu quando colocado perante a hipótese de ser nomeado director da Academia Militar: “não me interessa comandar uma escola sem alunos [...] preferia ir comandar a Escola Central de Sargentos” (Rodrigues, *et. al.*, 2001, p. 169).

Assim, tem de se admitir que a profissão das armas já não atraía a juventude e que a falta de candidatos a oficiais iria estar no centro da crise entre o regime e a instituição militar, dado que o esforço de guerra estava a levar à exaustão a capacidade do regime em assegurar esse mesmo esforço.

Neste contexto, o regime levou a cabo duas iniciativas de grande alcance político e cujas repercussões se fariam sentir no futuro próximo: a organização do I Congresso dos Combatentes e o Decreto-Lei 373/73. Esses temas, pela importância que assumiram nos acontecimentos posteriores, serão objecto de análise no próximo capítulo.

III Capítulo: O Movimento dos Capitães: da contestação à conspiração

Este capítulo irá abordar o início e a dinâmica da contestação ao regime por parte dos oficiais do QP que mais tarde passaram-se a designar por Movimento dos Capitães, bem como “a rapidez com que o Movimento dos Capitães transformou um protesto de natureza corporativa numa questão política global” (Reis, 1992, p. 15).

O enfoque inicial da contestação limitou-se a iniciativas de carácter corporativo e que se resumiram, fundamentalmente, ao I Congresso dos Combatentes do Ultramar e, pouco tempo depois, ao Decreto-Lei 373/73, que possibilitava aos oficiais milicianos ultrapassarem os do QP mediante certos pressupostos que foram considerados atentatórios do prestígio da carreira militar.

As iniciativas de contestação que levaram ao envolvimento de um considerável número de oficiais permitiram que se desse uma evolução face aos objectivos iniciais. Assim, a questão reivindicativa em relação às carreiras deixou de ser o ponto fundamental, passando as prioridades a ser o derrube do regime e a solução do problema ultramarino.

Essa mudança de objectivos, ou seja, a passagem de reivindicações de carácter corporativo para um verdadeiro projecto político, funcionou como elemento catalizador de toda a dinâmica conspirativa e das acções que dela resultaram, nomeadamente, a forma como o Movimento se organizou e as reuniões conspirativas mais importantes que tiveram lugar.

O Governo enfrentou ainda um factor extremamente importante e que, em certa medida, explica o êxito do Movimento, quando no passado outras tentativas de golpe terminaram em fracasso. É que, ao contrário dos golpes anteriores – Sé, Beja e «abrilada» de Botelho Moniz –, levados a cabo por oficiais sem experiência efectiva de comando, em 1974, esse condicionante não existia.

Os homens do MFA tinham “adquirido nas sucessivas mobilizações, uma grande capacidade operacional aliada a autênticos poderes de decisão” (Ferreira, 1992, p. 305) e essas condições de comando, acrescidas de elevados índices de coragem física, permitiam-lhes enfrentar qualquer cenário. Foi com esse espírito combativo e determinado que se lançaram no dia 25 de Abril.

3.1 O início da contestação

Como se pôde observar no capítulo anterior, o prosseguimento da guerra nos territórios ultramarinos estava a produzir uma erosão crescente na sociedade e em particular nas Forças Armadas, se bem que, no que concerne a estas últimas, o sentimento não fosse perfilhado por todos.

De facto, dentro das Forças Armadas detectavam-se três estratégias diferentes:

- A dos oficiais spinolistas que, apesar de envolvidos no Movimento dos Capitães, desenvolviam esforços no sentido de tornar o general na mais importante figura do Movimento e eram defensores da tese federalista expressa no livro *Portugal e o Futuro*;
- A estratégia kaulziana, conotada com sectores «ultra» das Forças Armadas, especialmente da Força Aérea, generais Tavares Monteiro e Henrique Troni, e que preconizava a continuação da guerra numa espécie de regresso à ortodoxia salazarista de defesa do império;
- A estratégia dos oficiais do Movimento, não conotados com estes dois grupos e que defendiam a negociação da independência das colónias e a democratização do país. Alguns destes oficiais eram próximos de figuras da oposição, conotadas com o Congresso Democrático de Aveiro, como foi o caso do major Melo Antunes.

Esse sentimento começou a levedar, em especial no teatro de guerra mais violento que Portugal enfrentava – a Guiné –, e em torno do chefe militar mais carismático do país, o general António de Spínola.

Assim, pode dizer-se que “o germe da contestação militar surgiu na Guiné quando Spínola se convenceu de que a política do Governo conduzia inexoravelmente a uma derrota vergonhosa” (Cervelló, 1993, p. 145).

O objectivo desses militares era o de “quando este acabasse a sua comissão e regressasse à Metrópole o Governo se visse obrigado a colocá-lo num lugar de destaque [...] para que quando tivesse forças suficientes pudesse realizar um golpe de Estado palaciano” (Cervelló, 1993, p. 145).

Será, pois, de admitir que o principal foco da conspiração militar se encontrava em Bissau, projectado a partir da «entourage» de Spínola, e que tinha por objectivo inverter a política ultramarina através da condução do general ao mais alto patamar do Estado.

Porém, ainda em Bissau, um grupo de oficiais que não integravam a «entourage» spinolista, também se começou a reunir com vista a traçar objectivos comuns de defesa da sua posição e de defesa do prestígio da carreira militar, fundamentalmente como resposta ao Decreto-Lei 373/73.

O momento da publicação deste Decreto foi marcado pela consciência, como mencionou Carrilho (1985, p. 404) “por parte dos militares, da inadequabilidade da política de guerra imposta às Forças Armadas e da política global imposta ao país pelas autoridades governativas, o Decreto acende o rastilho do descontentamento que já se desenrolava no

Corpo de Oficiais”. Por isso, a contestação passou a ser frontal e o seu movimento tornar-se-ia imparável.

Como tantas vezes sucede, quando está criado o ambiente e existe um líder, apenas é preciso um detonador e um rastilho para se propagar a revolta. Ora, na conjuntura de então, isto é, num ambiente marcado pela saturação da guerra, o detonador foi o Congresso dos Combatentes, o rastilho o Decreto-Lei 373/73 e o líder, ainda que não consensual, foi o general Spínola.

3.1.1 O Congresso dos Combatentes

Entre 1 e 3 de Junho de 1973, teve lugar no Porto o I Congresso de Combatentes do Ultramar, embora a sua origem divida alguns autores. Para Carrilho (1985, p. 459) “embora aparecendo como uma iniciativa espontânea de combatentes, a sua visível finalidade era conferir apoio à política do Governo”.

Para Andrade (2002, p. 89), “a iniciativa parece ter nascido no Norte entre individualidades preocupadas com o rumo tomado pelo regime em relação à Guerra do Ultramar [e] enfrentou desde o início a hostilidade mais ou menos veemente dos marcelistas”.

Da mesma opinião partilha Cervelló (1993, pp. 146-147), que classifica o evento como “uma manobra da extrema-direita dentro da sua estratégia de ataque ao governo [...] que as reformas de Caetano, na sua opinião estavam a adulterar”.

Rezola (2004, p. 342) considera que o Congresso foi “organizado pelos sectores mais conservadores do regime – ultras – como forma de justificar e manifestar o seu apoio à política colonial do regime e à continuação do esforço de guerra”²⁵.

Amadeu de Vasconcelos (1974), um dos destacados mentores da organização, assume-a como sua, afirmando que “a ideia dum Congresso de Combatentes do Ultramar foi criada e posta por mim só” (p. 12), foi gizada com o objectivo de construir “uma resistência, um protesto contra as propagandas e actividades que visavam e visam abertamente [...] o desmembramento da pátria” (Vasconcelos, 1974, p. 13).

Neste sentido, a organização do evento contou com a participação de vinte e um elementos que tinham combatido na guerra e que constituíram “a comissão organizadora e desta saíria a comissão executiva”²⁶ (Vasconcelos, 1974, p. 16).

²⁵ As afirmações atribuídas a Rezola nesta página e na seguinte foram retiradas de Rosas, F. & Oliveira, C. (2004). *A transição falhada*. Lisboa: Círculo de Leitores.

²⁶ “Dr. António de Almeida Vieira, Presidente, António Mexia Alves, Secretário-Geral, Alberto Araújo Campos, Dr. António Manuel Teixeira Melo, Dr. Domingos Soares, Fernando Ferreira Pinto, Francisco Maia e Castro, José

Os elementos para a comissão executiva de Lisboa foram os seguintes: “Dr. Augusto Paulo Pires, major Duarte Pamplona, capitão Caçorino Dias, Dr. Luís Pombeiro, Luís Ramos Saraiva, Miguel Leme Corte Real, Nuno Cardoso da Silva, Dr. Ricardo Alçada, Dr. Zarco Moniz Ferreira” (Vasconcelos, 1974, p. 12).

Assim, tudo parece indicar que a organização do Congresso não foi obra dos apoiantes de Marcello Caetano, mas de sectores «ultra» conservadores que se opunham à possibilidade de independência dos territórios ultramarinos e consideravam excessivas as reformas feitas ou previstas pelo Presidente do Conselho.

Este acontecimento é visto como o momento zero da contestação explícita ao regime que os oficiais subalternos – capitães e alguns oficiais superiores – irão protagonizar, pois é considerado como “a primeira expressão colectiva da latente tensão entre as Forças Armadas e as autoridades governativas” (Carrilho, 1985, p. 459).

Este evento produziu uma onda de protestos oriundos de alguns oficiais do QP. Rezola (2004, p. 342) identifica-os “todos como muito próximos do então governador da Guiné, António de Spínola”, os quais viriam a tomar iniciativas que visavam descredibilizar o Congresso.

O Congresso, como mencionou a referida autora, foi também “a antecâmara da conspiração [e] os acontecimentos que envolveram este Congresso têm uma importância fundamental” (Rezola, 2004, p. 343), para compreensão da dinâmica posterior.

Na sua leitura, dos oficiais em protesto, destacam-se “Ramalho Eanes, Firmino Miguel, Dias Júnior ou Carlos Fabião” (Rezola, 2004, p. 342), os quais pretendiam comparecer no Congresso para se sentirem representados. Tal propósito levou o general Sá Viana Rebelo, Ministro do Exército, a proibir a participação no Congresso dos oficiais no activo.

Esta decisão levou a que “mais de 400 oficiais subscrevessem um documento opondo-se àquela reunião” (Rodrigues, *et. al.*, 2001, p. 161), tendo decidido enviar “um telegrama ao Congresso, assinado pelos dois oficiais da Guiné que tinham as máximas condecorações militares” (Cervelló, 1993, p. 147),²⁷ o capitão-tenente Rebordão de Brito e o Alferes Marcelino da Mata, ambos condecorados com a Ordem da Torre e Espada²⁸.

Gonçalves Monteiro, Dr. Luís Filipe Gama Lobo Xavier, Dr. Manuel Guedes da Silva Miranda” (Vasconcelos, 1974, p. 16).

²⁷ “Cerca de quatro centenas de militares do quadro permanente e combatentes do Ultramar com várias comissões de serviço, certos de interpretarem o sentir de outras centenas de camaradas que, por motivos de circunstâncias múltiplas, ignoram verdadeiramente o Congresso, desejando informar V. Ex.as e esclarecer a Nação do seguinte: 1. Não aceitam outros valores nem defendem outros interesses que não sejam os da Nação. 2. Não reconhecem aos organizadores do I Congresso dos Combatentes do Ultramar e, portanto ao próprio

Este telegrama teve como finalidade desacreditar os objectivos iniciais do encontro, sintetizados na expressão que deu mote ao evento “A Pátria não se discute, defende-se” (Cervelló, 1993, p. 147).

No rescaldo do Congresso verificou-se que, nas Forças Armadas, as águas estavam separadas. “A situação na instituição nunca mais voltou a ser a mesma” (Cervelló, 1993, p. 147).

Assim, será plausível admitir que o braço-de-ferro entre os oficiais envolvidos na contestação ao Congresso dos Combatentes e os mentores do mesmo terá criado o embrião de onde, meses mais tarde, sairiam os protestos contra o Decreto-Lei 373/73, ou seja, a constituição do Movimento dos Capitães e o início das reuniões conspirativas.

3.1.2 O Decreto-Lei 373/73

Com os ânimos dos militares do QP que se opuseram ao Congresso dos Combatentes ainda empolgados pela reacção colectiva que tinham desencadeado e que pareciam “constituir indícios reveladores da existência de interessantes possibilidades legais de aglutinação” (Almeida, 1977, p. 62), surge o Decreto-Lei 373/73 que iria acentuar a clivagem entre oficiais do QP e milicianos ou do Quadro de Complemento «QC».

A questão dos oficiais do QC do Exército não era nova, “remonta à Lei de Reforma Militar de 1937 que tinha reduzido o número de oficiais das Forças Armadas” (Cervelló, 1993, p. 151), tendo-se optado pela criação dos cursos de oficiais milicianos para suprir a falta de efectivos.

Esta medida, criada por Salazar, levava a que “um tenente ou um capitão que quisesse profissionalizar-se teria de voltar a começar como aspirante” (Cervelló, 1993, p. 14), embora, em 1961, esse estatuto estivesse parcialmente alterado, contudo, reflectia nos seus traços gerais uma desigualdade assinalável.

Porém, em 1973, os candidatos a cadetes eram cada vez menos, pelo que, como sublinhou Rezola (2004, p. 344), havia necessidade de “suprir a falta de candidatos à Academia Militar, facilitando a entrada de milicianos”, de modo a assegurar a continuação do esforço de guerra.

Congresso, a necessária representatividade. 3. Não participando nos trabalhos do Congresso, não admitem que pela sua não participação sejam definidas posições ou atitudes que possam ser imputadas à generalidade dos combatentes. 4. Por todas as razões formuladas se consideram e declaram totalmente alheios às conclusões do Congresso, independentemente do seu conteúdo ou da sua expressão. Subscrevem o presente telegrama em representação simbólica das quatro centenas de militares referidos, dois militares que publicamente e por diversas vezes a Nação Portuguesa consagrou” (Almeida, 1977, p. 94).

²⁸ A mais alta condecoração portuguesa: atribui-se, em regra, a quem pratique grandes feitos pela Nação não se circunscrevendo apenas a feitos em combate.

A questão foi ponderada, quer pelo Presidente do Conselho, quer pelo Ministro do Exército, Sá Viana Rebelo que, conhecedor da situação, “procurou também resolver o problema do acesso de oficiais do quadro de complemento ao quadro permanente” (Cunha, 1977, p. 305).

Foi então preparado um Diploma que visava integrar no QP os oficiais que “frequentassem, com aproveitamento, um curso na Academia Militar, com a duração de um ano lectivo, seguido de um estágio de seis meses na Escola Prática da respectiva Arma ou Serviço” (Cunha, 1977, p. 305).

Assim, em 13 de Junho de 1973, o Governo, como forma de ultrapassar a insuficiência de efectivos militares, especialmente de capitães, para comandarem companhias – as unidades orgânicas mais importantes na manobra do exército colonial – concluiu que devia ser aberta uma oportunidade para atrair os milicianos a integrar o QP, tendo para esse efeito publicado o Diploma que em nota de rodapé se sintetiza²⁹.

O objectivo do Decreto-Lei era de “aliciar os oficiais ex-milicianos para os quadros do Exército” (Rodrigues, *et. al.*, 2001, p. 72). No entanto, este documento viria a provocar “forte reacção dos oficiais do quadro permanente, que se consideravam prejudicados” (Cunha, 1977, p. 305).

As reacções não se fizeram esperar: o Exército começou a ser varrido por uma onda de protestos e de indignação “criando ao mesmo tempo cisões entre elementos do QP oriundos de cadetes e os ex-milicianos oriundos do Quadro de Complemento” (Rodrigues, *et. al.*, 2001, p. 73). Essa situação levou Cervelló (1993, p. 155), a considerar que não se deve falar em um, mas “em dois Movimentos de capitães, um dos ex-cadetes contrários ao citado Diploma e outro de ex-milicianos favoráveis a ele”.

Não obstante esta clivagem, torna-se evidente que os elementos do QP se sentiram atingidos no seu orgulho e no seu prestígio, vendo-se ultrapassados por milicianos que não tinham feito a progressão tradicional na carreira das Armas. O Decreto permitiu que fossem 127 “milicianos beneficiados em antiguidade. No conjunto [...] verifica-se que um capitão vai

²⁹ “Artigo 1º - 1. Os oficiais do quadro especial de oficiais (Q.E.O.) podem transitar para os quadros permanentes das armas de infantaria, artilharia e cavalaria mediante a frequência, na Academia Militar, de um curso intensivo, equivalente para todos os efeitos aos cursos normais professados ao abrigo do Decreto-Lei 42 151, de 12 de Fevereiro de 1959.

2. São condições de admissão ao curso: a) Ter o posto de capitão ou subalterno; b) Ter menos de 31 anos em 1 de Janeiro do ano de admissão; c) Possuir o 7º ano dos liceus ou habilitações legalmente equivalentes; d) Ter boas informações.

Art. 2º - 1. O curso criado pelo presente Diploma, cujos planos constarão de portaria do Ministério do Exército, é constituído por dois semestres lectivos consecutivos, seguido de seis meses de serviço nas respectivas escolas práticas, podendo apenas um dos semestres do curso ser repetido, e por uma só vez.

2. Os oficiais que não concluem o curso com aproveitamento mantêm a sua situação no quadro especial de oficiais (Q.E.O.).”

ser promovido a tenente-coronel e outros 69” (Almeida, 1977, p. 109), ascenderam ao posto de major, situação que gerou um conjunto de acções de reivindicação dos oficiais profissionais quando viram os seus direitos postos em causa.

Assim, poderá concluir-se que o Governo, através deste Diploma, abriu uma brecha “estabelecendo a dicotomia entre aqueles que da carreira militar tinham feito desde sempre a sua profissão e os que as necessidades da guerra haviam chamado às fileiras e, por um ou outro motivo, nelas tinham continuado” (Carvalho, 1984, pp. 136-137).

3.1.3 A reacção do regime

O Governo viu-se então perante uma forte contestação ao Decreto-Lei que, aliás, já se iniciara aquando da realização do I Congresso dos Combatentes do Ultramar, sendo oriunda de um dos grupos sociais mais importantes de então: os oficiais do Exército. Estando o país envolvido, como estava, numa guerra prolongada, sem solução política à vista, Caetano necessitava de pacificar aqueles a quem cabia despende o esforço de manutenção da mesma guerra.

Mostrando-se sensível à contestação gerada, tentou reduzir o seu efeito através da publicação do Decreto-Lei 409/73, de 20 de Agosto e que, pela importância que adquire no contexto histórico-político, se entendeu pertinente reproduzir nos seus traços gerais³⁰.

³⁰ “Usando da faculdade conferida pela 1ª parte do n.º 2 do artigo 109º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo para valer como Lei o seguinte:

Artigo 1º Passam a ter a seguinte redacção os artigos 3º e 6º do Decreto-Lei 373/73, de 13 de Julho:

Artº 3º - 1. Os oficiais a que se refere o artigo 1º, findo o curso, ingressam no quadro permanente da respectiva arma, mantendo e obtendo a antiguidade de tenente referida a 1 de Dezembro do ano em que foram ou seriam promovidos a este posto como oficiais do quadro de complemento.

2. – A antiguidade [...] não poderá, porém, exceder a do capitão que, à data dessa atribuição, for o mais antigo do quadro da respectiva arma.

Artº 6º - 1. O disposto no artigo 3º tem aplicação a todos os oficiais que terminarem ou venham a terminar com aproveitamento, os cursos da Academia Militar ao abrigo das disposições do Decreto-Lei 45 302, de 10 de Fevereiro de 1962 [...] sendo revogadas as determinações em contrário constantes dos citados Diplomas.

2. Relativamente aos oficiais abrangidos pelo disposto no número anterior observar-se-á o seguinte:

a) Os capitães mantêm a sua actual posição na respectiva escala até que por aplicação do preceituado nos nºs 1, 2, e 4 do artigo 3º e satisfeitas as condições legais lhes compita a promoção ao posto de major, ficando desde então com a antiguidade referida à promoção a este posto.

b) Os tenentes, quando lhes competir, por aplicação do preceituado no n.º 1 do artigo 3º, a promoção a capitão, são colocados na respectiva escala à esquerda do capitão mais moderno, até que, por efeito do disposto no mesmo artigo e cumpridas as formalidades legais, sejam promovidos ao posto de major, ficando nesse caso com a antiguidade que lhes competir neste posto.

Artigo 2º A redacção indicada no número anterior considera-se, para todos os efeitos legais, integrada no Decreto-Lei 373/73, de 13 de Julho, substituindo as disposições dos artigos 3º e 6º do mesmo Diploma.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. - Marcello Caetano – Horácio José de Sá Viana Rebelo.

Promulgado em 8 de Agosto de 1973.

Publique-se.

O Presidente da República, Américo Deus Rodrigues Thomaz”.

Ora, este Diploma visou resolver a questão dos maiores, deixando capitães e subalternos de fora do «arranjo jurídico». Apesar de ter colhido a aderência de alguns oficiais, a iniciativa não foi, todavia, suficiente para debelar as causas profundas de mobilização dos capitães.

O facto é que o entendimento geral dos oficiais do QP envolvidos na contestação ia no sentido de considerar que a “questão das antiguidades representava um grave prejuízo para as carreiras dos militares profissionais” (Cervelló, 1993, p. 155). Também contribuía para essa situação a redução do curso da Academia Militar de quatro anos para um ano, o que traduzia “uma degradação da profissão, não só a nível técnico-intelectual, mas também em consideração social” (Cervelló, 1993, p. 155).

Por isso, a resposta governativa às reivindicações mais não fez do que atenuar parte do problema. O andar do tempo e a dinâmica de acontecimentos acabou por anular os efeitos que este Diploma pretendia alcançar.

Assim, estava generalizada a convicção de que o objectivo do Decreto-Lei era “a manutenção do *status quo* para a classe de capitães e subalternos resolvendo apenas o problema de ultrapassagem em relação aos oficiais superiores” (Almeida, 1977, p. 112).

O Governo continuava a dar prova da inabilidade política que revelara quando da publicação do primeiro Diploma, parecendo não entender qual a origem efectiva da contestação e o que a motivava. A sua acção acabou por ter um efeito contraproducente, como reconheceu Almeida (1977, p. 112), “era demasiado evidente o propósito de nos dividir”.

O Decreto-Lei 373/73 foi revogado em Novembro de 1973. O Ministro do Exército foi abrangido pela remodelação governamental desse mesmo mês sendo substituído pelo general Andrade e Silva. Ainda assim, o Movimento não foi desmobilizado, havia algo de mais profundo que motivava os seus participantes. Apesar de ter começado por uma questão corporativa, rapidamente degenerou numa confrontação com o Governo. Afinal era o próprio regime que estava em causa.

Mas de onde são oriundos tais militares? Porque se rebelaram? A análise à origem do Movimento dos Capitães que se segue, tentará enquadrar esta geração que ascendeu à carreira das armas em período de guerra e que revelou características distintas das origens padrão das gerações anteriores.

3.2 O Movimento dos Capitães

Importa referir, em primeiro lugar, que o Movimento dos Capitães representava efectivamente uma minoria dos oficiais do QP, isto é, “dos 4165 [...] oficiais do quadro

permanente do Exército, só 703 deram o nome para os documentos” (Telo, 2007, p. 28) que foram produzidos e divulgados. Portanto, o universo máximo abrangia setecentos e três indivíduos.

Os elementos envolvidos nos actos de contestação, em especial os subalternos e os capitães, viveram na década de 60 e por ela foram influenciados, pelas novas ideias e comportamentos que então emergiram: os Beatles, Woodstock, a guerra do Vietname, a Comunicação Social, o fenómeno da televisão, o Maio de 1968, que foram ícones dessa geração.

Os mais velhos, alguns majores, tenentes-coronéis e coronéis, tinham também uma mentalidade mais aberta, fruto da influência que a formação recebida na NATO lhes incutira. Conforme refere Pinto (2005, p. 17), “são os herdeiros da semente revolucionária emergente das eleições de 1958 e da figura do general Humberto Delgado, da conspiração da Sé e do Golpe de Beja”.

Não se estava, pois, na presença de uma «massa crítica» situacionista, mas de pessoas com ideias próprias e que encontraram eco em alguns eventos de natureza democrática que de tempos a tempos iam acontecendo, como a campanha da CDE em 1969, na qual participou o major Melo Antunes, e o 3º Congresso de Aveiro que reuniu entre 4 e 8 de Abril de 1973, e que iria influenciar o pensamento de alguns elementos do Movimento.

Recorde-se que, das conclusões daquele Congresso, ressaltavam três pontos que mais tarde seriam integrados no Programa: “fim da guerra colonial; luta contra o poder absoluto do capital monopolista; conquista das liberdades democráticas”³¹, que se traduziriam, na essência, nos designados «três Dês» pelos quais o programa ficou conhecido: Descolonizar, Democratizar, Desenvolver.

Por seu lado, o ambiente que se vivia no Exército português não era o melhor porque já vinha de trás vinha a velha dicotomia de oficiais do QP e oficiais milicianos como elemento perturbador e gerador de tensões nas casernas perante um corpo militar que, na altura, contava com dezenas de milhar de homens.

Os Governos, quer de Salazar quer de Caetano, não seguiram a linha de reorganização dos Exércitos que os países da NATO adoptaram após a II Guerra Mundial, o que levou à extinção da figura do miliciano. O resultado dessa falta de adaptação à realidade histórica e conjuntural da instituição militar foi bem patente no Decreto-Lei 373/73.

³¹ Declaração Final do III Congresso da Oposição Democrática, aprovada na sessão de encerramento em 8 de Abril de 1973 (PCP, 2009).

As consequências daí resultantes geraram um efeito contraproducente face ao objectivo inicial do Governo e o resultado da acção governamental revelou-se mais gravoso ainda que a situação que se vivia até então, levando à perturbação generalizada por parte daqueles que eram, afinal, os efectivos detentores das baionetas nos quartéis da Metrópole e nos «teatros de operação» das colónias: os subalternos e os capitães.

Quando, posteriormente, Caetano exonerou o Ministro da Defesa, Sá Viana de Rebelo, e o Decreto foi suspenso, foi levantada a possibilidade de desmobilização do Movimento dado que tinham sido alcançados os objectivos. Porém, como referiu Carvalho (1984, p. 149) “não o entendeu assim a maioria dos camaradas [...] aqueles poucos meses de combate haviam permitido um salto qualitativo de consciencialização política que impedia a estagnação da luta”, ou seja, as motivações políticas começavam a ganhar às de índole profissional. Este era, pois, outro tipo de oficiais a que o regime não estava habituado.

Neste contexto, irá abordar-se a origem social desses oficiais, a razão porque optaram pela carreira militar numa altura que se registava um declínio da sua procura e de onde eram oriundos.

3.2.1 A origem sociológica dos capitães

A origem sociológica dos elementos envolvidos na contestação deve ser analisada de forma holística, ou seja, através da observação da conjuntura, quando o Governo pretendeu alargar o QP, pela necessidade de assegurar a organização de um dispositivo militar capaz de enfrentar conflitos armados em três teatros de operações: Angola, Moçambique e Guiné e de patrulhar os restantes territórios onde não havia guerra: Índia, até 1961, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Timor e Macau.

Deste modo, considerou-se oportuno integrar neste trabalho algumas reflexões produzidas por Maria Carrilho, socióloga que analisou a origem sociológica das forças armadas, assim como de outros autores que estudaram o processo político-militar do 25 de Abril.

As causas profundas desta mudança surgiram na segunda metade do Século XX, numa conjuntura em que as Forças Armadas perdiam prestígio, mercê do desinteresse que as elites começaram a revelar pelo ingresso na Academia Militar e consequentemente pela carreira das armas, optando pelo ingresso nas universidades, onde esperavam obter competências para o desempenho de profissões melhor remuneradas e socialmente mais bem vistas. Na verdade, após 1961, o espectro do destacamento para a guerra constituía uma certeza quase absoluta e a Academia perdia parte da sua atracção junto dos jovens.

Enquanto nas décadas anteriores a origem maioritária dos cadetes eram as áreas urbanas, especialmente Lisboa, a partir da década de sessenta começa a verificar-se um aumento dos alunos provenientes das áreas rurais.

Assim, verifica-se que “entre os que iniciaram o curso nos anos Trinta, a percentagem de provenientes do distrito de Lisboa era de 34%, do total das duas décadas seguintes desce para cerca de 23%, na década de Sessenta para 21,3%” (Carrilho, 1985, p. 336). Esta alteração significava uma “maior abertura da carreira militar a camadas economicamente mais desfavorecidas” (Carrilho, 1985, p. 339), tornando-a apetecível para os filhos da pequena burguesia rural.

A partir dos anos sessenta, a Academia Militar “recebeu jovens do mundo rural, oriundos de famílias com reduzidos proventos económicos” (Pinto, 2005, p. 60), para os quais o ingresso naquela Instituição representava uma ascensão social, para além de permitir adquirir formação superior gratuita e sem encargos adicionais, nomeadamente no que se refere a alimentação e alojamento.

Contudo, essa ascensão gerou uma fractura sociológica entre os oficiais superiores de origem urbana, parte dos quais filhos de militares, e a classe de subalternos, de origem predominantemente rural e oriunda de meios mais humildes, que tiveram de se sujeitar à rigidez da Academia Militar na procura de uma vida melhor.

Segundo Maia (1994, p. 77), “1963 e 1964 foram os únicos cursos a quem a guerra causou forte influência, pois fizeram quatro anos lectivos em três anos, através da abolição dos nove meses de férias”. Segundo este Capitão de Abril, “os operacionais do 25 de Abril vêm na maioria desses dois cursos” (Maia, 1994, p. 77).

Acresce, ao que se refere, o facto dos subalternos e capitães, como o próprio Ministro Sá Viana Rebelo reconheceu, serem “quem tem sofrido o peso principal das operações militares” (Almeida, 1977, p. 110). Numa lógica de guerra de guerrilha, o capitão era, geralmente, o elemento mais graduado a comandar tropas no terreno e a envolver-se em combate.

Estariam estes militares seduzidos pela oposição, nomeadamente pela esquerda? Almeida (1977, p. 71) diz que sim, referindo que a “confusa esquerda embrionária, que havia iniciado o Movimento, jogou habilmente”. Também Amaral (1995, p. 142) concorda, referindo uma confidência de Caetano a López Rodó, poucos dias antes do 25 de Abril, ao qual disse que “as Forças Armadas não se queriam bater em África e que os quadros jovens estavam infiltrados pela esquerda”.

Com base nestes dois depoimentos de personagens politicamente opostas, pode concluir-se que os oficiais que integravam o Movimento, além de constituírem um grupo sociologicamente distinto do oficialato tipo do Exército português, uma vez que a Academia Militar “a partir do início da guerra colonial, deixara de ser um feudo dos grupos sociais mais favorecidos, ou seja, uma instituição elitista e segregacionista” (Pinto, 2005, p. 58), tinham algumas ligações à oposição portuguesa, sendo, por isso, mais sensíveis à acção política que os oficiais mais conservadores.

Em síntese, será de admitir que os elementos que aderiram ao Movimento estavam politicamente mais activos que a generalidade dos oficiais que ingressaram na carreira das armas, que o cansaço da guerra mas também a sua ascendência, as pequenas burguesias rurais, poderão explicar a razão desse posicionamento uma vez que, como Pinto (2005, p. 62) evidenciou, “não é quem detém o poder económico e político que procura a mudança”.

3.2.2 As reuniões conspirativas e a estrutura do Movimento

Entre a publicação dos Diplomas 373/73 e 409/73, viveu-se um período de grande agitação no seio do Exército, em particular entre subalternos e capitães, que se sentiram atingidos por estas peças legislativas.

Foram então produzidos centenas de documentos de contestação àqueles Diplomas e enviados para os mais variados graus hierárquicos das cúpulas militares e do Estado. Contudo, os oficiais envolvidos na contestação não se ficaram por essas iniciativas e começaram a reunir-se para concertarem posições.

Assim, tendo em conta os limites deste projecto, efectuou-se uma análise às reuniões mais críticas do ponto de vista dos objectivos dos capitães, tendo, para o efeito, sido recolhidas algumas descrições cronológicas que Dinis de Almeida e Otelo Saraiva de Carvalho integraram nos seus livros e que constituem um importante acervo sobre os acontecimentos então vividos.

No ponto de vista da importância histórica e política foram seleccionadas as reuniões que se revelaram decisivas: 18 Agosto de 1973, em Bissau; 21 de Agosto, em Lisboa; 9 de Setembro, em Alcáçovas; 6 de Outubro, reunião quadripartida; em 24 de Novembro, em São Pedro do Estoril; 1 de Dezembro, em Óbidos; 5 de Dezembro, na Costa da Caparica e 5 de Março, em Cascais.

A primeira reunião, que teve lugar na Guiné, em 18 de Agosto de 1973, juntou na sala de jogos “do Clube Militar de Bissau cerca de duas dezenas de capitães. Foi dado conhecimento a todos os camaradas presentes do teor dos Decretos publicados e discutida a forma por que os mesmos afectavam ética e materialmente a maioria dos capitães”

(Carvalho, 1984, p. 130). Pode, então, considerar-se que o início da conspiração ocorreu em Bissau.

Como frisou Carvalho (1984, p. 132), foi em Bissau que se formou a “Comissão do Movimento dos Capitães [...] constituída pelo entretanto promovido a major, Almeida Coimbra, e capitães Matos Gomes, Duran Clemente e António Caetano”, que teve como missão preparar um projecto de carta para enviar às mais altas individualidades do Estado, visando revelar o descontentamento dos signatários face aos decretos publicados.

Entretanto, em 21 de Agosto, em Lisboa, reuniram-se no Depósito de Indisponíveis, “Bicho Beatriz, Vasco Lourenço, Camilo, Simões” (Almeida, 1977, p. 113), além de Dinis de Almeida, com o objectivo de definir um local para assegurar a realização de uma reunião mais abrangente. Foi marcada a data de 9 de Setembro e o local – a Herdade do Sobral em Alcáçovas.

Nessa reunião participaram cento e trinta e seis oficiais³² e “os organizadores da reunião foram os indigitados para constituir a primeira comissão do Movimento, juntamente com os capitães Rodrigo Castro e Carlos Clemente” (Rodrigues, *et. al.*, 2001, p. 78).

Este encontro foi aquele em que surgiu o impulso efectivo à organização do Movimento dos Capitães a partir da Metrópole e do qual resultou a discussão e avaliação de várias formas de expressão do descontentamento geral, que passavam de “greve de braços caídos [...] até à realização de uma manifestação no Terreiro do Paço” (Rodrigues, *et. al.*, 2001, p. 78).

Dele resultou um abaixo-assinado, que seria enviado ao Presidente da República e ao Presidente do Conselho, em que os oficiais declararam que “aguardavam com esperança uma rápida intervenção para que fossem derogados os Decretos-Lei a fim de conscientemente ser estudada, pelos órgãos competentes, uma solução de justiça” (Rodrigues, *et. al.*, 2001, p. 79). A estrutura ganhava corpo e as reuniões começaram a suceder-se. A chegada de Otelo Saraiva de Carvalho, vindo da Guiné, ajudou a esse planeamento.

Em 6 de Outubro, por não ter sido encontrado um local adequado, realizou-se uma “reunião quadripartida nas casas dos capitães Sousa e Castro, Frazão, Antero Ribeiro da Silva” (Almeida, 1977, p. 153), e Dinis de Almeida. Nos quatro locais foi efectuado um

³² A lista de participantes encontra-se no Anexo II.

levantamento de hipóteses com vista ao prosseguimento das reivindicações de modo a mostrar o descontentamento dos oficiais³³.

A votação fez-se e “a primeira alternativa, apresentada pelos camaradas de Angola, acaba por ser a mais votada” (Carvalho, 1984, p. 146), não sem que no entanto se tenha gerado alguma polémica, dada a divergência de pontos de vista, especialmente na reunião em casa de Dinis de Almeida. Não obstante, partiu-se então para a iniciativa de apresentar o pedido de demissão de oficiais do Exército.

Nessa sequência, foram então efectuados “requerimentos absolutamente idênticos [...] dirigidos ao Ministro do Exército [...] e uma declaração colectiva foi posta em circulação para recolha de assinaturas” (Almeida, 1977, p. 147). Tal documento consubstanciava assim um pedido de demissão colectivo³⁴.

Outra das reuniões que marcaram de forma decisiva o percurso da contestação foi a de 24 de Novembro de 1973, que teve lugar em São Pedro do Estoril, na Colónia Balnear de *O Século*, na qual, pela primeira vez, “foi defendida abertamente a teoria do golpe militar, cabendo ao tenente-coronel Luís Banazol a arrojada proposta de ser efectuada uma revolução armada [...] seja qual for o seu preço e as suas consequências” (Almeida, 1977, p. 206).

A proposta daquele tenente-coronel terá deixado os participantes atónitos, pois o elo da aparente legalidade onde, apesar de tudo, o Movimento se movia estava em vias de ser quebrado em função de objectivos mais ambiciosos. Foram então colocadas três posições distintas a serem votadas numa próxima reunião³⁵.

Em 1 de Dezembro ocorreu novo plenário, desta vez em Óbidos, dirigido por “Vasco Lourenço, Vítor Alves, Hugo dos Santos e Lopes Pires” (Almeida, 1977, p. 216), que contou com a participação de 86 delegados de todas as unidades, representando centenas de oficiais do Exército. Aqui foram apresentados à votação três cenários alternativos:

- Golpe militar;
- Continuação da luta contra os Decretos-Lei 373/73 e 409/73, com perspectivas de passar a golpe militar;

³³ “Hipótese A – pedir colectivamente a demissão de oficial do Exército; Hipótese B – ausentar-se do serviço mantendo-se fora do aquartelamento; Hipótese C – não desempenhar quaisquer funções, mantendo-se dentro do aquartelamento; Hipótese D – Empregar a força” (Almeida, 1977, p. 153).

³⁴ “...(nome) ...(posto) ...(n.º mec.) prestando serviço em (unidade) considerando insustentável a situação de desprestígio para o Exército criada com a entrada em vigor dos Decretos-Lei 373/73 e 409/73, solicita a sua demissão de oficial do Exército...”, documento transcrito no livro de Dinis de Almeida atrás citado, p. 147.

³⁵ “a) Quem é pela revolução imediata; b) quem é pela revolução após um prazo mais ou menos longo de preparação e aliciamento; c) quem é pela revolução como último recurso, depois de esgotados todos os meios de negociação com o actual governo” (Almeida, 1977, p. 208).

- Continuação da luta legalista contra os Decretos.

Foi aprovada a última hipótese por cento e setenta e três votos a favor, sendo que a primeira teve cento e vinte e cinco e a segunda alternativa apenas obteve onze. Porém, a que contemplava o golpe militar ganhava apoios, verificando-se que uma larga faixa dos participantes a admitia abertamente.

Começou, então, a desenvolver-se o carácter revolucionário da contestação. Nesta reunião, o Movimento dos Capitães passou a designar-se por MOFA, como forma de “ultrapassar o âmbito do Exército e alargar o Movimento aos outros ramos das Forças Armadas” (Carvalho, 1984, p. 169).

Também nesta reunião foi definida uma “nova composição para a Comissão Coordenadora que de seguida será eleita: três oficiais por cada Arma ou Serviço do Exército, na base de um oficial superior, um capitão e um subalterno” (Carvalho, 1984, p. 169).

A vitória da última hipótese implicava a eleição de “chefes prestigiados e com traquejo político” (Carvalho, 1984, p. 168), pelo que teve lugar nova votação para um dos três nomes colocados à escolha dos oficiais: os generais Costa Gomes, Spínola e Kaúlza de Arriaga. “Recolhidos os votos é o nome de Costa Gomes que aparece destacado [...] recolhendo o mais largo consenso. Spínola surge em segundo lugar com um número de votos inesperadamente pouco significativo e finalmente, já muito distanciado, Kaúlza de Arriaga” (Carvalho, 1984, p. 168).

Não obstante a escolha ir no sentido de Costa Gomes, “a dimensão política e carismática que rodeava já a figura de Spínola, do seu desejo de assumir o protagonismo e das ligações a meios políticos e jornalísticos” (Rodrigues, 2008, p. 126) tornavam-no numa figura mais destacada que o discreto Costa Gomes. A publicação do livro *Portugal e o Futuro* “tinha feito de Spínola um verdadeiro herói nacional” (p. 126), pelo que não surpreendeu que a escolha para liderança do projecto político decorrente do golpe militar recaísse em Spínola.

No dia 5 de Dezembro realizou-se nova reunião da Comissão Coordenadora, na Costa da Caparica, onde se rejeitou a proposta apresentada pelo tenente-coronel Banazol e se elegeu um órgão executivo constituído pelos majores Otelo Saraiva de Carvalho e Vítor Alves e o capitão Vasco Lourenço. Foi, também, criado um grupo de trabalho para elaborar o Programa do MOFA, coordenado pelo major Melo Antunes e constituído pelos tenentes-coronéis Lopes Pires, Franco Charais e Costa Brás, major Hugo dos Santos e coronel

Vasco Gonçalves, do Exército, capitão-tenente Vítor Crespo, 1º tenente Almada Contreiras, da Marinha, maiores Morais e Silva e Seabra e o capitão Pereira Pinto, da Força Aérea.

A 5 de Março de 1974, teve lugar em Cascais, no ateliê do arquitecto Braula Reis, amigo do major Sanches Osório, outra reunião, em que participaram elementos do Exército, Armada e Força Aérea³⁶.

Neste encontro foi aprovado, por cento e onze votos a favor, o documento *O Movimento as Forças Armadas e a Nação*, apresentado pelo major Melo Antunes, que constituiu o primeiro documento político produzido pelos oficiais conjurados.

Registava-se assim uma significativa evolução face aos seus objectivos iniciais, uma vez que “apresentava características bem diversas” (Rezola, 2007, p. 33) das que inicialmente assumira. O carácter corporativo da sua contestação começava a ser substituído por objectivos marcadamente políticos e que se destinavam, não a resolver questões de natureza profissional, mas a transformar politicamente o país.

Também a composição dos órgãos de direcção sofreu alterações ao longo do percurso iniciado em Agosto de 1973 e terminado em Abril de 1974. Dessa evolução se dará conta no ponto seguinte.

3.2.3 A estrutura organizativa do Movimento e os seus protagonistas

A estrutura organizativa registou alterações ao longo do processo de contestação e mais tarde na preparação do golpe de 25 de Abril. De entre os diferentes elementos que integraram essa estrutura ao longo do referido trajecto importa destacar três elementos que foram decisivos na organização do Movimento, na preparação do golpe e na condução dos objectivos políticos: o capitão Vasco Lourenço, o major Otelo Saraiva de Carvalho e o major Melo Antunes.

Porém, no início dos acontecimentos, quando ainda estava em causa a questão corporativa, a primeira comissão foi constituída na Guiné, sendo eleita em 28 de Agosto de 1973 da qual faziam parte os “capitães Coimbra, Matos Gomes, Duran Clemente e Caetano, que veio a ser posteriormente substituído pelo capitão Sousa Pinto” (Almeida, 1977, p. 117). Em Angola, foi constituída em 21 de Setembro, uma comissão composta pelos capitães “Rui Tomás, Villas Boas, Américo Moreno, Guedes, Manuel Teixeira e Pinto Soares” (Almeida, 1977, p. 140).

³⁶ Estiveram presentes “197 oficiais representando 602, representando as seguintes armas: Infantaria, 17 oficiais representando 75, Artilharia 32 representando 44, Cavalaria 8 representando 30, Adm. Militar 13 representando 24, Engenharia 5 representando 15, Transmissões 15 representando 24, Serv. Manutenção 18 representando 20, Pára-quedistas 5 representando 120, Diversos 57 representando 150, Força aérea 24 representando 100. Mais três delegados da armada (Almada Contreiras, Vidal Pinheiro e Costa Correia) com estatuto de observadores” (Carvalho, 1984, p. 229).

Na Metrópole, a organização do encontro de Monte Sobral, em Alcáçovas, foi assegurada pelos capitães Vasco Lourenço, Bicho Beatriz e Dinis de Almeida. Contudo, em 7 de Outubro, o Movimento adquire uma estrutura organizativa “formada por delegados e representantes das unidades, Comissão de Ligação: Dinis de Almeida, Sousa e Castro e Vasco Lourenço” (Almeida, 1977, p. 157).

Porém, nesta última, dadas “as crescentes exigências de ligação estes três elementos foram sendo auxiliados por voluntários, designadamente por Rosário Simões, Antero Ribeiro da Silva, Rosado da Luz, Machado de Oliveira, Carlos Clemente e Piteira Santos” (Almeida, 1977, p. 157).

Como se pode observar, o elemento que integrou ao longo do tempo o topo da estrutura organizativa foi o capitão Vasco Lourenço, que foi, simultaneamente, um dos mais importantes impulsionadores da contestação.

O capitão Dinis de Almeida, que pertenceu à cúpula inicial foi substituído pelo major Otelo Saraiva de Carvalho, o qual apesar do seu envolvimento desde início nas actividades levadas a cabo em Bissau, só após o seu regresso à Metrópole, em Outubro de 1973, iniciou a sua participação. Assim, em 1 de Dezembro desse ano, Otelo passou a desempenhar funções na Comissão Coordenadora em representação da arma de Artilharia. Mais tarde, adquiria protagonismo, vindo a ser designado conjuntamente com Vítor Alves e Vasco Lourenço para elaborar o plano de acção que passava a integrar novas comissões, “estudo de situação, ligações internas, Metrópole e Ultramar, Estudos Psicológicos e Secretariado” (Rezola, 2007, p. 39).

No plenário de Óbidos, em 1 de Dezembro de 1973, que contou “com a presença de 86 delegados de todas as unidades em representação de algumas centenas de oficiais” (Rezola, 2007, p. 36), foi votada uma nova Comissão Coordenadora³⁷.

Em 5 de Dezembro, na Costa da Caparica, foi “escolhido para a direcção da Comissão Coordenadora Vasco Lourenço, Otelo Saraiva de Carvalho e Vítor Alves” (Rodrigues, *et. al.*, 2001, p. 89). A esta reunião também assistiram, informalmente, Eurico Corvacho e Vasco Gonçalves.

Em síntese, a estrutura do Movimento foi aumentando na razão directa do crescimento do número dos seus aderentes. Registou algumas mudanças de protagonistas,

³⁷ Infantaria: major Hugo dos Santos, capitão Vasco Lourenço, tenente António Marques Júnior; Artilharia: major Otelo Saraiva de Carvalho, capitão Rodrigo Sousa e Castro e capitão Luís Domingues; Cavalaria: major Manuel Monge, capitão Germano Miquelina Simões e capitão Fernando Salgueiro Maia; Engenharia: major Agostinho Mourato Grilo, capitão Duarte Nuno Pinto Soares e capitão Luís Ferreira Macedo; Transmissões: capitão Fernando Homero Cardoso Figueira, capitão Francisco Fialho Rosa e capitão José Manuel Pinto de Castro; Serviço de Material: major António José Neves Rosa; Serviço Administração Militar: major José Maria Moreira de Azevedo, capitão António Torres, Alferes Manuel António Geraides. (Carvalho, 1984, pp. 169-170).

em função dos objectivos traçados, passando a dispor de uma estrutura político-militar, incorporou elementos com perfil marcadamente político, como o major Melo Antunes e não integrou no seu «bureau» elementos afectos a Spínola, os quais foram, como referiu Rezola (2007, p. 33) “ultrapassados em todo o processo”.

Foi dessa estrutura política que saíram dois documentos essenciais para a interpretação dos objectivos que os oficiais pretendiam e que a seguir serão analisados: *O Movimento, as Forças Armadas e a Nação* e o *Programa do MFA*. Melo Antunes foi um elemento essencial na construção de cada um deles.

3.2.4 Os dois documentos essenciais do Movimento

O Movimento, as Forças Armadas e a Nação e o *Programa do MFA*, foram os principais documentos do Movimento. O primeiro, aprovado em Cascais em 5 de Março, seria antecessor do golpe e o segundo, tendo sido preparado nos últimos dias de Março, espelhava o compromisso que se pretendia assumir perante o país, antes da partida de Melo Antunes para os Açores.

Seguidamente, e por razões de organização de espaço, transcreve-se apenas um pequeno trecho de cada um desses documentos, cuja análise foi considerada importante neste contexto, começando por *O Movimento, as Forças Armadas e a Nação*³⁸.

O documento, como observou Rezola (2007, p. 49), “revela não só uma maior clareza como, sobretudo, um acentuado pendor ideológico”, o que, aliás, é notório no texto transcrito, politicamente marcado pela crítica ao regime, fundamentalmente nos campos das liberdades cívicas, da universalidade do voto, da repressão policial e da censura.

O texto revela ainda uma clara interpretação do papel das Forças Armadas no contexto de um Estado com estas características, mostrando um afastamento e até uma desvinculação da obrigação de cumprir ordens de um poder que não assenta na legalidade e na legitimidade. O cenário do golpe vai ganhando expressão e agora, também, fundamento.

³⁸ “Todos sabemos e sentimos como no consenso generalizado as F.A. têm sido consideradas o suporte de força de uma estrutura global complexa, político-económica para cuja orientação - com passagem pela necessária definição do interesse nacional – o comum dos cidadãos não é chamado a uma participação directa. De facto, tem-se a consciência de que tal estrutura não se poderia manter inabalável através dos anos, por maior cuidado que tivesse havido na preparação das organizações policial e judicial, se os seus dirigentes não tivessem a garantia da obediência sem discussão por parte das F.A., aos objectivos por eles definidos. Daí o ter-se generalizado o princípio de que compete exclusivamente ao poder político a definição dos grandes objectivos nacionais e as F.A., a missão de os executar sem por em causa a sua legitimidade. É o mito da “apoliticidade das F.A.”, que transformou os militares que deveriam ser os guardiões de uma Constituição legítima em meros executores de uma política traçada do alto, a qual tem sido protegida não só com alterações “oportunas” da Constituição, mas também por leis que efectivamente a restringem”.

No que respeita ao Programa do MFA, o mesmo foi elaborado após a decisão de levar a cabo o golpe. Pretendeu definir as bases de acção política, tendo em conta o que Carvalho (1984, p. 205) designou por “evidente e progressiva politização do Movimento”, aplicáveis aos territórios ultramarinos, aos direitos cívicos e à extinção do modelo de governação do Estado Novo.

O major Melo Antunes foi mandatado para coordenar a sua redacção. Sobre o documento, Vasco Gonçalves referiu que “foi elaborado essencialmente pelo Melo Antunes” (Cruzeiro, 2002, p. 56). Contudo, o Programa teve outros contributos assegurados pelo “coronel Vasco Gonçalves, pelo tenente-coronel Costa Brás e pelos majores Vítor Alves e Charais” (Rodrigues, *et. al.*, 2001, p. 90-91).

Porém, o texto que foi lido à nação teve várias versões após “ser mostrado separadamente e pela primeira vez, aos generais Costa Gomes e Spínola” (Rodrigues, *et. al.*, 2001, p. 91), que propuseram algumas alterações.

O Programa constituiu-se no mais importante compromisso do Movimento perante o país e terá sido elaborado em conjugação “com os partidos políticos clandestinos, no sentido da definição mais completa do programa político” (Rodrigues, *et. al.*, 2001, p. 90)³⁹.

³⁹ A – MEDIDAS IMEDIATAS.

“1 – Exercício do poder político por uma Junta de Salvação Nacional até à formação, a curto prazo, de um Governo Provisório Civil. A escolha do Presidente e Vice-Presidente será feita pela própria Junta.

2 – A Junta de Salvação Nacional decretará: a) A destituição imediata do Presidente da República e do actual Governo, a dissolução da Assembleia Nacional e do Conselho de Estado, medidas que serão acompanhadas do anúncio público da convocação, no prazo de doze meses, de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita por sufrágio universal directo e secreto, segundo lei eleitoral a elaborar pelo futuro Governador Provisório; c) A extinção imediata da DGS, Legião Portuguesa e organizações políticas da juventude. No Ultramar a DGS será reestruturada e saneada, organizando-se como Polícia de Informação Militar enquanto as operações militares o exigem; e) Medidas que permitam vigilância e “controle” rigorosos de todas as operações económicas e financeiras com o estrangeiro; f) A amnistia imediata de todos os presos políticos, salvo os culpados de delitos comuns, os quais serão entregues ao foro respectivo, e reintegração voluntária dos servidores do Estado destituídos por motivos políticos; g) A abolição da censura e do exame prévio.

5 – O Governo Provisório, tendo em atenção que as grandes reformas de fundo só poderão ser adoptadas no âmbito da futura Assembleia Nacional Constituinte, obrigar-se-á a promover imediatamente: a) A aplicação de medidas que garantam o exercício formal da acção do Governo e o estudo e aplicação de medidas preparatórias de carácter material, económico, social e cultural que garantam o futuro exercício efectivo da liberdade política dos cidadãos; b) A liberdade de reunião e de associação.

Em aplicação deste princípio será permitida a formação de “associações políticas”, possíveis embriões de partidos políticos, e garantida a liberdade sindical, de acordo com lei especial que regulará o seu exercício; A liberdade de expressão e pensamento sob qualquer forma; A promulgação de uma nova Lei de Imprensa, Rádio, Televisão, Teatro e Cinema; 6 – O Governo Provisório lançará os fundamentos de: a) Uma nova política económica, posta ao serviço do Povo Português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas, tendo como preocupação imediata a luta contra a inflação e a alta excessiva do custo de vida, o que necessariamente implicará uma estratégia anti-monopolista; b) Uma nova política social que, em todos os domínios, terá essencialmente como objectivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e o aumento progressivo, mas acelerado, da qualidade da vida de todos os Portugueses. 8 – A política ultramarina do Governo Provisório, tendo em atenção que a sua definição competirá à Nação, orientar-se-á pelos seguintes princípios: a) Reconhecimento de que a solução das guerras no Ultramar é política, e não militar; b) Criação de condições para um debate franco e aberto, a nível nacional, do problema ultramarino; c) Lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz”, Anexo III.

Realçam-se alguns pontos essenciais do documento, com destaque para a continuidade da DGS nos territórios ultramarinos, “no Ultramar a DGS será reestruturada e saneada, organizando-se como polícia de Informação Militar enquanto as operações militares o exigirem” e a restauração das liberdades cívicas através do reconhecimento da “liberdade de reunião e de associação”⁴⁰.

Curiosamente, o Programa não previa a criação de partidos políticos mas de «associações políticas», possíveis embriões de futuros partidos. Garantia também a liberdade sindical.

A esse propósito, tendo em conta a resistência do general Spínola em legalizar os partidos, o coronel Melo Antunes referirá que “essa resistência, como se viu, não teve qualquer espécie de efeitos práticos” (Cruzeiro, 2004, p. 66). É caso para dizer que a dinâmica dos acontecimentos superou os limites do compromisso das Forças Armadas.

No campo económico, destacava-se a preocupação em atribuir aos principais grupos económicos uma espécie de responsabilidade velada pelo custo de vida que então se verificava. De facto, o programa tinha “como preocupação imediata a luta contra a inflação e a alta excessiva do custo de vida, o que necessariamente implicará uma estratégia anti-monopolista”⁴¹, isto é, quando o país, e grande parte do mundo, estava a sofrer os efeitos da crise petrolífera de 1973, o MFA lançou a semente de combate aos grupos económicos que, em 1975, culminaria com a nacionalização de vastos sectores da economia.

Sobre a guerra o documento era muito cauteloso, integrando pontos que não afloravam as independências mas a conquista da paz, como sejam o de “reconhecimento de que a solução das guerras no Ultramar é política e não militar” e também a “criação de condições para um debate franco e aberto, a nível nacional, do problema ultramarino, lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz”⁴².

Porém, como atrás se referiu, o documento lido e assumido perante os portugueses não reflectia o sentido genuíno do MFA, antes era o resultado de uma negociação, pelo que face às alterações impostas por Spínola e por Costa Gomes “só nos últimos dias se consegue uma plataforma de entendimento” (Rodrigues, *et. al.*, 2001, p. 24), isto é, um texto que sintetizava o pensamento político de Spínola e o entendimento dos elementos da Comissão Coordenadora do MFA.

⁴⁰ Programa do MFA. Anexo III.

⁴¹ *Ibidem*.

⁴² *Ibidem*.

De facto, após o plenário de 5 de Março, verificou-se “um vaivém de cópias para os generais Costa Gomes e Spínola, os quais iam propondo alterações, depois discutidas pela Comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas” (Rodrigues, *et. al.*, 2001, p. 24). Contudo, essas alterações revelaram-se meramente conjunturais, os acontecimentos ultrapassariam rapidamente o espírito do documento.

3.3 Spínola, *Portugal e o Futuro* e o levantamento das Caldas

Spínola aspirava ser Presidente da República. O seu Estado-Maior de Bissau tinha mesmo encetado conversações, em 1972, “com a ala liberal tendo em vista o afastamento de Américo Tomás da Presidência da República” (Rezola, 2007, p. 32). O general terá sido convidado por Francisco de Sá Carneiro, então Deputado, “que lhe escreveu uma carta para a Guiné” (Amaral, 1995, p. 120), instando-o a apresentar a sua candidatura, mas foi impedido pelo Ministro Silva Cunha de se deslocar a Lisboa para uma reunião onde se debateria essa questão.

Também Caetano, perante a possibilidade de ele próprio suceder a Tomás, entendeu não ser ético afastar o homem que o tinha nomeado Presidente do Conselho pelo que, perante a disposição do almirante em se candidatar a novo mandato, acedeu a essa vontade.

Entretanto, Spínola não aceitou novo mandato de Governador e Comandante-Chefe na Guiné, regressando à Metrópole em Agosto de 1973, após ver inviabilizadas pelo Governo as negociações com o PAIGC sob mediação de Léopold Senghor, primeiro Presidente do Senegal independente, uma vez que “datam de 1972 os primeiros contactos com Senghor e, segundo tudo confirma, com o próprio Amílcar Cabral” (Rodrigues, *et. al.*, 2001, p. 153), por estar iminente uma derrota militar naquele território. Aliás, o PAIGC declararia a independência no mês seguinte.

O Governo preocupou-se em manter Spínola na sua órbita, tendo-lhe atribuído a mais alta condecoração portuguesa, a Ordem da Torre e Espada e, em 14 de Janeiro de 1974, foi nomeado Vice-Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas «CEMGFA» sob proposta de Costa Gomes, o qual teve “de facto, um papel decisivo ao encontrar uma solução para resolver o caso do Spínola” (Cruzeiro, 1998, p. 168).

Porém, o general começava a entrar em rota de colisão com o poder. No seu discurso de posse, empregou uma expressão que revelava o seu posicionamento presente e futuro: “As Forças Armadas não são a guarda pretoriana do poder” (Rodrigues, *et. al.*, 2001, p. 171). O mais carismático comandante do Exército, tema de vários artigos na imprensa estrangeira, estava a mostrar-se cada vez mais distante do Estado Novo.

Depois da publicação do livro *Portugal e o Futuro*, Spínola enfrentou, subtilmente, o Governo, mostrando dispor de uma solução política para a guerra que não passava pela sua continuidade mas por um processo que adiante se analisará, e que traduzia uma clara divergência com a linha política seguida por Caetano. O efeito do livro e a sua indisponibilidade para participar na cerimónia de apoio ao Governo levou Marcello Caetano a exonerá-lo do cargo de vice-CEMGFA.

Contudo, como já foi dito nesta Dissertação, Spínola não foi a primeira opção dos capitães para receber o poder, essa escolha recaiu sobre Costa Gomes. No entanto, o facto da visibilidade que tinha vindo a granjear, bem como o protagonismo que tinha adquirido, tornou-o na primeira alternativa.

3.3.1 O livro *Portugal e o Futuro*

Em 23 de Fevereiro, foi colocado à venda nas livrarias o livro que poucos previam mas que muitos ambicionavam. O título dessa obra era *Portugal e o Futuro* e o seu autor António de Spínola.

A procura foi tal que “não há memória de um livro vender três mil exemplares em poucos minutos” (Abreu, 1994). Já para Cervelló (1993, p. 168), o livro vendeu “em poucos meses cerca de trezentos e cinquenta mil exemplares”, o que o tornava num verdadeiro «best-seller», num país pouco dado a leituras.

Uma questão não pode deixar de suscitar alguma reflexão: como foi possível ao regime, tendo em conta que dispunha de instrumentos de controlo como a Comissão de Exame Prévio, sucessora da Censura, e a Polícia Política, ter permitido a publicação desse livro?

Spínola terá enviado o livro a Marcello Caetano, que não o leu, tendo-o enviado para parecer do Ministro da Defesa, Silva Cunha, que também não o leu, mas que se estribou no parecer favorável que Costa Gomes, que o tinha lido, emitiu⁴³. Assim, o livro foi publicado sem que os principais líderes do regime o tivessem lido.

O efeito político que a obra gerou foi superior ao seu valor literário ou às teses nele contidas, como a do federalismo, anteriormente debatidas e defendidas na sociedade portuguesa por outros militares e políticos e cuja viabilidade prática era então já muito questionável, para não dizer inexecutável.

⁴³ “Julgo que este livro está em condições de ser publicado, acrescentando, mesmo, que o general Spínola acaba de prestar desta forma, ao país, serviços que devem ser considerados tão brilhantes como os que com tanta galhardia e integridade moral provou nos campos de batalha” (Rodrigues, et. al., 2001, p. 187).

Os seus traços dominantes eram o referendo às populações e a constituição de uma federação de Estados soberanos sob a égide de Portugal, defendendo que era possível “promover a autodeterminação das populações ultramarinas pela sua integração na República Portuguesa” (Spínola, 2003, p. 121), e que o futuro podia passar pela construção de “uma Comunidade Lusíada sobre a autonomia progressiva de todas as parcelas” (Spínola, 2003, p. 61).

O general analisou ainda a relação dos cidadãos com o Estado e a falta de liberdade cívica decorrente dessa relação, defendendo que “a Pátria é um ideal nacional sob o impulso de interesses morais; e os cidadãos têm o direito inalienável de se interrogar sobre como é prosseguido esse ideal e se são de facto morais os ideais que o impulsionavam” (Spínola, 2003, p. 59), ou ainda que “é no povo que reside, de facto, a reserva moral da Nação” (Spínola, 2003, p. 43).

Em relação à hipótese de vitória sobre os movimentos de libertação das colónias, conclui que “poderia admitir-se que o conflito terminasse pelo aniquilamento da guerrilha” (Spínola, 2003, p. 53), contudo, adverte que “em relação a essa hipótese há porém que concluir pela sua inviabilidade” (Spínola, 2003, p. 53).

Assim, sobre a solução da guerra dirá que “pretender ganhar uma guerra subversiva através de uma solução militar é aceitar de antemão a derrota” (Spínola, 2003, p. 55) e que às forças armadas apenas competia, criar e conservar pelo período necessário – não muito longo – as condições de segurança que permitiriam soluções político-sociais que levassem ao fim do conflito. Ora, não foi isso que se pediu às Forças Armadas, pois delas esperava-se que assegurassem a eternização do conflito.

Moreira (2003, p. 51) expressou bem o espírito que se vivia nas forças armadas ao dizer que nos “exércitos ocidentais [...] a carreira das armas é um modo de vida, não é um modo de morte”. Daqui pode concluir-se que o esforço pedido era superior ao que as forças armadas, exaustas de tantos anos de conflitos, podiam dar aos políticos.

Sobre este livro, Mário Soares dirá que era “prolixo, pouco claro e nada explícito. [...] era bom apenas pelo simples facto de existir, pelos efeitos de desgaste que provocou no regime” (Avillez, 1996, p. 274), isto é, a Soares não agradaram algumas das considerações formuladas mas sim os efeitos corrosivos que aquelas provocaram no Governo.

Em suma, *Portugal e o Futuro* foi, com propriedade, considerado como um momento essencial no processo de cerco ao Governo e a Caetano e que, segundo Amaral (1995, p. 137) “teve o efeito de uma bomba”, revelando ao país que a opinião do seu mais

carismático «cabo-de-guerra» era de que os conflitos em que o país estava envolvido não eram possíveis de vencer pelas armas, como até então tinha sido sempre defendido.

Ora, esta teoria esbarrava com a política ultramarina do Governo, colocando Caetano numa posição bastante periclitante, quer perante os «ultra», quer perante os liberais, situação que o levou a procurar junto dos comandos militares quem estava de acordo com a política ultramarina, que era dogmática para o regime.

3.3.2 A reacção do regime

Face à onda de choque provocada pela publicação do livro de Spínola, O Presidente do Conselho solicitou uma audiência ao Presidente da República, que o recebeu em 28 de Fevereiro. No decurso desse encontro apresentou formalmente a demissão do cargo. No entanto a reacção de Américo Tomás foi de considerar que a “exoneração não fazia sentido, o país mostrava confiança [...] ele só tinha razões para a manter também” (Amaral, 1995, p. 139). A 11 de Março voltou a apresentar a demissão, que também não seria aceite.

O Governo sentiu então necessidade de obter o apoio explícito das Forças Armadas, pelo que, em 14 de Março, decorreu no Palácio de São Bento, com transmissão directa pela televisão, uma cerimónia na qual oficiais de alta patente de todos os ramos das Forças Armadas declararam o seu apoio ao Presidente do Conselho, em defesa da política de continuação da guerra e do Ultramar Portugueses⁴⁴.

Não estiveram presentes os Chefe e vice-CEMGFA, generais Costa Gomes e António de Spínola, respectivamente, que seriam exonerados no dia seguinte, 15 de Março. Também não compareceram o Secretário da Defesa Nacional, o contra-almirante Tierno Bagulho, e os generais Kaúlza de Arriaga e Silvino Silvério Marques. Vale a pena, sob o ponto de vista científico, recordar as palavras proferidas pelo general Paiva Brandão, em nome de todas as Forças Armadas⁴⁵.

⁴⁴ “Ministro da Defesa, Silva Cunha, Ministro da Marinha, contra-almirante Pereira Crespo, do Exército, general Andrade e Silva, secretário de Estado da Aeronáutica, Tello Polleri, subsecretário do Exército, coronel Viana de Lemos, os chefes do Estado-Maior do Exército, Marinha e Aeronáutica, comandantes das Regiões Militares, governador civil de Lisboa, general Edmundo da Luz Cunha, comandantes-gerais da Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública, Guarda-Fiscal, Legião Portuguesa, director-geral da DGS major Silva Pais, directores de Armas e Serviço, director do Instituto de Altos Estudos Militares e o presidente da Liga dos Combatentes, general Arnaldo Schultz, além de comandantes de unidades e outras altas patentes”. (Rodrigues, *et. al.*, 2001, p. 117).

⁴⁵ “As Forças Armadas não fazem política, mas é seu imperioso dever, e também da nossa ética, cumprir a missão que nos for determinada pelo Governo legalmente constituído [...] Quando o interesse colectivo, mormente a protecção das populações que continuam ameaçadas, exige que se prossiga no esforço de defesa, em busca de uma Paz baseada na Justiça e no Progresso, acima de tudo queremos manter-nos unidos e solidários. A concepção destes objectivos implicará redobrados esforços, mas tudo valerá a pena quando está em causa a segurança das populações, o desenvolvimento dos territórios, o futuro da Nação [...] Num momento em que o progresso da Nação e o bem-estar dos Portugueses dependem da protecção que lhes é dada pelas

Este episódio, que jocosamente foi apelidado de «brigada do reumático», revelou a ruptura da cadeia de comando nas Forças Armadas, fracturadas entre as classes de oficiais subalternos, capitães e de alguns oficiais superiores e os oficiais generais.

A iniciativa acabou por não ter o efeito desejado, uma vez que dois dias após se verificava o «levantamento das Caldas», mostrando que a cadeia de comando estava definitivamente interrompida.

3.3.3 O levantamento das Caldas

Este episódio, também conhecido por «intentona das Caldas», que teve lugar em 16 de Março de 1974, tem motivado a análise de historiadores, sociólogos e politólogos, que se debruçaram, fundamentalmente, sobre as suas causas. Foi, por alguns, considerada uma precipitação que poderia ter posto em risco toda a acção futura, mas que acabou por ser um balão de ensaio para o 25 de Abril.

O «stress» de alguns elementos motivada pela precipitação de uma cadeia de acontecimentos tais como: a possibilidade de exoneração de Costa Gomes e Spínola após não terem comparecido à iniciativa de apoio ao Governo, a transferência, em 8 de Março, dos capitães Vasco Lourenço, Ribeiro da Silva e Carlos Clemente para os Açores, e de Martelo para Bragança, com conseqüente risco de dispersão dos elementos mais activos do Movimento e, não menos importante, a tentativa do grupo spinolista em tomar a dianteira da iniciativa, levaram à saída prematura e não devidamente planeada de forças do Regimento de Infantaria 5 «RI5» em direcção a Lisboa.

Dia 15 deu-se a exoneração de Spínola e de Costa Gomes, a Escola Prática de Cavalaria «EPC» de Santarém recusou aderir ao golpe por falta de condições logísticas para fazer sair carros de combate cujas munições se encontravam a dezenas de quilómetros, no paiol de Santa Margarida.

Ainda assim, na madrugada de dia 16, os capitães Virgílio Varela, Gonçalves Novo, Armando Marques Ramos e outros, tomaram o RI5 após o que prepararam uma coluna de marcha e rumaram a Lisboa. A acção foi descoordenada, a saída extemporânea e nenhuma outra unidade os acompanhou.

Inclusivamente, no Centro de Operações Especiais «COE» de Lamego, as tropas foram instigadas a sair, tendo sido, mais tarde, traídas pelo próprio comandante da unidade.

Otelo, consciente do previsível fracasso, ainda tentou interceptar as forças com ordens para as mandar recuar, mas a iniciativa não obteve êxito porque o major não chegou

forças militares, é também oportuno dizer a Vossa Excelência que estamos unidos, firmes e cumprimos o nosso dever, sempre e onde quer que exista o interesse nacional". (Rodrigues, *et. al.*, 2001, p. 118).

a tempo. A coluna seria informada a três quilómetros de Lisboa pelos maiores spinolistas, Manuel Monge e Casanova Ferreira, que os esperava um importante dispositivo de forças de Cavalaria 7, do Regimento de Artilharia Ligeira 1 «RAL1», do Batalhão de Caçadores 5 «BC5» e da Guarda Nacional Republicana «GNR».

Confrontados com esta notícia e sabendo-se sozinhas, as forças regressaram ao quartel das Caldas⁴⁶. Monge e Casanova acompanhavam-nos e render-se-iam pouco tempo depois. Na madrugada seguinte, o tenente-coronel Almeida Bruno, outro indefectível do general Spínola, foi preso. Trinta outros oficiais do RI5 – praticamente todos os capitães, tenentes e alferes que participaram na tentativa de golpe – foram também presos, e transportados sob custódia para o RAL1 de Lisboa.

Virgílio Varela, Armando Marques Ramos, Casanova Ferreira, Vítor Silva Carvalho e Ivo Garcia foram transportados para o presídio militar da Trafaria, de onde só seriam libertados no dia 25 de Abril por forças do MFA.

Também trinta e cinco aspirantes, vários sargentos, furriéis e cabos milicianos, depois de terem sido detidos durante quinze dias no perímetro militar de Santa Margarida, foram dispersos por várias unidades do país.

O Governo cometeu aqui um erro crasso que pagaria caro, ou seja, ao dispersar os revoltosos por diversas unidades militares do país, “em vez de apagar o fogo assoprou as brasas espalhando-as por todo o lado” (Rodrigues, *et. al.*, 2001, p. 136), o que permitiu que estes descrevessem, com entusiasmo, aos camaradas a odisseia vivida, mantendo assim acesa a chama da rebelião.

O Movimento sofrera um revés mas não fora decapitado e esta operação acabou por ter o efeito de um balão de ensaio para o futuro.

Da parte do Governo, a expressão usada para mostrar que tinha a situação sob controlo foi que «reinava a calma em todo o país».

No último programa televisivo *Conversas em Família*⁴⁷, na RTP, Marcello Caetano desvalorizou o episódio das Caldas, lançando críticas à imprensa.

Entretanto, a Comissão Coordenadora do Movimento reuniu-se no dia 24 de Março “e decide refazer o plano de operações – dele encarregando o major Otelo Saraiva de Carvalho. O golpe é marcado para a semana de 20 a 27 de Abril” (Rodrigues, *et. al.*, 2001, p. 136).

⁴⁶ O jornal República de 18 de Março de 1974, usando de um estratagema subtil para iludir a Comissão de Exame Prévio comentou este acontecimento, como se pode verificar no Anexo IV.

⁴⁷ O 16º programa desde que Marcello Caetano chegou ao poder, tornando-se o primeiro governante português a usar com alguma regularidade o recurso da televisão para a acção política.

Quando passavam vinte minutos da meia-noite, aos microfones da RR o locutor Leite de Vasconcelos recitou a primeira estrofe da canção de José Afonso, *Grândola, Vila Morena*. Foi o segundo sinal para a saída das tropas – o primeiro tinha partido dos Emissores Associados de Lisboa, no final da noite de 24, através de João Paulo Dinis com a canção de Paulo de Carvalho, *E depois do adeus*.

Na EPC de Santarém, na Escola Prática de Infantaria «EPI» de Mafra, no BC5 de Lisboa, na Escola Prática de Artilharia «EPA» de Vendas Novas e noutras unidades previamente comprometidas acordaram-se as tropas, foram feitas as formaturas, dadas instruções e preparadas as viaturas. Pouco tempo depois, os motores roncavam e os blindados de Salgueiro Maia iniciavam a marcha.

O golpe estava na rua.

IV Capítulo - Cronologia do 25 de Abril: do Movimento dos Capitães ao MFA

Como se referiu no capítulo anterior, o levantamento de 16 de Março, contrariamente ao que seria expectável, não desarticulou o Movimento, porque por parte do Governo “não foram tomadas quaisquer medidas repressivas” (Carvalho, 1984, p. 348), que afectassem substancialmente a sua estrutura.

As iniciativas dos comandos das Forças Armadas e das Forças de Segurança, mormente da DGS, mais não conseguiram que meras mudanças de oficiais de umas unidades para outras, assim como o controlo de alguns elementos considerados mais activos. Poucos dos oficiais implicados no 16 de Março foram presos.

Entretanto, o MOFA, por proposta de Spínola, transforma-se em MFA “para subentender a adesão de sargentos e praças” (Carvalho, 1984, p. 340), dando-lhe assim um cariz mais abrangente.

Quando as tropas saíram para a rua, os objectivos definidos caíram nas suas mãos, um após outro: a Emissora Nacional, o Rádio Clube Português «RCP», a RTP, o Banco de Portugal, a Marconi, os Ministérios, o Aeroporto de Lisboa e, por fim, o Quartel do Carmo, onde se refugiava Marcello Caetano.

Escassas “dezassete horas e quarenta e cinco minutos bastaram para a operação militar que abateu o Estado Novo” (Rodrigues, *et. al.*, 2001, p. 21). O regime, sem força anímica, sem vontade de continuar e sem tropas fiéis, não esboçou qualquer iniciativa importante que tivesse por objectivo contrariar a acção das tropas revoltosas. O poder seria transmitido, por Marcello Caetano, ao general António de Spínola, que tinha sido mandatado pelo MFA para essa missão.

Caetano e alguns Ministros, após serem transportados para a Pontinha, rumaram ao exílio, primeiro para o Funchal e depois para o Brasil. Acompanharam-nos o Presidente da República, Américo Tomás, e a família.

Por fim, consumaram-se dois dos actos de maior simbolismo do golpe militar: a libertação dos presos políticos de Caxias e Peniche e o assalto à DGS, com a consequente prisão dos agentes e demais elementos que resistiam na sede da instituição na Rua António Maria Cardoso, em Lisboa.

Cerca da uma hora da manhã do dia 26 de Abril os elementos da JSN deram entrada no estúdio A da RTP, no Lumiar, onde o general António de Spínola leu a Proclamação da Junta ao país.

O Estado Novo tinha terminado, seguia-se-lhe uma fase de transição para um novo regime e uma nova época para o país e para o Ultramar português. O 25 de Abril de 1974 marcaria indelevelmente o século XX português.

4.1 O plano de operações, os objectivos estratégicos e o posto de comando

Tendo em conta a experiência adquirida após o «levantamento das Caldas» e do seu impacto no moral do MFA, o plano de operações para o 25 de Abril foi algo que mereceu maior cuidado na sua construção.

Por isso, a Comissão Coordenadora do MFA, poucos dias antes da saída das tropas, ainda procurava desenhar um plano que reunisse consenso e assegurasse o êxito da missão. Contudo, em campo estavam somente duas possibilidades distintas que importa conhecer:

- A primeira, defendida por Vasco Gonçalves e Vítor Alves, que se consubstanciava numa grande “concentração de tropas e meios [...] no Campo de Instrução Militar de Santa Margarida, exigindo ao poder, a partir daí, a queda do Governo, a demissão do Presidente da República e a dissolução da Assembleia Nacional” (Carvalho, 1984, p. 349).

- A segunda, defendida por Otelo Saraiva de Carvalho, que devia ser “marcadamente ofensiva, lançando tropas na rua, conquistando objectivos, demonstrando força e poder e nunca a remissão a uma força flagrantemente defensiva” (Carvalho, 1984, p. 349).

Perante estas duas hipóteses diferentes, Otelo optou pela sua, dado que a primeira comportava riscos significativos – inclusive de intervenção de forças espanholas ou da NATO – e, além disso, permitiria ao Governo ter tempo para accionar um plano de contra-medidas que resistisse ao golpe.

A segunda hipótese acabou por vingar, a qual, segundo Cervelló (1993, p. 181), “triunfou porque cumpria as três normas básicas que referem os manuais de estratégia: unidade de comando, concentração de forças e surpresa”.

Esse plano consistia, em traços gerais, na tomada de um conjunto de objectivos localizados em Lisboa, desde logo por ser a capital do país e ter concentrado os principais serviços da República, assim como os meios de comunicação de massa, rádio e televisão.

É saber antigo que não é possível derrubar um regime sem depor as mais destacadas figuras do Estado e essas figuras encontravam-se na capital.

De facto, em Lisboa encontravam-se os mais importantes objectivos: Ministérios, estações de rádio e televisão, aeroporto. E esses objectivos deviam ser tomados durante a

madrugada de modo a evitar, tanto quanto possível, qualquer reacção e para que o país, na manhã seguinte, fosse confrontado com a situação de facto.

Assim, a surpresa foi essencial na manobra do Movimento. Aliás, como fundamental foi a experiência de guerra e de liderança que os oficiais detinham, fruto da sua participação na guerra e esse facto “ajuda a compreender a grande eficácia com que o Movimento foi preparado enquanto operação militar” (Telo, 2007, p. 29). Também “a superioridade das transmissões, que permitiam ao MFA manter as suas seguras e interceptar a maior parte das do inimigo” (Telo, 2007, p. 29), constitui outro dos factores determinantes para o sucesso da operação militar.

No ponto seguinte serão detalhados os objectivos estratégicos definidos, a quem foi confiada a missão de os tomar, quais os mecanismos de comunicação que se estabeleceram entre o posto de comando e as tropas em acção e o processo de notificação do posto de comando que foi planeado pelo MFA.

4.1.1 O plano de operações e os principais objectivos estratégicos

Tendo em conta o exposto, o MFA definiu como objectos estratégicos os seguintes alvos: comando da Legião Portuguesa «LP», a Emissora Nacional, o RCP, a RTP, a Rádio Marconi, o Banco de Portugal, o Quartel-General da Região Militar de Lisboa, o Quartel-General da Região Militar do Porto, o Ministério do Exército, o Aeroporto da Portela, o Aeródromo Base n.º 1, a Manutenção Militar, o Posto de Televisão de Tróia e a Penitenciária do Forte de Peniche.

A análise destes objectivos suscita desde logo uma questão relevante: a DGS não era um alvo prioritário? Será que se admitia a sua continuidade após o golpe militar?

A DGS não constituía, efectivamente, uma força capaz de enfrentar as tropas do MFA. O seu armamento era considerado ligeiro, constituído à base de pistolas para uso pessoal dos agentes e demais quadros e algumas armas automáticas G3 e pistolas-metralhadoras. Não dispunha, portanto, de armamento capaz de enfrentar forças de cavalaria e de infantaria armadas e municadas. Como tal, admite-se como plausível que, enquanto objectivo militar, a DGS não representava, *per si*, uma ameaça para as forças do Movimento.

Outro aspecto que se constatou foi o interesse colocado no “controlo da rádio e da televisão, desde a primeira hora, na ideia de que isso seria suficiente para desencorajar qualquer resistência séria dos hesitantes” (Telo, 2007, p. 31), ou seja, o 25 de Abril é o primeiro golpe do século XX em que se vive já na sociedade da informação, nele sendo reconhecida a importância dos órgãos de comunicação de massa.

Para levar a cabo essas missões, o MFA dispunha de forças oriundas de diferentes unidades, quer de Lisboa quer dos arredores da capital, ou ainda de outras cidades que dispunham de unidades militares de elevado valor operacional e potencial bélico, como as unidades de Cavalaria, oriundas de Santarém e de Estremoz.

A seguir indicam-se as unidades militares que tomaram os principais objectivos, em Lisboa, inscritos no plano de operações:

Objectivo	Unidade	Comandante
Terreiro do Paço	EPC	Capitão Salgueiro Maia
Rádio Marconi	EPC	Capitão Salgueiro Maia
Banco de Portugal	EPC	Capitão Salgueiro Maia
RTP	EPAM	Capitão Teófilo Bento
Emissora Nacional	CTSC	Capitão Oliveira Pimentel
RCP	Comando da Força Aérea e do Exército	Major Costa Neves, Força Aérea
Aeroporto da Portela	EPI	Capitão Rui Rodrigues
Quartel-General Região Militar de Lisboa	BC5	Major Cardoso Fontão

Fonte: (Rodrigues, *et. al.*, 2001, p. 34)

Quanto à proveniência das forças militares, pode ser usada a dicotomia seguinte:

- De Lisboa - Escola Prática de Administração Militar «EPAM», BC5, RAL1, Regimento de Engenharia 1 «RE1», Carreira de Tiro da Serra da Carregueira «CTSC», Regimento de Infantaria 1 «RI1», Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea e de Costa «CIAAC», Regimento de Artilharia Antiaérea Fixa «RAAF» e o 10º Grupo de Comandos.

- De fora de Lisboa - EPC de Santarém, EPI de Mafra, EPA, de Vendas Novas, Regimento de Cavalaria 3 «RC3», de Estremoz e Centro de Instrução de Operações Especiais «CIOE», de Lamego.

O contacto para o posto de comando da Pontinha era feito para «OSCAR», nome de código daquele posto de comando, para onde foi transmitida a conquista dos objectivos tomados. Também estes estavam codificados:

- «Toledo» - Terreiro do Paço;
- «Viena» - Rádio Marconi;
- «Bruxelas» - Banco de Portugal;
- «Mónaco» - RTP;
- «Tóquio» - Emissora Nacional:

- «México» - RCP;
- «Nova Iorque» - Aeroporto;
- «Canadá» - Quartel-General Região Militar de Lisboa;

Assim, a partir do RE1 da Pontinha, Otelo comandou um movimento de tropas significativo e de amplitude nacional, bem apoiado por uma rede de transmissões bastante eficaz. Não obstante este facto, parece importante entender-se porque motivo aquele local fora escolhido e que vantagem oferecia às forças do MFA.

4.1.2 O posto de comando da Pontinha

O posto de comando da Pontinha fora escolhido por poder “ser utilizado em perfeita concordância com todas as condições requeridas” (Carvalho, 1984, p. 353). De facto, para além de um dos seus oficiais, o capitão Luís Macedo, pertencer à unidade e garantir toda a logística necessária, ainda dispunha de uma equipa de transmissões e de equipamento adequado e o seu comandante, coronel Lopes da Conceição, era tido como próximo dos elementos do MFA, embora desconhecesse o que se estava a passar. Por isso, foi entendimento de Otelo que o local oferecia condições de segurança superiores a qualquer outro para nele se instalar o posto de comando do golpe.

Neste local encontravam-se reunidos os maiores Otelo Saraiva de Carvalho, Sanches Osório e Garcia dos Santos, o capitão Luís Macedo, os tenentes-coronéis Hugo dos Santos e Lopes Pires e comandante Vítor Crespo. A partir deste ponto seria controlada toda a dinâmica do golpe assim como recebidos os comunicados de tomada dos objectivos pelas tropas que aderiram ao Movimento.

As transmissões, outro vector fundamental para a manobra militar, foram asseguradas pelo major Garcia dos Santos, cujas ligações “concluía já ao cair da noite de 24” (Carvalho, 1984, p. 354), permitindo uma ligação directa aos “postos de escuta das redes rádio da GNR, Polícia de Segurança Pública «PSP», DGS e LP e também as comunicações telefónicas dos Ministros da Defesa e do Exército e do Chefe de Estado-Maior do Exército” (Rodrigues, *et. al.*, 2001, p. 33), passando não só a ter “comunicações seguras com todas as unidades envolvidas mas a penetrar na rede telefónica militar geral e interceptar muitas das comunicações do Governo” (Telo, 2007, p. 19).

Do posto de comando da Pontinha também saiu o mandato para o general Spínola aceitar a rendição de Marcello Caetano e o poder, em nome do MFA. Essa nomeação coube a Otelo Saraiva de Carvalho que falou telefonicamente com o general e o mandatou, em nome do Movimento.

Foi também na Pontinha que os elementos do MFA se reuniram com Spínola e com os restantes elementos que iriam constituir a JSN a fim de discutirem o Programa que deveria ser apresentado ao país. O Programa do MFA sofreu, como já foi referido, alterações significativas por imposição de Spínola, adaptando-o ao seu próprio ponto de vista, facto que provocou uma profunda clivagem entre os oficiais do Movimento e o general que, no entanto, não foi impeditiva da apresentação do documento ao país.

O posto de comando da Pontinha seria desactivado depois do sucesso do golpe. Os cobertores que tapavam as janelas só no dia seguinte seriam removidos.

Nele, um punhado de oficiais coordenou a acção militar que levou à queda do Estado Novo e foi nesse local que foi ouvido, certamente com emoção, o primeiro comunicado do MFA, lido a partir do RCP, após os principais objectivos estarem conquistados.

4.2 As operações militares

Às quatro e vinte e seis da manhã, o locutor “de serviço no RCP, Joaquim Furtado, entrou na História do 25 de Abril” (Rodrigues, *et. al.*, 2001, p. 34), ao ler o primeiro comunicado do Movimento⁴⁸. Entretanto, às sete e meia da manhã, o Movimento emitiu outro comunicado em que “faz a sua primeira declaração de intenções” (p. 35), de modo a tranquilizar a população que não tivesse ouvido o primeiro comunicado, ou estivesse em dúvida se seria uma acção dos «ultra» do regime⁴⁹.

Em termos estratégicos, o “país foi dividido em duas grandes zonas: Zona Norte do Rio Douro [...] Zona Resto do país, centrada em Lisboa” (Rodrigues, *et. al.*, 2001, p. 30). Contudo, seria em Lisboa que se jogaria a sorte do golpe, dado a cidade dispor de grande parte – a quase totalidade – dos objectivos significativos que estavam planeados para ser tomados.

⁴⁸ “Aqui, posto de comando do Movimento das Forças Armadas. As Forças Armadas Portuguesas apelam para todos os habitantes da cidade de Lisboa no sentido de recolherem a suas casas, nas quais se devem conservar com a máxima calma. Esperamos sinceramente que a gravidade da hora que vivemos não seja tristemente assinalada por qualquer acidente pessoal, para o que apelamos para o bom-senso dos comandos das forças militarizadas no sentido de serem evitados quaisquer confrontos com as Forças Armadas. Tal confronto além de desnecessário, só poderá conduzir a sérios prejuízos individuais que enlutariam e criariam divisões entre os Portugueses, o que há que evitar a todo o custo. Não obstante a expressa preocupação de não fazer correr a mínima gota de sangue de qualquer português, apelamos para o espírito cívico e profissional da classe médica, esperando a sua acorrência aos hospitais, a fim de prestar a eventual colaboração que se deseja, sinceramente, desnecessária”.

⁴⁹ “Conforme tem sido difundido, as Forças Armadas desencadearam na madrugada de hoje uma série de acções com vista à libertação do país do regime que há longo tempo o domina. Nos seus comunicados as Forças Armadas têm apelado para a não intervenção das forças policiais, com o objectivo de se evitar derramamento de sangue. Embora esse desejo se mantenha firme, não se hesitará em responder, decidida e implacavelmente, a qualquer oposição que venha a manifestar-se. Consciente de que interpreta os verdadeiros sentimentos da Nação, o Movimento das Forças Armadas prosseguirá na sua acção libertadora e pede à população que recolha às suas residências. Viva Portugal!” (Rodrigues, *et. al.*, 2001, pp. 34-35).

Da EPC saiu uma coluna pelas três da manhã, comandada pelo capitão Salgueiro Maia, e que era composta por “um esquadrão de autometralhadoras e um esquadrão de atiradores de cavalaria, num total de 231 homens [...] integravam a coluna 10 blindados Chaimite e EBR, doze camiões, duas ambulâncias um jipe de comando e um carro civil” (Telo, 2007, p. 15). A coluna de Salgueiro Maia tinha por objectivo a Praça do Comércio em Lisboa e o consequente controlo do Ministério do Exército, a Rádio Marconi e o Banco de Portugal.

Da EPI saiu o capitão Rui Rodrigues “para seguir pelo itinerário já reconhecido – Malveira, Loures, Frielas, Camarate – até ao aeroporto da Portela” (Carvalho, 1984, p. 378), que ocuparia, apesar de ter chegado com algum atraso face ao horário previsto. Na EPAM, cerca da uma e meia da manhã, “o capitão Teófilo Bento manda acordar [...] todos os oficiais e sargentos que ali pernoitaram e explica a situação aos presentes” (Carvalho, 1984, p. 376).

Na EPA, após o capitão Mira Godinho e os tenentes Andrade e Silva, Cabaça Ruaz e Grade terem aprisionado o comandante da unidade, coronel Belo Carvalho, saíram forças constituídas por “uma bateria de artilharia de material 8,8 centímetros a seis bocas de fogo” (Carvalho, 1984, p. 371) e uma companhia composta por quatro pelotões. O objectivo destas forças era Almada, sendo instaladas na esplanada do Cristo Rei, ficando com uma visão ampla sobre o rio Tejo e Lisboa e a possibilidade de bombardear Monsanto, caso fosse esse o refúgio do Governo.

Da CTSC, saíram forças com destino a Lisboa, à Emissora Nacional, comandadas pelo capitão Oliveira Pimentel. Do BC5 partiram forças comandadas pelo major Cardoso Fontão e pelo capitão Bicho Beatriz, com o objectivo de montar cerco ao RCP e tomar o Quartel-General da Região Militar de Lisboa. As antenas do RCP em Porto Alto foram ocupadas por forças de Caçadores estacionadas em Santa Margarida. Estas forças tomaram também a Ponte Marechal Carmona, em Vila Franca. O MFA passava, assim, a controlar as duas únicas passagens rodoviárias Norte-Sul.

Entretanto, aquando da emissão do primeiro comunicado do MFA, já se encontravam tomados os principais objectivos definidos: Aeroporto da Portela, RTP, Quartel-General, Terreiro do Paço, Rádio Marconi, Banco de Portugal e RCP.

Finalmente, tropas do CTSC, sob ordens do capitão Oliveira Pimentel, tomaram a Emissora Nacional e uma bateria de artilharia oriunda de Vendas Novas foi instalada em Almada, próximo do Cristo Rei, apontando os obuses para Monsanto – o local onde, como já foi dito, seria previsível que o Governo se refugiasse.

4.2.1 A resistência do regime

“O regime mobilizou uma força heterogénea para enfrentar a EPC” (Cervelló, 1993, p. 183), constituída por forças do RC7, da Ajuda, que dispunha de cinco carros de combate M47, pela fragata Gago Coutinho, comandada por Seixas Louçã, forças da GNR, DGS e da LP.

No entanto, o contributo dessas forças apenas permitiu esboçar uma resistência pouco mais que simbólica face a tão elevado número de tropas e à conquista, quase em simultâneo, dos principais objectivos a que se propunha.

A movimentação de tropas foi detectada tardiamente, algo que se afigura estranho dado que seria de supor que face à instabilidade que reinava nos quartéis – agudizada após o 16 de Março – a polícia política tivesse criado condições de vigilância sobre, pelo menos, as unidades militares mais sensíveis para executar um golpe. Tal não se verificou. Efectivamente, as tropas saíram de diferentes quartéis, de Norte a Sul do país, sem que tivessem sido detectados esses movimentos.

Num país em que vigorava um regime dotado de um aparelho policial onnipresente, não deixa de ser curiosa tal falha de controlo.

Apenas a coluna da EPC, comandada por Salgueiro Maia, foi detectada a caminho de Lisboa. O director da DGS, major Silva Pais, comunicou o acontecimento ao Presidente do Conselho, aconselhando a que se refugiasse no Quartel do Carmo⁵⁰. A partir de então, começam a ser transmitidas ordens de entrada em prevenção rigorosa para várias unidades, nomeadamente o RC7, Lanceiros 2 e RE1 da Pontinha onde, apesar de ter sido tomado pelo Movimento, esse facto era desconhecido.

Contudo, entre a entrada em prevenção e a prontidão das tropas para saírem das unidades e enfrentarem os revoltosos, decorreram várias horas, as quais foram decisivas não só para o reforço de posições das tropas do MFA, como também para a tomada de consciência da população que ia conhecendo, através dos comunicados emitidos pelo RCP, que o Governo ia ser derrubado.

A resistência mais efectiva que o MFA enfrentou partiu de forças de Cavalaria 7 e de Lanceiros 2, que se projectaram na Rua do Arsenal, onde o Brigadeiro Junqueira dos Reis, comandante da força de ordem pública de Lisboa, deu ordem de disparo aos M47

⁵⁰ “Senhor Presidente, a revolução está na rua. O caso é muito grave. Os revoltosos ocuparam já as principais emissoras de rádio e a televisão e tomaram o Quartel-General da Região Militar de Lisboa. Caçadores 5 está com eles. Estamos a procurar avaliar a extensão do Movimento [...] é indispensável que Vossa Excelência saia de casa com a maior urgência.” (Carvalho, 1984, pp. 406-407).

sobre as forças do Movimento, ordem essa que não foi acatada. Parte das forças comandadas pelo brigadeiro mudaria de campo, juntando-se a Salgueiro Maia.

Também uma coluna motorizada da GNR constituída por doze «jeeps» se deteve junto à Rua da Madalena. Após contacto com oficiais do MFA esta coluna retiraria do local sem que tivesse constituído qualquer ameaça.

Pouco depois, na Ribeira das Naus, Salgueiro Maia enfrentou forças também do RC7, comandadas pelo major Pato Anselmo, mas que acabou por se render. Junqueira dos Reis ainda tentou liquidar Maia, mas o alferes que recebeu a ordem conhecia o capitão e recusou-se a cumprir tal ordem.

Junqueira retirou-se com as poucas forças que lhe restavam e sem capacidade de impor a sua autoridade sobre tropas que comandava mas que não conhecia. Maia venceu no Terreiro do Paço e seguiu de lá para o Largo do Carmo com o objectivo de obter a rendição de Marcello Caetano.

4.2.2 No Largo do Carmo

Depois de ter sido avisado do golpe, Marcello Caetano dirigiu-se para o Quartel da GNR, no Largo do Carmo, em Lisboa. Quartel esse que não oferecia muitas possibilidades de defesa e se encontrava no centro da cidade, na zona do Chiado.

A partir desse local, acompanhado pelo comandante Coutinho Lanhoso, seu adjunto militar, Caetano ainda tentou o controlo dos acontecimentos. Pelo que se investigou, o chefe do Governo “teria dado ordens para a Fragata da Armada liquidar o Terreiro do Paço” (Telo, 2007, p. 20), assim como para a LP interferir nas comunicações do RCP. Porém, a fragata Gago Coutinho não cumpriu a ordem, tendo retirado para o Mar da Palha. Quanto à Legião, não conseguiu os seus intentos dado que o RCP era a única estação de rádio que possuía gerador, situação que lhe garantia autonomia em caso de corte de fornecimento de energia.

Após a tomada do Terreiro do Paço e do reforço das forças de Salgueiro Maia com o dispositivo do RC7, que se rendeu ao MFA, as tropas dividiram-se: uma parte seguiu com o major Jaime Neves para a Penha de França – a fim de obter a rendição da LP – e a outra parte rumou ao Largo do Carmo para obter a rendição de Marcello Caetano.

Não parecem restar dúvidas que “o Quartel da GNR surge como o centro das atenções de todo o país” (Praça, *et. al.*, 1974, p. 22), nele se concentrando cada vez mais populares que queriam assistir à queda do governo e do regime.

Porém, as horas iam passando sem que nada acontecesse, facto que começava a elevar a tensão do local perante a indefinição da situação. Assim, passavam “alguns minutos das 15 horas, quando uma rajada de metralhadora atingiu os portões e a fachada do edifício [...] era o aviso à demora de resposta” (Praça, *et. al.*, 1974, p. 26), perante o ultimato que tinha sido lançado por Salgueiro Maia.

Caetano pretende entregar o poder ao general Spínola e, para esse efeito, interveio nas negociações Pedro Pinto, Secretário de Estado da Informação e Turismo, que encarregou o Director dos Serviços de Informação, Feitor Pinto, e o seu secretário Nuno Távora, “de irem a casa do general Spínola levar o recado” (Rodrigues, *et. al.*, 2001, p. 41).

Não obstante as diligências que estavam em curso, o impasse manteve-se, impacientando as forças do MFA e a população, que acorria ao Largo do Carmo e às imediações, cada vez em maior número.

Ora, Spínola, aproveitando o facto de Caetano o escolher como interlocutor, solicitou autorização a Otelo para receber o poder em nome do MFA. Ao ser-lhe dada tal autorização o general fica legitimado para ascender ao topo da futura estrutura política do país.

Tendo em conta o grau de adesão das forças militares ao MFA, atendendo ao número de objectivos conquistados e à concentração de forças que o Movimento dispunha em Lisboa, a queda do governo era inevitável. Tratava-se apenas de uma questão de tempo, ou seja, de poucas horas entre o contacto de Caetano com Spínola e a rendição daquele.

4.3 A queda do Estado Novo

A surpresa e o sucesso da operação militar e a falta de vontade demonstrada pelos defensores do Estado Novo, ditaram a queda do regime em aproximadamente dezoito horas. O Presidente do Conselho, Marcello Caetano, rendeu-se ao general António de Spínola cerca das dezanove e trinta, sendo depois transportado para o Quartel da Pontinha, onde se encontrava instalado o posto de comando do MFA. Acompanham-no os ex-Ministros Moreira Baptista, Silva Cunha e Rui Patrício.

O general Spínola, após receber o poder do Presidente do Conselho, dirigiu-se também para a Pontinha, onde o aguardava a Comissão Coordenadora do MFA para preparação da apresentação ao país do Programa do MFA. Como já foi dito, teve lugar uma encarniçada luta de ideias e de projectos.

Enquanto isso, na sede da DGS, elementos daquela corporação abrem fogo diante da multidão que se manifesta no exterior, fazendo 4 mortos e alguns feridos. A polícia política só se renderia na manhã seguinte.

Na madrugada de 26, na RTP, apresenta-se a JSN. O general Spínola leu a proclamação deste novo órgão. Estava consumada a queda do regime. Em 26 amanheceu um dia diferente. A pouco e pouco o país retomava a vida normal que, no entanto, era muito diferente da normalidade anterior.

4.3.1 A rendição do Presidente do Conselho

Antes da chegada de Spínola ao Carmo, o capitão Salgueiro Maia entra no quartel para se encontrar com Marcello Caetano, a fim de obter a sua rendição. O Presidente do Conselho “mantém ainda a dignidade habitual perante as exigências de Salgueiro Maia” (Rodrigues, et. al., 2001, p. 40). Caetano informou o capitão que o general Spínola vinha a caminho, o que satisfez Maia, que se retirou para junto das suas tropas.

Depois de várias peripécias que antecederam a nomeação de Spínola como interlocutor do MFA, “o general [...] chegou ao Largo do Carmo cerca das 18 horas” (Praça, et. al., 1974, p. 26), encontrando-se de imediato com Marcello Caetano.

Spínola esclareceu o ainda Chefe do Governo que o seu destino seria, primeiro, o Quartel da Pontinha e depois rumaria para a Madeira. Entretanto, a saída do Carmo seria assegurada dentro de uma viatura blindada Chaimite, tripulada por elementos da ECP de Santarém.

Pelas 19.30, Marcello rendeu-se ao general, deslocando-se para o pátio do velho quartel, onde o esperava a viatura blindada. Despediu-se de Pedro Pinto e entrou na viatura. O RCP transmitiu o comunicado da rendição⁵¹.

No quartel da Pontinha, Caetano e os dois Ministros que o acompanhavam tomaram contacto com os elementos do MFA. Moreira Baptista, a pedido de oficiais do Movimento, telefonou ao major Silva Pais, director da DGS, instando-o a render-se de modo a evitar vítimas, ao que Silva Pais anui.

⁵¹ “Aqui posto de comando do Movimento das Forças Armadas: Continuando a dar cumprimento à sua obrigação de manter o país ao corrente do desenrolar dos acontecimentos, o Movimento das Forças Armadas informa que se concretizou a queda do Governo, tendo Sua Ex.^a o Prof. Marcello Caetano apresentado a sua rendição a sua Ex.^a o general António de Spínola. O ex-presidente do Conselho o ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros, e o ex-Ministro do Interior encontram-se sob custódia do Movimento, enquanto sua Ex.^a o almirante Américo Tomás e alguns ex-Ministros do Governo se encontram refugiados em dois aquartelamentos que estão cercados pelas nossas tropas e cuja rendição se aguarda para breve. O Movimento das Forças Armadas agradece a toda a população o civismo e a colaboração demonstrados de maneira inequívoca desde o início dos acontecimentos, prova evidente de que ele era intérprete dos pensamentos e dos anseios nacionais. Continua a recomendar-se a maior calma e estrita obediência a todas as indicações que forem transmitidas. Espera-se que amanhã a vida possa retomar o seu ritmo normal, por forma a que todos, em perfeita união, consigamos construir um futuro melhor para o país: Viva Portugal” (Praça, et. al., 1974, p. 30).

No entanto, a DGS foi a responsável pelo “único sangue derramado em 25 de Abril” (Telo, 2007, p. 27). Já depois da rendição de Marcello Caetano e perante uma manifestação de populares que se concentra na Rua António Maria Cardoso, sede da instituição, inesperadamente abriu fogo sobre a população “provocando quatro mortos e dezenas de feridos” (Telo, 2007, p. 27). Após este episódio, a sede da DGS foi cercada por forças do Movimento. Os elementos que ali se encontravam renderam-se na manhã de 26, sendo transportados, pouco depois, sob custódia, para o Governo Civil de Lisboa e detidos à guarda da PSP.

O Presidente da República, Américo Tomás, que permaneceu todo o tempo na sua residência do Restelo, apenas foi detido às sete da manhã do dia 26 de Abril e conduzido ao Aeroporto da Portela para embarcar para a Madeira.

4.3.2 A reunião da Pontinha

Spínola chegou à Pontinha cerca das vinte e trinta, abraça Otelo Saraiva de Carvalho e exulta com os militares presentes no posto de comando dizendo-lhes, nomeadamente que “a Pátria está-vos agradecida” (Carvalho, 1984, p. 471) e que, em seu nome, a todos agradecia o grande contributo dado ao país.

Foram levadas a cabo várias diligências e Spínola nomeou homens da sua confiança para comandarem unidades: Manuel Monge para Lanceiros 2, Casanova Ferreira para o Aeroporto da Portela, Bívar assumiu o comando da companhia da EPI, Frazão foi para o Quartel-General.

Tudo levava a crer que o general ia controlar a situação, subalternizando os oficiais que conduziram o golpe e que com ele acertaram o Programa do MFA. Mas não foi exactamente assim. Spínola sobrestimou a força do seu poder.

Spínola reuniu-se com Franco Charais, Vítor Alves, Vítor Crespo e Costa Martins, informando os presentes que era necessário rever o Programa a apresentar ao país, mormente no que se referia às “medidas a curto prazo a eliminação total da alínea c) do ponto oito, que definia o claro reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação” (Carvalho, 1984, p. 478). Por outro lado, Costa Gomes considerava que a extinção da DGS era drástica, propondo a sua manutenção no Ultramar.

Deu-se então um sério confronto de posições: por um lado a concepção progressista dos oficiais do MFA que conduziram a redacção do Programa, por outro, a atitude do general Spínola que tinha outra ideia para Portugal, para o Ultramar e para a sua própria pessoa.

O choque deu-se entre os que defendiam que o documento não devia ser alterado, uma vez que integrava todas as rectificações que o general Spínola entendera propor, e a ala spinolista, a qual entendia que “o Programa era qualquer coisa para se chegar à revolução mas que a partir dali e tendo sido vitorioso o movimento militar e tendo sido derrubado o regime, ele e os políticos iriam elaborar um programa”⁵².

A discussão foi acesa, Spínola foi confrontado com o facto de não comandar soldados e que “os blindados e as tropas ainda estão na rua, se for preciso continuam com o golpe” (Carvalho, 1984, p. 478). Perante esta ameaça, o general moderou os seus ímpetos e foi possível chegar a um entendimento mínimo de posições.

O Programa revisto foi apresentado pela primeira vez aos futuros membros da JSN que o leram, aprovaram e escolheram o futuro Presidente. “Nenhum deles põe em dúvida a natural designação de António de Spínola para o lugar” (Carvalho, 1984, p. 479) e os escolhidos encaminham-se para o Lumiar, à uma da madrugada, sob escolta fortemente armada.

4.3.3 A Junta de Salvação Nacional

A JSN foi composta pelos seguintes elementos: general António de Spínola, general Francisco da Costa Gomes, capitão-de-fragata António Alva Rosa Coutinho, capitão-de-mar-e-guerra José Baptista Pinheiro de Azevedo, general Manuel Diogo Neto, brigadeiro Jaime Silvério Marques e coronel Carlos Galvão de Melo.

Inicialmente, antes do golpe, previa-se que a Junta integraria “seis oficiais gerais, sendo dois do Exército, dois da Armada e dois da Força Aérea” (Carvalho, 1984, p. 340). Porém, como um seria Presidente da República, o Exército ficava em minoria, só com um representante, pelo que não se optou por esta solução mas por reforçar o Exército com mais um elemento, ficando a Junta com sete elementos e o Exército com três. Afinal fora o ramo das Forças Armadas que mais contribuía para a queda do regime.

Mais tarde, Vítor Alves avançou ainda uma proposta que gerou alguma controvérsia com outros elementos do Movimento, designadamente com Vasco Gonçalves e Vasco Lourenço⁵³. Alves propunha que todos os membros da Junta fossem oficiais gerais “para poderem logo à partida situar-se num certo plano de igualdade em relação a Spínola” (Carvalho, 1984, p. 341).

Mesmo vingando essa proposta, foi muito difícil encontrar oficiais gerais, que não tendo estado na sessão de apoio a Marcello Caetano em Março, pudessem ombrear em

⁵² Crespo, V. *Século XX Português. 2001. 1974 – Agora o povo unido*. Lisboa: SIC.

⁵³ Estes elementos entendiam que a designação dos elementos da JSN não se devia fixar no critério da patente militar mas sim das qualidades intrínsecas dos escolhidos.

prestígio com Spínola. A escolha acabou por recair no brigadeiro Jaime Silvério Marques, aceite consensualmente, tanto por Spínola, como pelo MFA.

A Armada, por sua vez, nomeou um capitão-de-fragata, Rosa Coutinho, que comandava a fragata Pereira da Silva e um capitão-de-mar e guerra, José Baptista Pinheiro de Azevedo, comandante da Escola de Fuzileiros. A Força Aérea, por sua vez, escolhera o general Manuel Diogo Neto e o coronel Carlos Galvão de Melo.

À uma e meia, perante as câmaras da RTP, o locutor Fialho Gouveia apresenta os membros da JSN, identificando-os da esquerda para a direita. Seguidamente, diz que “vai falar-vos o general António de Spínola”⁵⁴. O general coloca os óculos e começa a ler a Proclamação da JSN⁵⁵.

Após esse acto, os elementos da JSN retiraram-se dos estúdios da RTP. Estava efectuada a mudança do poder em Portugal, em apenas poucas horas o Estado Novo caíra dando lugar a uma Junta que iria conduzir o país no imediato. O general Spínola, quando regressou a casa, após tão fatigante jornada, terá sentido que ganhara o dia. Tinha acabado de se tornar o próximo Presidente da República.

O confronto velado que tinha mantido com Marcello Caetano dera-lhe a vitória. Spínola soube conduzir a sua imagem e nos momentos oportunos lançou setas certas que envenenaram o regime. Foi assim com o seu discurso de posse de vice-CEMGFA, foi assim com o livro *Portugal e o Futuro*. Soube esperar a sua vez e deixar que outros fizessem por ele o golpe militar, para lhe servirem o poder.

⁵⁴ Século XX Português. 2001. *1974 – Agora o povo unido*. Lisboa: SIC.

⁵⁵ “Em obediência ao mandato que acaba de lhe ser confiado pelas Forças Armadas, após o triunfo do Movimento em boa hora levado a cabo pela sobrevivência nacional e pelo bem-estar do Povo Português a Junta de Salvação Nacional, a que presido, constituída por imperativo de assegurar a ordem e de dirigir o país para a definição e consecução de verdadeiros objectivos nacionais, assume perante o mesmo o compromisso de: garantir a sobrevivência da Nação soberana no seu todo pluricontinental; promover, desde já, a consciencialização dos Portugueses, permitindo plena expressão a todas as correntes de opinião em ordem a acelerar a constituição das associações cívicas que hão-de polarizar tendências e facilitar a livre eleição, por sufrágio directo, de uma Assembleia Nacional Constituinte e a sequente eleição do Presidente da República; Garantir a liberdade de expressão e pensamento; abster-se de qualquer atitude política que possa condicionar a liberdade de eleição e a tarefa da futura Assembleia Constituinte e evitar por todos os meios que outras forças possam interferir no processo que se deseja eminentemente nacional; pautar a sua acção pelas normas elementares da moral e da justiça, assegurando a cada cidadão os direitos fundamentais estatuídos em declarações universais e fazer respeitar a paz cívica, limitando o exercício da autoridade à garantia de liberdade aos cidadãos; respeitar os compromissos internacionais decorrentes dos tratados celebrados; dinamizar as suas tarefas em ordem a que no mais curto prazo o país venha a governar-se por instituições de sua livre escolha; devolver o poder às instituições constitucionais logo que o Presidente da República eleito entre no exercício de funções” (Carvalho, 1984, pp. 479-480).

Conclusões

Este projecto visou a elaboração de uma reflexão sobre um período extremamente rico e controverso da História de Portugal, avaliando do ponto de vista político o efeito combinado de um conjunto de acontecimentos que levaram ao derrube do Estado Novo e, em consequência disso, a alterações profundas na sociedade portuguesa, assim como nos territórios coloniais de que então o país dispunha.

Tendo em conta a investigação, verificou-se, no âmbito do I Capítulo, que, no campo da definição de conceitos o termo Estado Novo pode ser empregue para classificar o regime corporativo que vigorou em Portugal entre 1933 e 1974.

Constatou-se, também que o termo colónia é o mais apropriado para designar os territórios ultramarinos que Portugal manteve sob sua jurisdição até 1974 porque, na essência, o objectivo era o de manter a dominação sobre os mesmos, dominação essa nas suas variadas expressões: política, militar e económica.

No que concerne à dicotomia guerra colonial ou guerras do Ultramar, considera-se a designação «guerra colonial» como a que melhor sintetiza o tipo de relação que Portugal defendia para aqueles territórios.

Quanto ao acontecimento de 25 de Abril, respondendo à questão lançada na problemática teórica, a classificação terminológica mais correcta para caracterizar o movimento que derrubou o Estado Novo em 25 de Abril de 1974 é a de «golpe militar».

De facto, coisa diferente é a posterior aderência de todas as forças militares – situação que evitou uma guerra civil - ou os desenvolvimentos futuros quando se processou a adesão a modelos contraditórios com a realidade anterior, situação que implicaria falar em revolta militar e revolução.

Sobre se o Movimento dos Capitães tem o mesmo significado que o MFA, a última questão lançada na problemática teórica, ficou demonstrado que o seu significado não é o mesmo. O Movimento dos Capitães teve na sua génese uma raiz corporativa e reivindicativa, enquanto o MFA tinha uma raiz golpista e um projecto político.

No II Capítulo, demonstrou-se que a sucessão de Salazar não foi uma acção unânime por parte das cúpulas do regime, mas uma decisão do Presidente da República perante as hipóteses que se lhe apresentavam.

No que concerne à política seguida por Marcello Caetano, verificou-se que foi distinta, ainda que não totalmente, daquela que Salazar seguiu durante o seu período de governação, pelo que é possível encontrar duas épocas diferentes no mesmo regime,

exactamente aquelas que se identificam com os dois protagonistas que conduziram os interesses do Estado: Salazar e Caetano. No entanto, muitas das ditas mudanças não passaram de um mero alterar das designações.

Ficou ainda demonstrado que a continuidade da guerra provocou um desgaste significativo na estrutura militar, agravado pela falta de oficiais do QP, indispensáveis à continuidade do esforço nos três «teatros de operação».

Nas áreas económicas e sociais foram usados elementos que podem suportar a afirmação de que houve efectivamente evolução económica e social durante o período que Marcello Caetano governou Portugal.

No III Capítulo, constatou-se o nascimento do movimento reivindicativo no Exército, cujo foco principal se revelou em dois momentos próximos e emblemáticos: o Congresso dos Combatentes e o Decreto-Lei 373/73, assim como a dinâmica que se gerou em torno dessas duas questões.

Apesar do Governo ter recuado, o Movimento dos Capitães, nascido para fazer face a questões de natureza corporativa emergentes do citado Diploma, não cessou a sua actividade, adquirindo rapidamente um cariz político cujo objectivo essencial passou a ser o derrube do regime.

A essa atitude de confronto não foi alheia a estrutura sociológica do oficialato português, claramente distinta daquela que tradicionalmente compunha a classe, tendo-se verificado, mercê da continuidade da guerra e da necessidade crescente de oficiais para assegurar esse esforço, o recrutamento de novos cadetes junto da pequena burguesia rural que via na profissão das armas uma possibilidade de ascensão social para os seus filhos.

O general António de Spínola, figura emblemática do 25 de Abril, bem como a sua obra *Portugal e o Futuro* mereceram realce no sentido de se interpretar os efeitos que o general produziu na dinâmica dos acontecimentos, bem como o efeito que o seu livro provocou no Movimento.

A reacção do regime ao posicionamento do general Spínola, no episódio que passou à história como «a brigada do reumático», foi considerada importante do ponto de vista do ordenamento cronológico dos acontecimentos, tal como o foi o «levantamento das Caldas» enquanto primeiro acto efectivo de tentativa de derrube do regime.

O IV Capítulo abordou a temática do golpe, o seu planeamento, a sua execução operacional, o derrube do governo e do regime, a transferência de poder de Marcello Caetano para Spínola que, para o efeito, fora mandatado pelo Movimento, a acção do posto de comando localizado no Quartel da Pontinha e a formação da JSN.

A investigação feita parece mostrar que a mudança ocorrida em Portugal em 25 de Abril de 1974 não foi um acontecimento isolado nem obra de um grupo restrito de conjurados, mas sim o resultado de um clima de fraqueza política, por parte do regime, de isolamento internacional, de descrédito interno e de falta de vontade de reagir perante as questões mais relevantes que se apresentavam a toda a sociedade.

Uma vez mais, seria o Exército, tal como acontecera em 28 de Maio de 1926, quando perante a desordem e a falta de credibilidade da chamada I República, a constituir-se como a chave para a sucessão de um regime esgotado e sem iniciativa.

O exemplo do 25 de Abril deve ser tido em consideração por parte dos diferentes agentes políticos, seja qual for o tempo em que actuem, de modo a se mostrarem sensíveis aos sinais que a sociedade e, particularmente, a instituição militar, vão dando no que se refere à condução dos destinos do país. Daí a epígrafe escolhida para esta Dissertação.

Por outro lado, este acontecimento histórico também constitui um repto ao conformismo, à apatia e à indiferença com que os cidadãos olham as instituições políticas, permitindo que a constante acumulação de erros de governação levem à criação de clivagens de tal forma profundas que acabam por conduzir à ruptura.

O 25 de Abril não deu a liberdade ao povo português porque a liberdade é um valor intrinsecamente humano, mas abriu uma janela de oportunidade para que o país, no seu todo, desse um passo civilizacional importante, construindo uma sociedade mais livre, mais justa e mais digna.

Tais objectivos não foram ainda amplamente alcançados, apesar de uma sociedade mais livre e mais democrática, porque “democratizar não consiste apenas na conquista do sufrágio universal, na concepção moderna de democracia, os direitos político são acompanhados de direitos civis e sociais” (Porta, 2003, 59), pelo que muito há a fazer no campo da justiça social que permita construir uma sociedade mais igualitária e solidária.

Não obstante os recursos que se têm aplicado, os problemas estruturais e organizacionais teimam em condicionar o desenvolvimento do país. Será, pois, necessário visitar a escala de prioridades, não descurar o prestígio das instituições, mormente a militar, e a dignidade dos cidadãos. Um país que tem vinte por cento da sua população no limiar da pobreza tem o futuro condicionado.

Assim, na sequência do que atrás foi dito, termina-se este projecto retomando à epígrafe, como Moreira (1985, p. 40) afirma: “o princípio era o de que compete às Forças Armadas ganhar o tempo necessário para implantar as soluções políticas” no Ultramar. O

regime faltou a esse dever e o MFA viu-se na necessidade de derrubar o regime para resolver o problema.

À guisa de conclusão, parece possível afirmar que ao longo deste estudo foi encontrada resposta para as questões colocadas na introdução.

Bibliografia

- Abreu, P. (1994, Abril). *20 anos do 25 de Abril*. Lisboa: RTP.
- Afonso, A. & Gomes, C. M. (1998). *Guerra colonial*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Alexandre, V. In: Pinto, A. C. (2004). *Portugal contemporâneo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. pp. 67-86.
- Almeida, D. (1977). *Origens e evolução do movimento dos capitães*. Lisboa: Edições Sociais.
- Almeida, J. M. (2008a). *António Oliveira Salazar – Pedro Teotónio Pereira. Correspondência política 1945-1968*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Almeida, J. M. (2008b). *A oposição católica ao Estado Novo 1958-1974*. Lisboa: Edições Nelson de Matos.
- Amaral, D. F. (1995). *O antigo regime e a revolução memórias políticas (1941-1975)*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Amaral, L. (2008) In. *1969 Evolução na continuidade*. Lisboa: Centro Editor PDA. pp. 80-97.
- Andrade, J.(2002). *Dicionário do 25 de Abril*. Lisboa: Nova Arrancada.
- Antunes, J. F. (1991). *Kennedy e Salazar o leão e a raposa*. Lisboa: Difusão Cultural.
- Antunes, J. F. (1992). *Nixon e Caetano promessas e abandono*. Lisboa: Difusão Cultural.
- Antunes, J. F. (1996). *Jorge Jardim agente secreto*. Lisboa: Difusão Cultural.
- Araújo, A. (2008). In. *1971 A ala liberal da Assembleia Nacional*. Lisboa: Centro Editor PDA. pp. 7-27.
- Avillez, M. J. (1996). *Soares ditadura e revolução*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Barreto, A. (1996). *A situação social em Portugal.1960-1995*. Lisboa: ICS UL.
- Barreto, A. In: Pinto, A. C. (2004). *Portugal contemporâneo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. pp. 137-162.
- Barreto, J. In: Rosas, F., Oliveira, P.A. (2004). *A transição falhada*. Lisboa: Círculo de Leitores. pp 137-170.
- Bobbio, N. Matteucci, N. & Pasquino, G. (1983). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UNB
- Brito, J. M.(Coord.). (1999). *Do marcelismo ao fim do império – revolução e democracia*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Caetano, M. (1974). *Depoimento*. Rio de Janeiro: Record.
- Caetano, M. (2000). *Minhas memórias de Salazar*. Lisboa: Verbo.
- Caetano, M. (2001,Abril). *Século XX Português. 1968-1974 Evolução na continuidade*. SIC.
- Carreira, H. M. In: Barreto, A. (1996). *A situação social em Portugal.1960-1995*. Lisboa: ICS UL. pp. 365-510.

- Carrilho, M. (1985). *Forças armadas e mudança política*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Carvalho, O. S. (1984). *Alvorada em Abril*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Carvalho, O. S. (1998). *Alvorada em Abril*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Cervelló, J. S. (1993). *A revolução portuguesa e a sua influência na transição espanhola (1961-1976)*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Corkill, D. In: Rosas, F., Oliveira, P.A. (2004). *A transição falhada*. Lisboa: Círculo de Leitores. pp. 213-232.
- Correia, P. P. (1994). *Questionar Abril*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Couto, C. (1988) *Elementos de estratégia – apontamentos para um curso*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Crespo, V. (2001, Abril). *Século XX Português. 1974 - Agora o povo unido*. Lisboa: SIC
- Cruzeiro, M. M. (1998). *Costa Gomes o último marechal*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Cruzeiro, M. M. (2002). *Vasco Gonçalves um general na revolução*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Cruzeiro, M. M. (2004). *Melo Antunes o sonhador pragmático*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Cunha, S. (1977). *O Ultramar a nação e o 25 de Abril*. Coimbra: Atlântida Editora.
- Cunha, J. S. (2001, Abril). *Século XX Português. 1968-1974 Evolução na continuidade*. Lisboa. SIC.
- Cunhal, A. (1974). *Rumo à vitória*. Lisboa: Edições a Opinião.
- Decreto-Lei 373/73 de 13 de Julho. Ministério do Exército
- Decreto-Lei 409/73 de 26 de Agosto. Ministério do Exército
- Decreto-Lei 23 048 de 23 de Setembro de 1933. Estatuto do Trabalho Nacional
- Faure, G. O, (1982), *Os métodos – métodos qualitativos*. In J. Gazeneuve., & D. Victoroff (Dir.). *Dicionário de Sociologia* (pp. 377-391). Lisboa/São Paulo.
- Fonseca, A. M. (2007). *A força das armas: o apoio da Republica Federal da Alemanha ao Estado Novo (1958-1968)*. Lisboa: Instituto Diplomático MNE.
- Ferreira, J.M. (1992). *O comportamento político dos militares*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Gomes, M. (2001, Abril). *Século XX Português. 1968-1974 Evolução na continuidade*. SIC.
- Lara, A. S. (2005). *Ciência Política - estudo da ordem e da subversão*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais e Políticas.
- Leite, J. P. C. (1936). *A doutrina corporativa em Portugal*. Lisboa: Livraria Académica Editora
- Lopes. J. S. In: Barreto, A. (1996). *A situação social em Portugal.1960-1995*. Lisboa: ICS UL. pp. 235-364.

- Lourenço, G. (2008). A queda de Salazar e a primavera marcelista. *Revista Visão História*. N.º 2. Julho. p. 90-91.
- MacQueen, N. In. Rosas, F., Oliveira, P.A. (2004). *A transição falhada*. Lisboa: Círculo de Leitores. pp. 263-300.
- Maia, F.S. (1994). *Capitão de Abril – histórias da guerra do Ultramar e do 25 de Abril*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Marcos, D. S. C. (2007). *Salazar e De Gaulle: a França e a questão colonial portuguesa (1958-1968)*. Lisboa: Instituto Diplomático MNE.
- Marques, H.O. (2006). *Breve resumo da História de Portugal*. Queluz de Baixo: Editorial Presença.
- Martins, S. (2006). *Fotobiografia Américo Tomás*. Lisboa: Museu da Presidência da República.
- Melo, F. (2007). (Coord.). *Álvaro Cunhal obras escolhidas*. Lisboa: Edições Avante.
- Miranda, J. (1981). *As Constituições Portuguesas*. Lisboa: Livraria Petrony.
- Miranda, J. (2003). *Manual de Direito Constitucional. Tomo I*. Coimbra: Coimbra Editores.
- Moreira, A. (1985). *Saneamento nacional*. Lisboa: Dom Quixote.
- Moreira, A. (2003). *O novíssimo príncipe*. Lisboa: Prefácio.
- Moreira, A. (2008) *A espuma do tempo*. Coimbra: Almedina.
- Nogueira, F. (2000). *Juízo final*. Porto: Livraria Civilização Editora.
- Oliveira, P. A. In. Rosas, F., Oliveira, P.A. (2004). *A transição falhada*. Lisboa: Círculo de Leitores pp. 303-337.
- Paço, A. (2008). (Coord.) *1969 Evolução na continuidade*. Lisboa: Centro Editor PDA.
- Patriarca, F. In. Rosas, F., Oliveira, P.A. (2004). *A transição falhada*. Lisboa: Círculo de Leitores. pp. 171-212.
- Patrício, R. (2001, Abril). *Século XX Português. 1968-1974 Evolução na continuidade*. Lisboa: SIC
- Pimentel, I. F., (2007). *A história da PIDE*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Pinto, A. C. (2004). *Portugal contemporâneo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Pinto, J. F. (2005). *Do império colonial à comunidade de países de língua portuguesa: continuidades e descontinuidades*. Lisboa: Instituto Diplomático MNE.
- Pinto, J. N. (2007). *António de Oliveira Salazar*. Póvoa de Santo Adrião: Editora A Esfera dos Livros.
- Porta, D. (2003). *Introdução à Ciência Política*. Lisboa. Editorial Estampa.

- Praça, A., Antunes, A., Amorim, A., Borga, C. & Cascais, F. (1974). 25 de Abril documento. Lisboa: Casa Viva Editora Limitada.
- Rego, R. (1987). *História da República*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Reis, A. (1992). (Direcção). *Portugal contemporâneo*. Lisboa: Alfa.
- Rezola, M. I. In. Rosas, F., Oliveira, P.A. (2004). *A transição falhada*. Lisboa: Círculo de Leitores. pp. 339-372.
- Rezola, M. I. (2007). *25 de Abril – mitos de uma revolução*. Pova de Santo Adrião: A Esfera dos Livros.
- Roberts, J. M. (2007). *História do século XX vol. II*. Queluz de Baixo: Editorial Presença.
- Rodrigues, A., Borga, C. & Cardoso, N. (2001). *O movimento dos capitães e o 25 de Abril*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Rodrigues, L. N. (2008). *Marechal Costa Gomes no centro da tempestade*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Rosas, F. & Oliveira, P. A. (2004). *A transição falhada*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Rosas, F. & Brito, J.M.B. (1996). *Dicionário do Estado Novo vol. I e II*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Salazar, A. O. (1961). *Discursos*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Saraiva, J. H. (2004). *História de Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Spínola, A. (2003). *Portugal e o futuro*. Lisboa: Prefácio.
- Teixeira, C. (2008). A queda de Salazar e a primavera marcelista. In *Visão História*. N.º 2. Julho. pp. 35-37.
- Teixeira, N. In. Pinto, A. C. (2004). *Portugal contemporâneo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. pp 87-116.
- Telo, A. J. (2007). *História contemporânea de Portugal do 25 de Abril à actualidade vol I*. Lisboa: Editorial Presença.
- Toffler, A. (1991). *Os novos poderes*. Lisboa. Edições Livros do Brasil.
- Vaísse, M. (2005). *As relações internacionais desde 1945*. Lisboa: Edições 70.
- Vasconcelos, A. In. P.P.I. (Coord). (1974). *Nós nunca seremos a geração traída*. Lisboa: Gabinete Produções Sistemáticas.
- Venâncio, J.C. (2002). *A encruzilhada africana crise política e termo de responsabilidade*. In *Communio*. Revista Internacional Católica. Nº 1. pp. 21-30.
- Vieira, J. (2002). *Fotobiografias século XX Marcello Caetano*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Vieira, J. (Coord.) (2004). *Fotobiografias século XX António de Spínola*. Lisboa: Temas & Debates.

Webteca

Associação Para o Desenvolvimento Económico e Social [SEDES].

(2009). <http://www.sedes.pt/conteudo.aspx?args=1,2>. Acedido a 16 de Janeiro de 2009, em www.sedes.pt

Associação 25 de Abril [A25A] (2009).

<http://www.25abril.org/index.php?content=1&c1=14&c2=12>. Acedido a 30 de Janeiro de 2009, em www.25abril.org

Centro de Documentação 25 de Abril Universidade de Coimbra. (2009).

<http://www.25abril.org/index.php?content=1&c1=14&c2=9>. Acedido a 12 de Fevereiro de 2009, em www.ci.uc.pt/cd25a

Assembleia da República. [AR]. (2009). <http://debates.parlamento.pt/?pid=r2>. Acedido em 14 de Abril de 2009, em www.parlamento.pt

Museu Nacional da Imprensa.

(2009). <http://www.museudaimprensa.pt/galeriavirtualdacensura/cronologia.htm>. Acedido a 16 de Março de 2009, em www.museudaimprensa.pt

Partido Comunista Português [PCP]. (2009).

http://www.pcp.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=197&Itemid=544. Acedido a 14 de Abril de 2009, em www.pcp.pt

Glossário

Corporativismo

“O Corporativismo é uma doutrina que propugna a organização da colectividade baseada na associação representativa dos interesses e das actividades profissionais (corporações). Propõe, graças à solidariedade orgânica dos interesses concretos e às fórmulas de colaboração que daí podem derivar, a remoção ou neutralização dos elementos de conflito: a concorrência no plano económico, a luta de classes no plano social, as diferenças ideológicas no plano político” (Bobbio, Matteucci & Pasquino, 1983, p. 287).

Forças Armadas

“As Forças Armadas constituem o complexo das unidades e serviços militares do Estado: seu núcleo tradicional e central é formado pelo *Exército*, pela *Marinha* e pela *Aeronáutica* militares” (Bobbio, *et. al.*, 1983, p. 504).

Regime

“Por Regime político se entende o conjunto das instituições que regulam a luta pelo poder e o seu exercício, bem como a prática dos valores que animam tais instituições” (Bobbio, *et. al.*, 1983, p. 1081).

Índice Remissivo

A

Afonso, José: 10, 80
Albuquerque, Mouzinho de: 35
Alçada, Ricardo: 57
Alegre, Manuel: 40
Almeida, Dinis de: 66, 67, 70
Alves, António Mexia: 56
Alves, Vítor: 67, 68, 70, 72, 82, 92, 93
Amaral, Freitas do: 23, 33
Amaral, João Bosco Mota: 31
Anselmo, Pato: 89
Antunes, Melo: 55, 62, 68, 69, 71, 72, 73
Arriaga, Kaúlza de: 51, 57, 68, 77
Azevedo, José Baptista Pinheiro de: 93, 94
Azevedo, José Maria Moreira de: 70

B

Balsemão, Francisco Pinto: 31, 33
Bagulho, Tierno: 77
Banazol, Luís: 67, 68
Banda, Hastings: 51
Baptista, César Moreira: 29, 90, 91
Beatriz, Bicho: 66, 70, 87
Bento, Teófilo: 84, 87
Bívar: 92
Brandão, Paiva: 77
Brandt, Willy: 37
Brás, Costa: 68, 72
Brejnev, Leonid: 40
Brito, Rebordão de: 57
Bruno, Almeida: 79

C

Cabeçadas, Mendes: 16
Cabral, Amílcar: 47, 50, 74
Caetano, António: 66, 69

Caetano, Marcello: 5, 11, 13, 14, 16, 17, 19, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 38, 39, 46, 47, 51, 52, 56, 57, 60, 62, 63, 64, 74, 75, 76, 77, 81, 85, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96

Camilo, Manuel: 66

Campos, Alberto Araújo: 56

Carmona, Óscar Fragoso: 16, 17

Carneiro, Francisco Sá: 31, 33, 74

Carrilho, Maria: 63

Carvalho, Belo: 87

Carvalho, Otelio Saraiva de: 65, 66, 68, 69, 70, 78, 79, 82, 85, 90, 92

Carvalho, Paulo de: 80

Carvalho, Vítor Silva: 79

Castro, Francisco Maia e: 56

Castro, José Guilherme de Melo e: 29, 31

Castro, José Manuel Pinto de: 70

Castro, Machado de: 15

Castro, Rodrigo Sousa e: 66, 70

Charais, Franco: 68, 72, 92

Clemente, Carlos: 66, 70, 78

Clemente, Duran: 66, 69

Coimbra, Almeida: 66, 69

Conceição, Lopes da: 85

Contreiras, Almada: 69

Cordes, Sinel de: 16

Correia, Costa: 69

Corte Real, Miguel Leme: 57

Corvacho, Eurico: 70

Costa, Gomes da: 15

Coutinho, António Alva Rosa: 93, 94

Couto, Abel Cabral: 20

Crespo, Pereira: 77

Crespo, Vítor: 69, 85, 92

Cunha, Edmundo da Luz: 77

Cunha, Joaquim Silva: 13, 27, 30, 32, 74, 75, 77, 90

Cunha, José Correia da: 31

Cunhal, Álvaro: 40, 41

D

De Gaulle, Charles: 37

Delgado, Humberto: 62

Dias, Caçorino: 57

Dinis, João Paulo: 80

Domingues, Luís: 70

E

Eanes, Ramalho: 57

Eisenhower, Dwight: 37

F

Fabião, Carlos: 57

Ferreira, Casanova: 79, 92

Ferreira, Gonçalves: 32

Ferreira, Zarco Moniz: 57

Figueira, Fernando Homero Cardoso: 70

Fonseca, Soares da: 26

Fontão, Cardoso: 84, 87

Frazão, Mário: 66, 92

Furtado, Joaquim: 86

G

Garcia, Ivo: 79

Geraldes, Manuel António: 70

Godinho, Mira: 87

Gomes, D. António Ferreira: 31

Gomes, Francisco da Costa: 48, 51, 68, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 92, 93

Gomes, Matos: 50, 66, 69

Gonçalves, Vasco: 69, 70, 72, 82, 93

Gouveia, Fialho: 94

Grade, Pedro: 87

Granjo, António: 15

Grilo, Agostinho Mourato: 70

Guedes, Sousa: 70

Guerra, João Pedro Miller: 31

H

Hastings, Adrian: 39

J

Jardim, Jorge: 51, 52

Jesus, Quirino de: 16

Júnior, António Marques: 70

Júnior, Dias: 57

K

Kaunda, Kenneth: 52

Kennedy, John: 36

L

Lanhoso, Coutinho: 89

Lara, António de Sousa: 20, 21, 23

Leite, José Pedro Pinto: 31

Lemos, Viana de: 77

Leónidas, Vasco: 32

Lobo, Maria Teresa: 32

Louçã, Seixas: 88

Lopes, Craveiro: 17

Lourenço, Vasco: 66, 67, 68, 69, 70, 78, 93

Luz, Rosado da: 70

M

Macedo, Joaquim: 31

Macedo, Luís Ferreira: 70, 85

Machado, Joaquim Pinto: 31

Machel, Samora: 47

Maia, Fernando Salgueiro: 70, 80, 84, 87, 88, 89, 90, 91

Maia, Manuel: 15

Marques, Jaime Silvério: 93, 94

Marques, Silvino Silvério: 77

Martelo, David: 78

Martins, Alberto: 41

Martins, Costa: 92

Martins, Rogério: 32

Mata, Marcelino da: 57

Mathias, Marcelo: 37

McMillan, Harold: 36

Melo, António Manuel Teixeira: 56

Melo, Carlos Galvão de: 93, 94
Mendonça, Camilo: 29
Miguel, Firmino: 57
Miranda, Manuel Guedes da Silva: 57
Mondlane, Eduardo: 47
Monge, Manuel: 70, 79, 92
Monteiro, José Gonçalves: 57
Monteiro, Tavares: 55
Moreira, Adriano: 26, 27
Moreno, Américo: 69
Mota, Joaquim Magalhães: 31

N

Neto, Agostinho: 47
Neto, Manuel Diogo: 93, 94
Neves, Costa: 84
Neves, Jaime: 89
Nixon, Richard: 38
Nogueira, Franco: 26, 27, 37
Novo, Gonçalves: 78

O

Oliveira, Machado de: 70
Osório, Sanches: 69, 85

P

Pais, Sidónio: 15
Pais, Silva: 34, 77, 89, 91
Pamplona, Duarte: 57
Patrício, Rui: 13, 32, 90
Pereira, Pedro Theotónio: 16, 27, 28
Pimentel, Oliveira: 84, 87
Pinheiro, Vidal: 69
Pintado, Xavier: 32
Pinto, Feitor: 90
Pinto, Fernando Ferreira: 56
Pinto, José Filipe: 20
Pinto, Pedro: 90, 91
Pinto, Pereira: 69
Pinto, Silva: 32

Pinto, Sousa: 69

Pires, Augusto Paulo: 57

Pires, Lopes: 67, 68, 85

Polleri, Tello: 77

Pombeiro, Luís: 57

Pompidou, Georges: 38

R

Ramos, Armando Marques: 78, 79

Rebelo, Sá Viana: 57, 59, 60, 64

Reis, Braula: 69

Reis, Junqueira dos: 88, 89

Ribeiro, D. António: 41

Roberto, Holden: 47

Rodó, López: 64

Rodrigues, Bettencourt: 29, 50

Rodrigues, Francisco Martins: 40

Rodrigues, Rui: 84, 87

Rodrigues, Urbano Tavares: 39

Rosa, António José Neves: 70

Rosa, Francisco Fialho: 70

Rosas, Dias: 29

Rosas, Fernando: 33

Ruas, Henrique Barrilaro: 39

Ruaz, Cabaça: 87

S

Salazar, Oliveira: 11, 13, 16, 17, 18, 19, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 35, 49, 58, 62, 95, 96

Santos, Garcia dos: 85

Santos, Hugo dos: 67, 68, 70, 85

Santos, Martins dos: 32

Santos, Piteira: 40, 70

Saraiva, José Hermano: 41

Saraiva, Luís Ramos: 57

Sauvy, Alfred: 36

Savimbi, Jonas: 47

Schultz, Arnaldo: 77

Seabra: 69

Senghor, Léopold: 74

Silva, Alberto Alarcão e: 31

Silva, Andrade e: 61, 77, 87

Silva, Antero Ribeiro da: 66, 70, 78

Silva, Moraes e: 69

Silva, Nuno Cardoso da: 57

Simão, Veiga: 32, 32

Simões, Germano Miquelina: 70

Simões, Rosário: 66, 70

Soares, Domingos: 56

Soares, Duarte Nuno Pinto: 69, 70

Soares, Mário: 31, 33, 39, 40, 76

Sousa, Baltazar Rebelo de: 29, 32

Spínola, António: 10, 11, 14, 24, 49, 50, 53, 55, 56, 57, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 81, 85, 86, 90, 91, 92, 93, 94, 96

T

Távora, Nuno: 90

Tchombé, Moisés: 48

Teixeira, Manuel: 69

Tengarrinha, José Manuel: 39

Tomás, Américo: 17, 25, 27, 29, 34, 35, 41, 74, 77, 81, 91, 92

Tomás, Rui: 69

Torres, António: 70

Touré, Sékou: 50

Troni, Henrique: 55

V

Varela, Antunes: 26

Varela, Virgílio: 78, 79

Vasconcelos, Leite de: 10, 80

Venâncio, José Carlos: 20

Vieira, António de Almeida: 56

Vieira, Nino: 50

Villas Boas: 69

Vital, Fezas: 16

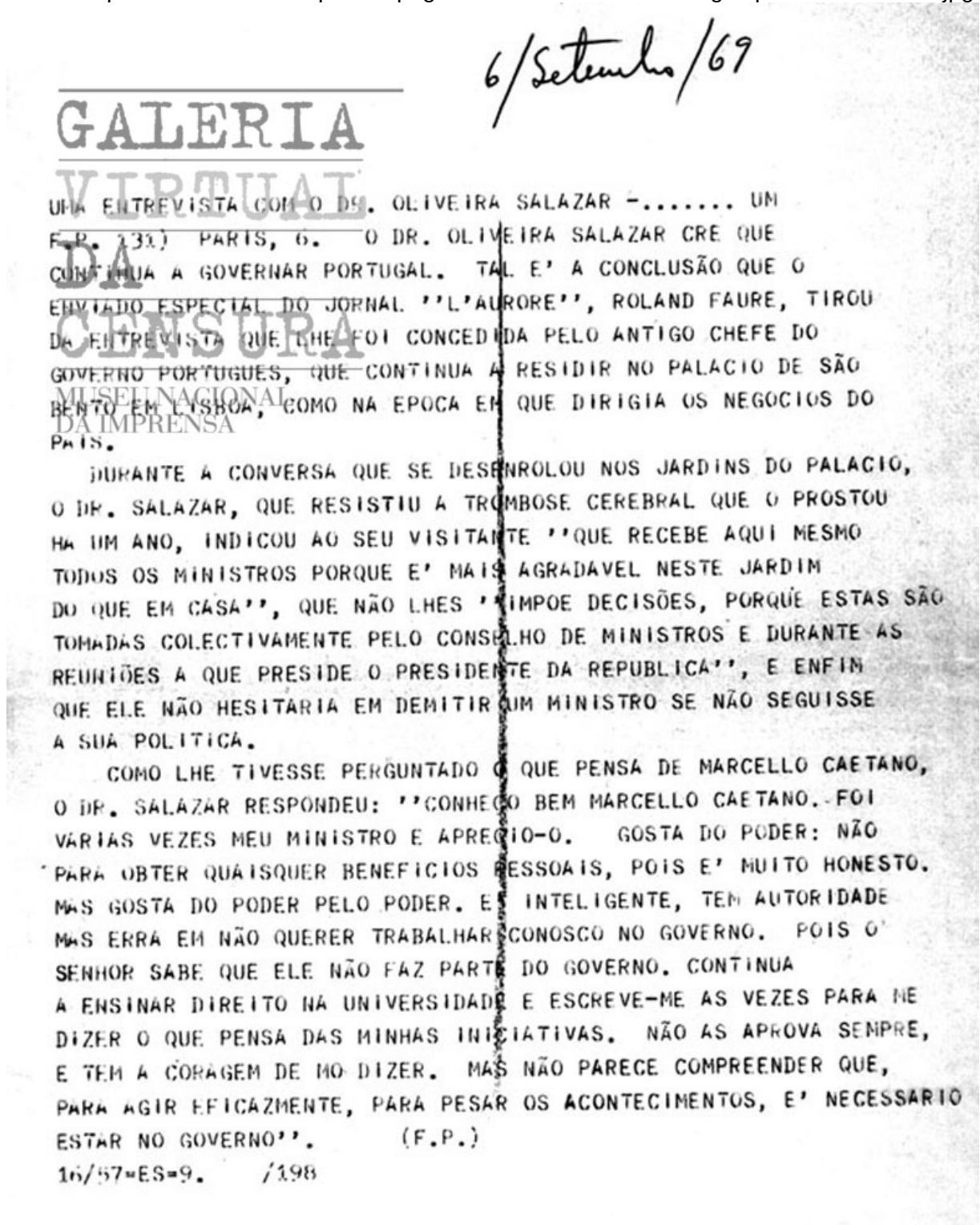
X

Xavier, Luís Filipe Gama Lobo: 57

Anexos

Anexo I

Fonte: <http://www.museudaimprensa.pt/galeriavirtualdacensura/images/politica/entrevista.jpg>



Anexo II

Fonte: <http://www.25abril.org/index.php?content=1&c1=14&c2=9>

RELAÇÃO DOS OFICIAIS QUE REUNIRAM EM ALCÁÇOVAS (09SET73) E ASSINARAM A EXPOSIÇÃO.

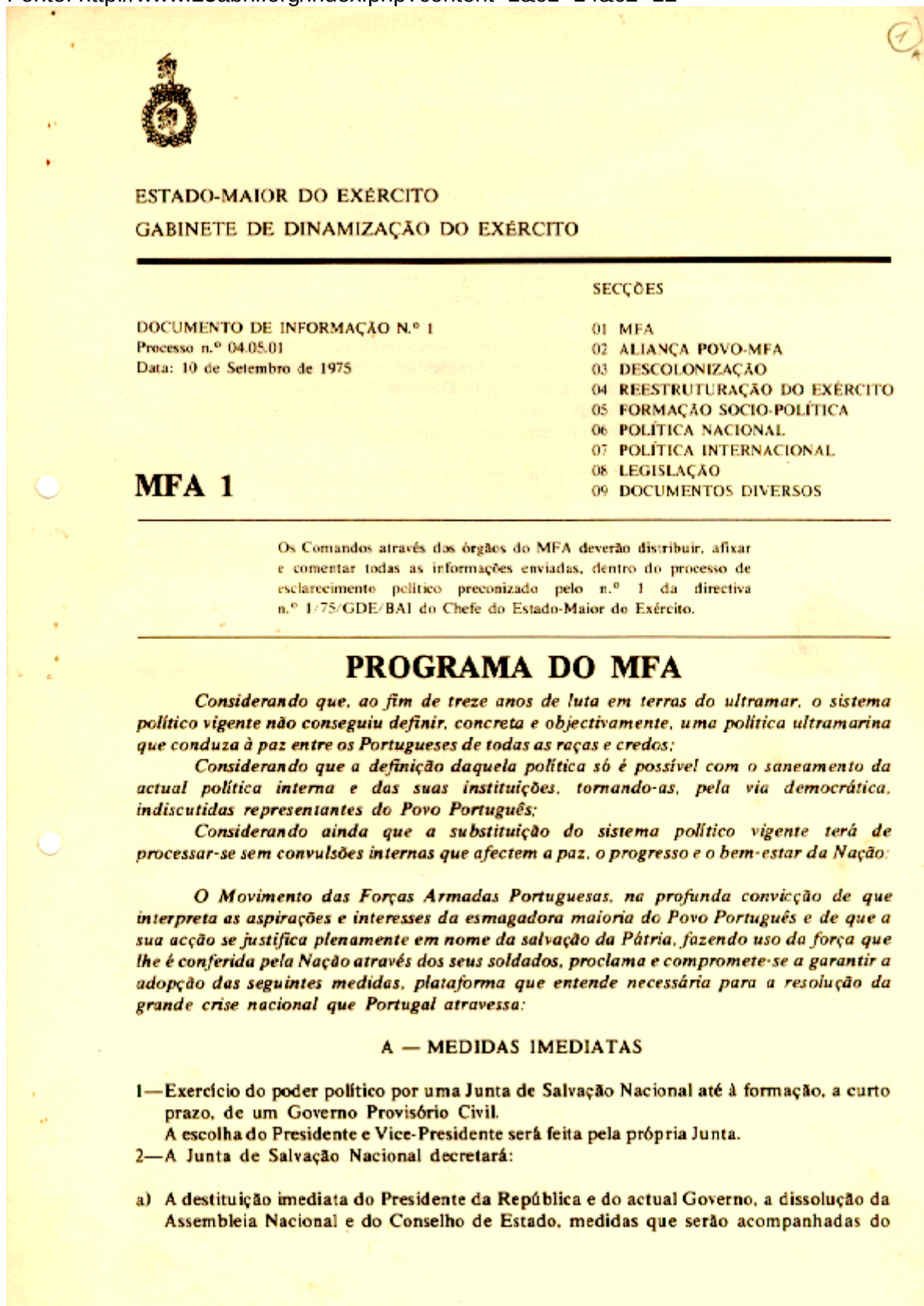
Cap. Inf^{te} José Clementino Pais
Cap. Inf^{te} Fernando Gil Almeida Lobato de Faria
Cap. Inf^{te} Luis Fernando Gonçalves Riquito
Cap. Art^{te} Vasco Prego Rosado Durão
Cap. Art^{te} José Luis da Conceição Cardoso
Cap. Inf^{te} António Manuel Cachado Pessanha de Oliveira
Cap. Inf^{te} Carlos Manuel Costa Lopes Camilo
Cap. Art^{te} Moisés Carlos Correia Pedrosa Afonso
Ten. Art^{te} João António Andrade da Silva
Ten. Art^{te} Pedro Manuel Lopes de Sales Grade
Cap. Inf^{te} António Fernando de Oliveira Prata
Cap. Inf^{te} Florindo Eugénio Baptista Moraes
Cap. Art^{te} Albino Luis Ferreira da Cal
Cap. Inf^{te} Rui Fernando Ribeiro de Lucena Coutinho
Ten. Art^{te} José Cândido Custódio Pereira
Cap. Art^{te} Rodrigo Manuel Lopes de Sousa e Castro
Cap. Art^{te} Henrique José de Castro Osório Maurício
Cap. Inf^{te} José Rui Borges da Costa
Cap. Art^{te} João Manuel de Melo Mariz Fernandes
Cap. Eng^{te} Henrique Manuel de Vasconcelos Bon de Sousa
Cap. Inf^{te} José Alberto Cardeira Rino
Ten. Inf^{te} António Alves Marques Júnior
Ten. Inf^{te} Alfredo Manuel da Costa Horta
Ten. Art^{te} Alberto Nuno Lara Ponces de Carvalho
Ten. Inf^{te} Helder Manuel Verissimo Neto
Ten. Inf^{te} Fernando Frazão Fernandes Costa
Cap. Inf^{te} António Afonso Gonçalves
Ten. Inf^{te} Manuel Macedo Marques
Ten. Cav^{te} Joaquim Canteiro Capão
Ten. Inf^{te} Miguel Fernando Guiné Barbosa
Cap. Art^{te} Eduardo Diniz Leitão dos Santos Almeida
Ten. Inf^{te} Luis Manuel Gomes dos Santos Lopes
Ten. Cav^{te} António José Guerreiro Júdice
Ten. Inf^{te} Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz
Ten. Inf^{te} Rui Alexandre Cardoso Teixeira
Cap. Inf^{te} Paraquedista Cristóvão Manuel Furtado Avelar de Sousa
Cap. Art^{te} Miguel António Fradique da Silva
Cap. Inf^{te} José Cabaço Louro
Cap. Inf^{te} António da Silva Pinto
Cap. Inf^{te} José Eduardo de Miranda da Costa Moura
Cap. Inf^{te} António Melo de Carvalho
Cap. Inf^{te} Leonardo dos Santos Freixo
Cap. Art^{te} Samuel Matias do Amaral
Cap. Cav^{te} Rui da Costa Ferreira
Ten. Art^{te} José Martins Cabaça Ruaz
Cap. Inf^{te} António Luis Ferreira Amaral

Cap. Inf^a Arnaldo Carvalhais da Silveira Costeira
Cap. Inf^a Armindo Medeiros Baptista
Cap. Inf^a Manuel de Paiva Bastos
Ten. Inf^a Vitor Manuel Vicente Fernandes
Cap. Inf^a Rui Manuel da Silva Ramalho
Cap. Inf^a Manuel Maria Pontes Figueiras
Ten. Inf^a José Luis do Vale Mesquita
Ten. Inf^a António dos Santos Vieira
Ten. Inf^a Armando Fermeiro
Alf. Inf^a Dario Alberto de Azevedo Sobral
Cap. Art^a José Ribeiro Salgueiro
Cap. Cav^a João Francisco Ramos do Rego Bayam
Cap. Art^a Joaquim Luis Dias Antunes Ferreira
Ten. Art^a Valdemar José de Oliveira Patrício
Cap. Art^a Luis Filipe Candeias da Silva Barata
Cap. Inf^a José Cândido de Oliveira Bessa Menezes
Ten. Art^a Anibal José Rocha Ferreira da Silva
Ten. Art^a José Manuel Pinto Marques Nave
Cap. Inf^a Jorge Alberto Ferreira Manarte
Ten. Art^a José Henrique Duarte Mendes
Ten. Art^a Mário Ribeiro Baptista
Cap. Inf^a Reinaldo Saboais dos Santos Madeira
Cap. Inf^a Jacinto Gonçalves Cabrita
Cap. Inf^a Henrique José Pinto Correia de Azevedo
Ten. Art^a Manuel João Ferreira Sousa
Ten. Art^a José Manuel Freire Nogueira
Cap. Inf^a Diniz Joaquim Brás Sebastião
Cap. Inf^a António Ramos da Rocha
Cap. Inf^a João Manuel Bicho Beatriz
Cap. Inf^a Luis Manuel de Oliveira Pimentel
Cap. Inf^a Alberto Freire de Matos
Cap. Inf^a José Augusto da Costa Abreu Dias
Cap. Inf^a Frederico Carlos dos Reis Moraes
Cap. Inf^a Luis de Sousa Ferreira
Cap. Inf^a José Gomes Pereira
Cap. Inf^a Augusto José Monteiro Valente
Cap. Inf^a Aprigio Ramalho
Cap. Inf^a Antero Anibal Ribeiro da Silva
Cap. Art^a Luis Lopes Francisco
Ten. Inf^a Joaquim José Pinto Carvalho de Oliveira
Cap. Inf^a Páraquedista José Manuel da Silva Pinto
Cap. Inf^a Páraquedista Manuel Bação da Costa Lemos
Cap. Inf^a Pedro Fernando Azeredo Rosa Falcão
Ten. Inf^a Américo José Guimarães Fernandes Henriques
Cap. Inf^a Páraquedista Maximino Cardoso Chaves
Ten. Inf^a Henrique Rosário Correia de Lacerda Ramalho
Cap. Inf^a Páraquedista António Loureiro Costa
Cap. Inf^a Manuel Estevam Martinho da Silva Rolão
Cap. Inf^a José Manuel Geadas Piteira Santos
Cap. S.A.M. Manuel de Sousa Cardoso da Silva
Cap. Art^a José Augusto dos Santos Rosário Simões
Cap. Inf^a Carlos Trindade Clemente

Cap. Art^a António Gabriel Albuquerque Gonçalves
Cap. Inf^a José Nuno da Câmara Santa Clara Gomes
Cap. Inf^a António José Guerra Gaspar Borges
Cap. Inf^a António José Sardoeira Pereira da Silva
Cap. Inf^a António Feijó de Andrade Gomes
Cap. Inf^a Manuel Dias Chagas
Cap. Inf^a Carlos Alberto Mauricio Gomes
Cap. Inf^a David Custódio Gomes Magalhães
Cap. Inf^a Alfredo Antunes Lopes
Cap. Art^a Eduardo da Conceição Santos
Ten. Inf^a José Amândio Gonçalves Trigo
Cap. Cav^a Armindo José Pinto Machado
Cap. Inf^a José Nunes Celorico
Cap. Inf^a David Manuel de Matos Martelo
Cap. Inf^a Jorge Manuel Silvério
Cap. Inf^a Rui Martins Rodrigues
Cap. Inf^a Joaquim Rafael Ramos dos Santos
Alf. Inf^a João Gabriel Bargão dos Santos
Cap. Inf^a Vasco Correia Lourenço
Cap. Inf^a Jorge Manuel Henriques Caetano
Ten. Art^a António Manuel de Jesus Rosado da Luz
Cap. Art^a Raúl Alberto Laranjeira Henriques
Ten. Inf^a Mário de Oliveira Cardoso
Ten. Inf^a Carlos Alberto Frias Barata
Ten. Inf^a Adelino Nunes de Matos
Ten. Inf^a Fernando Pereira dos Santos Aguda
Cap. Eng^a Mário Eduardo Abrantes de Mendonça Frazão
Cap. Inf^a Albano da Gama Diogo
Cap. Inf^a José Eduardo Romano Pires
Cap. Inf^a João Rodrigo Silva Ramalho Rocha
Cap. Inf^a Boaventura José Martins Ferreira
Cap. Inf^a Luciano Ferreira Duarte
Cap. Inf^a Abílio José Barbosa Monteiro de Macedo
Ten. Inf^a Fernando Nuno da Silva Pinto
Ten. Inf^a Valdemar José Moura da Fonte
Ten. Inf^a António da Silva Fernandes
Cap. Inf^a Diamantino Gertrudes da Silva
Cap. Inf^a José Luis Machado de Oliveira

Anexo III

Fonte: <http://www.25abril.org/index.php?content=1&c1=14&c2=12>



anúncio público da convocação, no prazo de doze meses, de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita por sufrágio universal directo e secreto, segundo lei eleitoral a elaborar pelo futuro Governo Provisório;

- b) A destituição de todos os governadores civis no continente, governadores dos distritos autónomos nas ilhas adjacentes e Governadores-Gerais nas províncias ultramarinas, bem como a extinção imediata da Acção Nacional Popular.
- 1) Os Governos-Gerais das províncias ultramarinas serão imediatamente assumidos pelos respectivos secretários-gerais, investidos nas funções de encarregados do Governo, até nomeação de novos Governadores-Gerais, pelo Governo Provisório;
- 2) Os assuntos correntes dos governos civis serão despachados pelos respectivos substitutos legais enquanto não forem nomeados novos governadores pelo Governo Provisório;
- c) A extinção imediata da DGS, Legião Portuguesa e organizações políticas da juventude. No ultramar a DGS será reestruturada e saneada, organizando-se como Polícia de Informação Militar enquanto as operações militares o exigem;
- d) A entrega às forças armadas de indivíduos culpados de crimes contra a ordem política instaurada enquanto durar o período de vigência da Junta de Salvação Nacional, para instrução de processo e julgamento;
- e) Medidas que permitam vigilância e "contrôle" rigorosos de todas as operações económicas e financeiras com o estrangeiro;
- f) A amnistia imediata de todos os presos políticos, salvo os culpados de delitos comuns, os quais serão entregues ao foro respectivo, e reintegração voluntária dos servidores do Estado destituídos por motivos políticos;
- g) A abolição da censura e exame prévio.
- 1) Reconhecendo-se a necessidade de salvaguardar os segredos dos aspectos militares e evitar perturbações na opinião pública, causadas por agressões ideológicas dos meios mais reaccionários, será criada uma comissão "ad hoc" para "contrôle" da imprensa, rádio, televisão, teatro e cinema, de carácter transitório, directamente dependente da Junta de Salvação Nacional, a qual se manterá em funções até à publicação de novas leis de imprensa, rádio, televisão, teatro e cinema pelo futuro Governo Provisório;
- h) Medidas para a reorganização e saneamento das forças armadas e militarizadas (GNR, PSP, GF, etc.);
- i) O "contrôle" de fronteiras será das atribuições das forças armadas e militarizadas enquanto não for criado um serviço próprio;
- j) Medidas que conduzam ao combate eficaz contra a corrupção e especulação.

B — MEDIDAS A CURTO PRAZO

- 1—No prazo máximo de três semanas após a conquista do Poder, a Junta de Salvação Nacional escolherá, de entre os seus membros, o que exercerá as funções de Presidente da República Portuguesa, que manterá poderes semelhantes aos previstos na actual Constituição.
- a) Os restantes membros da Junta de Salvação Nacional assumirão as funções de Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, Vice-Chefes do Estado-Maior-General das

Forças Armadas, Chefe do Estado-Maior da Armada, Chefe do Estado-Maior do Exército e Chefe do Estado-Maior da Força Aérea e farão parte do Conselho de Estado.

- 2—Após assumir as suas funções, o Presidente da República nomeará o Governo Provisório Civil, que será composto por personalidades representativas de grupos e correntes políticas e personalidades independentes que se identifiquem com o presente programa.
- 3—Durante o período de excepção do Governo Provisório, imposto pela necessidade histórica de transformação política, manter-se-á a Junta de Salvação Nacional, para salvaguarda dos objectivos aqui proclamados.
 - a) O período de excepção terminará logo que, de acordo com a nova Constituição Política, estejam eleitos o Presidente da República e a Assembleia Legislativa.
- 4—O Governo Provisório governará por decretos-leis, que obedecerão obrigatoriamente ao espírito da presente proclamação.
- 5—O Governo Provisório, tendo em atenção que as grandes reformas de fundo só poderão ser adoptadas no âmbito da futura Assembleia Nacional Constituinte, obrigar-se-á a promover imediatamente:
 - a) A aplicação de medidas que garantam o exercício formal da acção do Governo e o estudo e aplicação de medidas preparatórias de carácter material, económico, social e cultural que garantam o futuro exercício efectivo da liberdade política dos cidadãos;
 - b) A liberdade de reunião e de associação.
Em aplicação deste princípio será permitida a formação de “associações políticas”, possíveis embriões de futuros partidos políticos, e garantida a liberdade sindical, de acordo com lei especial que regulará o seu exercício;
 - c) A liberdade de expressão e pensamento sob qualquer forma;
 - d) A promulgação de uma nova Lei de Imprensa, Rádio, Televisão, Teatro e Cinema;
 - e) Medidas e disposições tendentes a assegurar, a curto prazo, a independência e a dignificação do Poder Judicial;
- 1) A extinção dos “tribunais especiais” e dignificação do processo penal em todas as suas fases;
- 2) Os crimes cometidos contra o Estado no novo regime serão instruídos por juízes de direito e julgados em tribunais ordinários, sendo dadas todas as garantias aos arguidos. As averiguações serão cometidas à Polícia Judiciária.
- 6—O Governo Provisório lançará os fundamentos de:
 - a) Uma nova política económica, posta ao serviço do Povo Português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas, tendo como preocupação imediata a luta contra a inflação e a alta excessiva do custo de vida, o que necessariamente implicará uma estratégia antimonopolista;
 - b) Uma nova política social que, em todos os domínios, terá essencialmente como objectivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e o aumento progressivo, mas acelerado, da qualidade da vida de todos os Portugueses.

7—O Governo Provisório orientar-se-á em matéria de política externa pelos princípios da independência e da igualdade entre os Estados, da não ingerência nos assuntos internos dos outros países e da defesa da paz, alargando e diversificando relações internacionais com base na amizade e cooperação;

a) O Governo Provisório respeitará os compromissos internacionais decorrentes dos tratados em vigor.

8—A política ultramarina do Governo Provisório, tendo em atenção que a sua definição competirá à Nação, orientar-se-á pelos seguintes princípios:

- a) Reconhecimento de que a solução das guerras no ultramar é política, e não militar;
- b) Criação de condições para um debate franco e aberto, a nível nacional, do problema ultramarino;
- c) Lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz.

C — CONSIDERAÇÕES FINAIS

1—Logo que eleitos pela Nação a Assembleia Legislativa e o novo Presidente da República, será dissolvida a Junta de Salvação Nacional e a acção das forças armadas será restringida à sua missão específica de defesa da soberania nacional.

2—O Movimento das Forças Armadas, convicto de que os princípios e os objectivos aqui proclamados traduzem um compromisso assumido perante o País e são imperativos para servir os superiores interesses da Nação, dirige a todos os Portugueses um veemente apelo à participação sincera, esclarecida e decidida na vida pública nacional e exorta-os a garantirem, pelo seu trabalho e convivência pacífica, qualquer que seja a posição social que ocupem, as condições necessárias à definição, em curto prazo, de uma política que conduza à solução dos graves problemas nacionais e à harmonia, progresso e justiça social indispensáveis ao saneamento da nossa vida pública e à obtenção do lugar a que Portugal tem direito entre as Nações.



Anexo 4

Jornal República de 18 de Março de 1974, página 29

SPORTING, 2 — PORTO, 0

QUEM TRAVARÁ OS «LEÕES»?

Os muitos nortenhos que no fim-de-semana avançaram até Lisboa, contando com uma vitória, acabaram por retirar, desiludidos pela derrota. O adversário da capital mais bem organizado e apetrechado (sobretudo bem informado da sua estratégia), contando ainda com uma assistência fiel, fez abortar os intentos dos homens do Norte. Mas, parafraseando o que em tempos dissera um astuto comandante, **perdeu-se uma batalha, mas não se perdeu a guerra...**

Apesar de derrotado o F. C. do Porto não perdeu inteiramente as hipóteses da chegada ao título. No fim do jogo o capitão Rolando alizava-se: **«perdemos hoje mas ainda faltam muitas jornadas e tudo pode acontecer».**

O mesmo Rolando lamentava-se ainda a propósito da marcação do segundo golo dos «leões».

O árbitro teria errado pois — segundo o portista — Dinis antes de fazer golo tocara a bola com a mão. O certo é que o filme da TV nada prova em contrário. Antes nos mostra o mesmo Rolando — caído frente a Dinis — levantar-se imediatamente após o golo e correr em direcção ao árbitro, seguido de Tibi, o companheiro nos protestos. A pronta reacção dos dois jogadores poderia levar-nos a supor que algo houve, embora seja de anotar a má-querda do guarda «zul-branco», largando a bola e facilitando assim a intervenção de Dinis — acompanhada ou não de irregularidade.

Todavia se o árbitro aí falhou, de certo modo terá compensado o erro ao invalidar os 40 minutos de golo obtido por Nelson, que nos pareceu perfeitamente legal. Julgamos não ter havido cargo de Nelson mas simples cabecamento de bola, no momento em que Tibi procurava segurá-la.

ESQUECERAM DINIS...

É claro que se o segundo golo dos «leões» foi realmente obtido em falta, terá o F. C. do Porto mais razões de queixa pois a perder por 2-0, nos 19 minutos, e num jogo tão decisivo a sua recuperação tornava-se, a partir daí, extremamente difícil.

De qualquer modo como explicar melhor o primeiro período do jogo, em que o resultado ficou estabelecido? Ante um meio-campo portista demasiado lento — quer a recuperar que a atacar — o mesmo sector leonês, beneficiando ainda da boa inspi-

ção de Wagner, apoiado pela mobilidade e força de Baltasar e Nelson, cedo abriu brechas na defensiva visitante, que acumulou erros. O principal: preocupada com a guarda a Yazak (Ronaldo jamais

Outros resultados:

Benfica - V. de Guimarães, 5-1; Académica-Montijo, 1-2; Olanense-C. U. F., 2-2; Barcelense-Ferense, 2-1; V. de Setúbal-Oriental, 4-0; Boavista-Belelenses, 1-1 e Leixões-Beira-Mar, 4-0.

CLASSIFICAÇÃO

	V. E. D. G. P.
SPORTING	19 2 3 80-14 40
Benfica	17 3 4 44-16 37
F. C. Porto	15 6 3 36-16 36
Setúbal	15 5 4 46-18 35
Belelenses	11 6 7 38-27 28
Guimarães	9 9 6 29-24 27
Ferense	7 8 9 29-28 22
C. U. F.	7 8 9 28-35 22
Académica	5 12 25-34 19
Boavista	5 12 26-35 19
Olanense	7 5 12 31-52 19
Barcelense	6 7 11 37-30 19
Leixões	7 3 14 27-45 17
Montijo	5 5 14 29-50 15
Oriental	7 1 16 23-69 15
Beira-Mar	3 4 15 26-51 14

A 25.ª jornada do «Nacional», a disputar no próximo domingo, compreende os seguintes desafios: Beira-Mar-Benfica (1.ª volta: 0-2); Guimarães-Sporting (0-3); Porto-Académica (1-1); Montijo-Olanense (0-2); C. U. F.-Barcelense (0-0); Farense-Setúbal (0-1); Oriental-Boavista (1-3); e «Os Belelenses»-Leixões (1-1).

O «largou» durante os 90 minutos esqueceu Dinis, e Marinho. É curioso assinalar que será o africano do Sporting a fazer os dois golos, sem a oposição directa de qualquer adversário e sempre muito próximo da baliza de Tibi. Além do golo anulado Nelson, o golo foi idêntico conclusão. Este ocorreu ao centro de Dinis e cabeceou o esférico apenas com a oposição do guardadados. Parecia que para a defesa «zul-branca» só um

BELENENSES À FRENTE NO NACIONAL DE ANDEBOL

Como já se esperava, o Benfica voltou a vencer o Sporting (agora por 12-9) no Campeonato Nacional de Andebol, que ontem teve mais uma jornada. Contudo, mesmo com a sua vitória de ontem, o Benfica ainda não conseguiu atingir o golo da classificação — o Belelenses — que persiste em não arredar pé do topo.

Nos restantes encontros os resultados foram os seguintes: Benfica-Sporting, 10-9; V. de Setúbal-Belelenses, 16-7; C. de Ourique - C. Académico, 16-16; C. de Ourique - Almada, 23-22; F. C.

Porto-Progresso, 25-14; Técnico-Espírito Santo, 18-15.

A classificação geral é neste momento a seguinte:

	V. E. D. P.
Belelenses	16 1 - 0
Benfica	16 1 - 49
F. C. Porto	14 1 - 46
Sporting	11 - 6 39
V. de Setúbal	8 1 - 34
Técnico	8 - 9 33
Deep. Portugal	6 1 - 10 30
Almada	6 - 11 29
Espírito Santo	4 - 12 26
C. de Ourique	4 - 12 26
Académico	3 - 12 25
Progresso	3 - 15 21

homem existia Yazalde. E não há dúvida que cerrada marcação que lhe foi imposta por Ronaldo, raramente deu ao argentino «chances» de golo. Mas a coisa não por facilitar a progressão dos outros atacantes sportingistas, que ao longo da primeira parte podiam ter elevado ainda mais, o marcador.

...NÃO TIVERAM CUBILLAS

E Cubillas? O peruano tem classe, sabe comandar uma equipa mas não é para já, o homem do meio-campo de que a equipa (e Abel) necessita. É lento, quer a conduzir, quer a concluir. No primeiro caso permitindo a fácil recuperação da defensiva adversária, não sabendo aproveitar o arranque e a velocidade de Abel. Por outro lado parece ter receio de invadir a pequena área. Prefere atirar de longe e, ontem, a sua única progressão naquela zona, tabelando com Abel, deu ao F. C. do Porto a grande oportunidade do jogo, pois Cubillas isolou-se, esteve só frente a Damás, mas finalizou ao lado da baliza. Faltavam 10 minutos para o fim da primeira parte e muita coisa poderia depois acontecer.

Outra falha táctica importante dos azul-brancos resultou, precisamente, no não aproveitamento total da velocidade e inteligência de Oliveira para o meio-campo. Mantido quase exclusivamente no flanco direito, Oliveira faltava onde Cubillas e Beneditos, e Celso postado frente aos seus dois defesas-centros, apoiando Ronaldo, em vigilância a Yazalde — foram insuficientes. Daí a facilidade com que Wagner, Nelson e Baltasar conduziram, durante o período inicial do jogo, toda a manobra da equipa leonês, criando múltiplas oportunidades de golo. Na segunda parte a tónica do Sporting modificou-se e,

ICKY VENCEDOR EM BRANDS HATCH

BRANDS HATCH (Inglaterra) — O belga Jacky Icky, ao volante de um John Player Special, venceu o 170 quilómetros da Prova dos Campeões, em Brands Hatch, fórmula um.

O austríaco Nikki Lauda foi o segundo em Ferrari, seguido do brasileiro Emerson Fittipaldi, em Texaco-Malboro Ford.

Jacky Icky cobriu as 40 voltas em uma hora, três minutos e 39,1 segundos, a média de 160,87 quilómetros à hora.

Nikki Lauda fez uma hora, três minutos e 39,1 segundos, a média de 160,80 quilómetros à hora. O inglês Mike Hailwood, ao volante de um Yardley McLaren Ford, foi o quarto, com uma hora, quatro minutos e 56,5 segundos, seguido do suíço Clay Regazzani em Ferrari, com uma hora, cinco minutos e 4,1 segundos.

O americano Peter Revson, em Shadow Ford, fez o mesmo 19 voltas.



Rolando, Tibi e Cubillas protestam junto do árbitro a validação do 2.º golo do Sporting (pensamos) por razões tácticas. O importante seria aguentar o resultado. Notou-se por isso o recuo de Nelson e Baltasar, agora mais preocupados em evitar a progressão dos nortenhos. Assim se compreende a maior pressão azul-branca que, apesar de tudo, nunca deu a sensação de pôr em perigo a vantagem dos donos da casa.

As entradas de Rodrigo e Flávio para os lugares de Celso e Nóbrega não modificaram o labor visitante. O mesmo aconteceu com as substituições no Sporting de Baltasar por Dé e de Marinho por Chico. Neste último ca-

so ter-se-á tido em conta o facto de Chico actuar quartafeira, em Zurique, no lugar de Dinis, ainda castigado pela UEFA.

O árbitro César Correia.

EUGENIO ALVES

SANJOANENSE E ATLÉTICO COMANDAM A 2.ª DIVISÃO

Sanjoanense e Atlético comandam as respectivas classificações das Zonas Norte e Sul, após os jogos da 26.ª jornada, ontem disputados. Ao empatar em Espinho a equipa de S. João da Madeira reforçou a possibilidade de subida de divisão, pois foi ganhar um ponto ao campo do

seu mais directo rival para o primeiro lugar.

Na Zona Sul o Atlético vencendo o Peniche por 2-1 afastou de certo modo um candidato ao título, só tendo, por agora, a temer o União de Tomar, que se encontra a um ponto.

Resultados da jornada:

ZONA NORTE		ZONA SUL	
Riopele-Tirsenense	0-0	U. Leiria-Alhandra	1-1
Varzim-Vilanovaense	1-0	Atlético-Peniche	2-1
Oliveirense-Aves	3-0	Sacavenense-C. Piedadade	1-2
Chaves-Lousrosa	1-0	União Sport-Odivelas	2-0
Gouveia-Gil Vicente	0-0	Torres Novas-U. Tomar	1-2
Lamas-U. Coimbra	0-0	Tranagal-Marítimo	1-2
Espinho-Sanjoanense	0-0	Caldas-Portimense	1-2
Famalicão-Braga	0-0	Almada-Sesimbra	0-0
Salgueiros-Fafe	1-0	Trovisense-Marinense	2-0
Penafiel-Ferense	5-1	Lusitano-Sintrense	1-0

CLASSIFICAÇÕES

ZONA NORTE		ZONA SUL	
	V. E. D. G. P.		V. E. D. G. P.
SANJOAN.	14 7 5 32-13 36	ATLÉTICO	16 7 3 62-24 39
Fafe	11 11 4 28-12 33	U. Tomar	17 4 5 52-23 38
Espinho	14 5 7 34-21 33	Peniche	13 9 4 32-20 38
Penafiel	14 4 8 42-23 32	L. Evora	15 5 6 36-18 34
Braga	11 8 7 29-19 30	Portimense	13 7 6 36-22 33
Chaves	12 6 8 28-24 30	U. Leiria	12 7 7 36-29 31
Tirsenense	12 6 8 36-34 30	Marítimo	13 4 9 56-34 30
Varzim	11 8 7 28-26 29	Sintrense	12 5 9 33-30 29
U. Coimbra	10 9 9 29-29 29	Trovisense	11 5 10 28-28 27
Riopele	8 12 6 41-31 28	Sesimbra	11 4 11 25-23 28
Salgueiros	10 8 8 36-37 28	União Sport	9 7 10 22-25 25
Lousrosa	10 8 8 29-32 28	Cova Piedadade	8 8 10 19-21 24
Famalicão	8 10 7 26-22 26	Almada	7 10 9 30-34 24
Ferense	6 10 10 29-36 22	Torres Novas	7 8 11 18-27 22
Gil Vicente	8 5 13 31-31 21	Caldas	8 4 14 33-47 20
Vila Novense	5 11 10 24-32 21	Sintrense	6 8 12 27-45 20
Oliveirense	6 9 11 21-29 21	Odivelas	4 12 10 29-46 20
U. Leiria	8 7 13 17-30 17	Alhandra	6 4 16 27-43 16
Gouveia	5 3 18 17-45 13	Sacavenense	5 5 16 20-43 15
Aves	3 5 18 18-54 11	Tranagal	2 7 17 20-64 11

PROXIMA JORNADA — Ferense-Riopele (1.ª volta: 1-4); Tirsenense-Varzim (1-1); Vila-Novense-Oliveirense (1-1); Aves-Chaves (1-2); Lousrosa-Gouveia (1-1); Gil Vicente-Lamas (1-1); União de Coimbra-Espinho (1-2); Sanjoanense-Famalicão (1-1); Braga-Salgueiros (0-0); e Fafe-Penafiel (0-0).